



2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT

Por um país livre da pobreza e da discriminação
Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais

**Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas
Públicas e Direitos Humanos para
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- LGBT -**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Direitos Humanos
Conselho Nacional LGBT

**Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- LGBT -**

**"Por um país livre da pobreza e da discriminação:
Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
Travestis e Transexuais"**

15 a 18 de dezembro de 2011

Brasília – DF

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República

Maria do Rosário Nunes

Secretária Executiva

Patrícia Barcelos

Secretária Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos

Saete Valesan Camba

Diretor de Promoção dos Direitos Humanos

Biel Rocha

Coordenador Geral de Promoção dos Direitos LGBT

Gustavo Carvalho Bernardes

Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CNCD/LGBT

Igo Martini

SUBCOMISSÃO DE CONTEÚDO E RELATORIA

Bruna Vieira de Paula – MRE

Clarice Gosse – SDH/PR

Fábio Meirelles – Ministério da Educação

Francisco Antonio de Souza Brito – Ministério do Desenvolvimento Social

Guilherme Alves da Silva Neto – SDH/PR

Gustavo Bernardes – SDH/PR

Igo Martini – SDH/PR

Irina Bacci – ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas

Ivanilda Dida Figueiredo – SDH/PR

Janaina Oliveira – Rede Nacional de Negras e Negros LGBT – Rede Afro LGBT

Julian Rodrigues – ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Maria Augusta Boulitreau Assirati – Ministério da Justiça

Mariana Barbosa Cirne – Casa Civil/PR

Marinalva Santana – LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

Nadine Borges – SDH/PR

Thais Borges Werneck – Ministério da Cultura

Toni Reis – ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E COMISSÃO
ORGANIZADORA DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
DIREITOS HUMANOS DE LGBT**

Mesa Diretora

Presidente: **Ramaís de Castro Silveira**

Vice-Presidente: **Irina Bacci**

Secretário Executivo: **Igo Martini**

Representação do Governo Federal

Casa Civil – Presidência da República

Titular: **Ivanildo Tajra Franzosi**

Suplente: **Mariana Barbosa Cirne**

Ministério da Cultura

Titular: **Thaís Borges da Silva Pinho Werneck**

Suplente:

Ministério do Combate Social e Combate à Fome

Titular: **Francisco Antonio de Souza Brito**

Suplente: **Zora Yonara Torres Costa**

Ministério da Educação

Titular: **Fábio Meirelles Hardman de Castro**

Suplente: **Rodrigo de Oliveira de Junior**

Ministério da Justiça

Titular: **Marcelo Veiga**

Suplente: **Otavio Chamorro Mendoza**

Ministério da Previdência Social

Titular: **Rose Mary Oliveira**

Suplente: **Maria Alves dos Santos**

Ministério das Relações Exteriores

Titular: **Carlos Eduardo da Cunha Oliveira**

Suplente: **Bruna Vieira de Paula**

Ministério da Saúde

Titular: **Kátia Maria Barreto Souto**

Suplente: **Ana Gabriela Nascimento Sena**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Titular: **Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso**

Suplente: **Eduardo Gomor**

Ministério do Trabalho e Emprego

Titular: **Sérgio Araújo Sepúlveda**

Suplente: **Ângela Cristina Casal Regasso**

Ministério do Turismo

Titular: **Patric Lottici Krahl**

Suplente: **Fernanda Maciel M. A. Carneiro**

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Titular: **Ramaís de Castro Silveira**

Suplente: **Gustavo Carvalho Bernardes**

Secretaria-Geral da Presidência da República

Titular: **Pedro Henrique Pereira Prata**

Suplente: **Joana Zylbersztajn**

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Titular: **Elizabeth Saar de Freitas**

Suplente: **vacante**

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Titular: **Marcos William Bezerra de Freitas**

Suplente: **vacante**

Representação da Sociedade Civil

Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL

Titular: **Irina Bacci**

Suplente: **Anahí Guedes de Mello**

Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – ANTRA

Titular: **Jovanna Baby**

Titular: **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**

1ª Suplente: **Milena Passos**

2ª Suplente: **Thatiane Araújo**

Associação Brasileira de Estudos de Homocultura – ABEH

Titular: **Leandro Colling**

Suplente: **Djalma Thurler**

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT

Titular: **Keila Simpson**

Titular: **Yone Lindgren**

Titular: **Toni Reis**

1ª Suplente: **Julian Vicente Rodrigues**

2ª Suplente: **Rafaelly Wiest**

3ª Suplente: **Vinicius Alves da Silva**

Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

Titular: **Roger Raupp Rios**

Suplente: **vacante**

Central de Movimentos Populares – CMP

Titular: **Carlos Alberto Monteiro Alves**

Suplente: **Givanilde de Jesus Santos**

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Titular: **Marcos de Abreu Freire**

Suplente: **Janete Costa Santana**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE

Titular: **Zezinho Prado**

Suplente: **Marco Antonio Soares**

Conselho Federal de Psicologia - CFP

Titular: **Celso Francisco Tondin**

Suplente: **Ana Luiza de Souza Castro**

Grupo E-Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados

Titular: **Lohren Beauty**

Suplente: **Sâmara Soares Carneiro**

Liga Brasileira de Lésbicas – LBL

Titular: **Marinalva Santana**

Suplente: **Leo Ribas**

Rede Nacional de Negras e Negros LGBT – Rede Afro LGBT

Titular: **Janaina Oliveira**

Suplente: **Milton Santos**

CONSULTORIA DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT

Astir Fernandes do Valle

Danielle Coenga Oliveira

Marcelo Reges Pereira

Márcia Nogueira Ribas

Simone Florindo Costa

Nossos agradecimentos às colaboradoras e colaboradores da SDH/PR que atuaram e contribuíram na realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.

Gestão

Alexandre Avelino Pereira
Ana Regina Esquerdo Gonzaga
Andréia Fernandes de Lima
Cassiano de Souza Alves
Cynthia de Toledo Losso
Dulce Spies
Fábio Ferreira de Souza
Gilmar Araújo de Sousa
Gleisson Cardoso Rubin
Gutemberg Ferreira Junior
Jéssica Antunes de lima Rodrigues
Julio Cesar Gonçalves Reis Junior
Paulo Kleber D'Ajuz
Regenilton Cesar de Oliveira Lima
Sarah de Sousa Pereira Koch
Tauana Almeida Siqueira
Wesley Rodrigo Couto Lira

Comunicação

Luca Lopes
Priscilla Atalla Morelo
Márcia Regina Mendes Melo
Luciana Waclawovsky (consultora)

EQUIPE DE RELATORIA

Coordenação

Clarice Gosse

Gustavo Carvalho Bernardes

Relatores e Relatoras

Astir Fernandes do Valle

Catarina Correa Von Sperling

Danielle Coenga Oliveira

Fernanda Fagundes Alves

Gustavo de Souza Rocha

João Vinicius Marques

Marcelo Caetano

Marcelo Reges Pereira

Marcia Nogueira Ribas

Marcos Antero

Melissa Mustefaga Guaraciaba

Paula Pompeu Fiúza Lima

Simone Florindo Costa

Valéria Borges

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO	15
2 - PROGRAMAÇÃO	16
3 – PRONUNCIAMENTOS NA SOLENIDADE DE ABERTURA	
Maria do Rosário Nunes	21
Jean Wyllys	25
Irina Bacci	26
Janaína Oliveira	27
Jovanna Baby	29
Marinalva Santana	31
Toni Reis	33
4 – INTERVENÇÃO CULTURAL	
Keila Simpson – Interpretação do Poema – “Travesti, o teu Preconceito”	37
5 - PALESTRA MAGNA: “Reconhecimento de LGBT como Sujeitos de Direitos”.	
Carlos Ayres Brito - Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF	39
6 - PAINÉIS TEMÁTICOS	
Painel 1 - Poder Legislativo e Direitos da População LGBT	
Coordenadora: Léo Ribas	
Jean Wyllys	49
Erika Kokay	56
Ramaís de Castro Silveira	60
Julian Rodrigues	64
Painel 2 - Políticas Públicas e Direitos da População LGBT	
Coordenador: Zezinho Prado	
Rogério Sottili	68
Kátia Maria Barreto Souto	72
Claudia Dutra	76
Nadine Monteiro Borges	81
Luiz Mello	85

Painel 3 - Políticas de Inclusão Social e Cidadania da População LGBT

Coordenadora: Keila Simpson

Eduardo Dias	91
Rosa Oliveira	93
Marcia Rollemberg	97
Renato de Paula	99
Nadine Monteiro Borges	104
Bruna Andrade Irineu	107

7 – DIRETRIZES APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

Educação	111
Enfrentamento ao Sexismo e ao Machismo	113
Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	114
Poder Legislativo e Direitos da População LGBT.....	115
Saúde	116
Políticas de Juventude e de Recorte Intergeracional	118
Sistema de Justiça, Segurança Pública e Combate à Violência	119
Direitos Humanos e Participação Social	121
Trabalho, Geração de Renda e Previdência Social	124
Cultura	125
Turismo	126
Desenvolvimento Social e Combate à Miséria	127
Comunicação Social	128
Pacto Federativo e Articulação Orçamentária	129
Esporte	130

8 - MOÇÕES APROVADAS

Moções de Congratulações	131
Moções de Apoio	132
Moções de Repudio	134
Moções de Recomendação	135

9 - MESA TEMÁTICA - Diálogos Sociais Rumo à Rio+20

Lucia Stumpf	138
Adroaldo Quintela	143
Nadine Monteiro Borges	146

10 - ANEXOS

Decreto da convocação da 2ª Conferência Nacional LGBT	150
Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional LGBT	152
Regulamento Aprovado na 2ª Conferência Nacional LGBT.....	165

1 - APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresenta à sociedade brasileira o relatório final da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília entre os dias 15 a 18 de dezembro de 2011.

A 2ª Conferência Nacional LGBT é a consolidação das políticas públicas para o segmento LGBT e teve como tema *Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, sendo precedida de 27 conferências estaduais e inúmeras conferências regionais e municipais.

Depois do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sido o pioneiro na realização de uma conferência nacional, institucional e representativa para a população LGBT, a Presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro ano de governo, realiza a 2ª Conferência Nacional LGBT. Trata-se de um fórum que não apenas avalia a efetividade das ações previstas no Plano Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT, resultado da 1ª Conferência, como também, a partir dos avanços alcançados, traça novas metas, propostas e diretrizes para as políticas LGBT no âmbito do Governo Federal.

A 2ª Conferência Nacional LGBT, além de construir novas diretrizes para as políticas públicas LGBT, teve o mérito de mobilizar um grande número de militantes de Direitos Humanos e da sociedade em geral nos estados e municípios do país. Nessa oportunidade, gestores e gestoras públicos integrantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário debateram e pensaram juntamente com a sociedade alternativas para o enfrentamento da homofobia, discriminação e preconceito ainda hoje vividos pela população LGBT do nosso país.

As discussões e debates realizados nos estados e municípios foram fundamentais para embasar as discussões da 2ª Conferência Nacional LGBT em Brasília. As mesas reproduziram toda a pluralidade de opiniões a respeito dos Direitos Humanos da população LGBT. As/os palestrantes instigaram e promoveram a reflexão para as delegadas e delegados presentes, o que permitiu que os temas elencados como prioridade pela sociedade civil e construídos pela Comissão Organizadora do Conselho Nacional LGBT fossem aprofundados e se tornassem propostas e diretrizes para a área.

A 2ª Conferência Nacional LGBT é mais um passo dado pelo Brasil no amadurecimento de sua democracia, reforçando as conferências como instrumento legítimo e privilegiado de controle social e de construção coletiva da cidadania. A 2ª Conferência Nacional LGBT representa, com a sua pluralidade política, o desejo da sociedade brasileira de um Brasil mais justo e solidário para todos e todas.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria dos Direitos Humanos
da Presidência da República



2 – PROGRAMAÇÃO

2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT

*Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*

15 a 18 de dezembro de 2011

Dia 15/12 (quinta-feira)

10h às 18h - Credenciamento

16h às 17h30 - Diálogos Sociais Rumo a Rio+20

Coordenação - **Guilherme Alves** – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Lúcia Stumpf – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES

Adroaldo Quintela - Secretaria Geral da Presidência da República

Nadine Monteiro Borges – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

18h - Apresentações Culturais.

16/12 - Talk show – Renata Peron e Sapabonde.

16/12 – Show - Sapabonde e Renata Peron.

17/12 – Talk show - Leo Moreira Sá e Valérie O'Hara

17/12 – Show - Valérie O'Hara e Dj

19h - Solenidade de Abertura

Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe de Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiza Helena Bairros

Ministra do Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Deborah Duprat

Vice-Procuradora-Geral da República.

Jean Willys

Deputado Federal e Coordenador da Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT.

Ramaís de Castro Silveira

Secretário Executivo da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional LGBT

Irina Bacci

Vice-Presidenta do Conselho Nacional LGBT

Maria Berenice Dias

Desembargadora-presidente da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil

Nadine Monteiro Borges

Diretora de Promoção dos Direitos Humanos

Jovanna Baby

Representante dos segmentos de travestis e transexuais

Marinalva Santana

Representante do segmento de lésbicas e mulheres bissexuais

Janaina Oliveira

Representante do segmento de negras e negros LGBT

Toni Reis

Representante do segmento de gays e bissexuais

Hino Nacional – Interpretação da cantora Valéria Houston

20h30 - Palestra Magna – “Reconhecimento de LGBT como sujeitos de direitos”

Carlos Ayres Brito – Ministro do Supremo Tribunal Federal.



Dia 16/12 (sexta-feira)

08h às 10h

Plenária inicial – Leitura e Aprovação do Regulamento Interno

Carlos Alves – Central dos Movimentos Populares - CMP

Tathiane Araújo – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais

Igo Martini – Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CNCD/LGBT

Irina Bacci – vice-presidenta do CNCD/LGBT

Coordenadora: **Nadine Monteiro Borges** – Diretora de Promoção dos Direitos Humanos

10h às 13h

Painel 1 – Poder Legislativo e Direitos da População LGBT

Érika Kokay – Deputada Federal

Jean Wyllys – Deputado Federal

Debatedor: **Julian Rodrigues** – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
Travestis e Transexuais- ABGLT

Coordenadora: **Léo Ribas** - Liga Brasileira de Lésbicas - LBL

13h - Almoço

14h às 16h

Painel 2 – Políticas Públicas e Direitos da População LGBT

Kátia Souto - Ministério da Saúde

Claudia Dutra - Ministério da Educação

Rogério Sottili - Secretaria Geral da Presidência da República

Nadine Monteiro Borges – Diretora de Promoção dos Direitos Humanos

Debatedor: **Luiz Mello** - Universidade Federal de Goiás

Coordenador: **Zeinho Prado** – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação

16h às 16h30 - Coffe Break

16h30 às 19h30

Painel 3 – Políticas de Inclusão Social e Cidadania da população LGBT

Eduardo Dias - Ministério da Justiça

Rosa Oliveira – Núcleo de Gênero PAGU - Unicamp

Marcia Rollemberg - Ministério da Cultura

Renato de Paula - Ministério do Desenvolvimento Social

Nadine Monteiro Borges – Diretora de Promoção dos Direitos Humanos

Debatedora: **Bruna Irineu** – Universidade Federal de Tocantins

Coordenadora: **Keila Simpson** - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Dia 17/12 (sábado) - Trabalhos dos Grupos Temáticos

08h às 13h e das 14h às 19h

GT 1 – Poder Legislativo e Direitos da População LGBT

Coordenação: **Carlos Alves** – Central de Movimentos Populares

Ivanildo Franzosi – Casa Civil da Presidência da República

GT 2 - Cultura, Turismo, Esporte e Comunicação Social

Coordenação: **Djalma Thurler** – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura

Thais Werneck – Ministério da Cultura

GT 3 – Saúde

Coordenação: **Rafaelly Wiest** – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais, Travesti e Transexuais.

Kátia Souto e **Ana Gabriela Sena** – Ministério da Saúde

GT 4 – Educação

Coordenação: **Tathiane Araujo** – Articulação Brasileira de Travestis e Transexuais.

Fábio Meirelles – Ministério da Educação

GT 5 - Combate a Miséria, Desenvolvimento Social, Trabalho, Geração de Renda e Previdência Social.

Coordenação: **Irina Bacci** – Associação Brasileira de Lésbicas.

Francisco A de S. Brito - Ministério do Desenvolvimento social

GT 6 - Sistema de Justiça, Segurança Pública e Combate a Violência.

Coordenação: **Milton Santos** – Rede Nacional de Negras e Negros LGBT

Marcelo Veiga e **Otávio Chamorro** – Ministério da Justiça

GT 7 - Enfrentamento ao Sexismo, ao Machismo e ao Racismo, Promoção da Igualdade Racial e Políticas de Juventude e de Recorte Geracional

Coordenação: **Lohren Beauty** - Grupo E-Jovem

Marcos Willian – Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.



GT 8 - Pacto Federativo e Articulação Orçamentária

Coordenação: **Chopelly Glaudystton** - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais

Eduardo Gomor - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GT 9 - Direitos Humanos e Participação Social

Coordenação: **Marcos Freire** - Central Única dos Trabalhadores

Gustavo Carvalho Bernardes – Secretaria de Direitos Humanos

Dia 18/12 (domingo)

08h às 17h

Plenária Final

Ramaís de Castro Silveira - Secretário Executivo da SDH/PR e Presidente do CNCD/LGBT

Irina Bacci – Vice – Presidenta do CNCD/LGBT e Conselheira Nacional da ABL

Eduardo Barbosa – Diretor adjunto do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais

Marinalva Santana – Conselheira Nacional da LBL

3 - PRONUNCIAMENTOS NA SOLENIDADE DE ABERTURA

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
Presidência da República.

Prezados delegados e delegadas, é uma grande honra estarmos realizando a abertura desta 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População LGBT do Brasil.

Bem vindos todos e todas. Que seja uma conferência de posicionamento claro e orientação precisa para o próximo período, para a superação da homofobia e afirmação de um Brasil democrático de verdade.

Quero cumprimentar o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, a ministra Luiza Helena Bairros, chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, agradecer a presença desses colegas de muito trabalho cotidiano na defesa dos direitos humanos, que representam, aqui, o conjunto de Ministérios que atuam na promoção dos direitos humanos no Brasil.

Quero destacar e agradecer imensamente a presença de quem será o nosso conferencista maior nesta 2ª Conferência, o ministro Carlos Ayres Britto, que, em seguida, fará a conferência de abertura.

Ele, que atuou brilhantemente como relator na defesa da cidadania e dos direitos LGBT no Brasil e dos direitos humanos de um modo geral, ao proferir seu voto e, com o seu voto, produzir o convencimento e uma grande mudança com a decisão unânime tomada pelo STF no que trata a questão de um novo conceito de família e de reconhecimento da dignidade humana. Saúdo na sua pessoa, também, a cada ministro do STF que proferiu seu voto coerentemente com o seu relatório.

Cumprimento o deputado Jean Willys, coordenador da Frente Parlamentar, um parlamentar que faz a diferença por afirmar a diferença no Parlamento brasileiro. É a primeira vez na história do Brasil que nós temos um parlamentar que se apresenta não apenas como apoiador da causa gay, mas alguém que é parte e isto faz toda a diferença para a coordenação dessa Frente.

Cumprimento a vice-procuradora da Procuradoria-Geral da República, Dra. Deborah Duprat, pela importância do seu trabalho e também da Procuradoria-Geral da República. A desembargadora Maria Berenice Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual, a quem não apenas cumprimento, mas também, me permitam, me curvo diante toda sabedoria e o trabalho desenvolvido ao longo de anos na magistratura e na defesa dos direitos humanos da população LGBT.

Cumprimento o Ramais de Castro Silveira, nosso secretário-executivo e presidente do Conselho, a Irina Bacci, que é vice-presidenta do Conselho CNCD/LGBT. Muito obrigado Irina. Também ao Ramais, pelo trabalho desenvolvido. A Nadine Borges, a Janaína, que representa aqui, as mulheres



e homens, a comunidade negra, de negras e negros LGBT, o Toni Reis, da ABGLT, e todos os integrantes da ABGLT, assim como, também, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, a Marinalva Santana, da LBL. De todas as mulheres, todas as lésbicas que participam deste encontro, a Jovanna Baby, da ANTRA - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais; e, através da Jovanna, todas as travestis e transexuais do Brasil.

Quero especialmente dedicar um cumprimento e um agradecimento à Keila Simpsom, pelo poema de autoria do poeta Rafael Menezes, do Grupo Cabo Free, pela força e pela vida a serviço daquilo que é digno e justo, da defesa dos direitos humanos e da representação das travestis aqui realizada com dignidade e brilho.

Obrigada! Meu muito obrigada!

Quero cumprimentar também a Valéria Houston, que cantou o Hino Nacional Brasileiro. Vou contar um pouco de coisas aqui. Mesmo sabendo que o principal dessa noite é ouvirmos o ministro Carlos Ayres Britto, na sua conferência. Tenho participado dessa luta ao longo de muitos anos, ao lado de todos os que participam desta Mesa, de todos os que estão neste Plenário e daqueles que vocês representam e que não estão aqui, mas entregaram uma delegação a cada um de vocês e a cada uma.

E, ao longo de todos esses anos, um dos momentos mais emocionantes que vivi, foi quando tive a oportunidade de participar da organização da Frente Parlamentar LGBT no Congresso Nacional, e nós fizemos uma homenagem, a primeira que o Plenário da Câmara estava realizando no dia 28 de junho, pela data do Orgulho Gay, a data da diversidade, a data da luta, da causa LGBT.

Naquele momento, quando tocou o Hino Nacional, quem estava ao meu lado era um jovem lutador, um menino de dentro dessa causa. Talvez ele não esteja aqui, mas o sentimento que tive ao olhar para ele e sentir as lágrimas nos olhos deste menino, deste jovem lutador contra a homofobia, foi muito forte, quando ele virou seu rosto em minha direção e disse: “É a primeira vez que o Hino Nacional toca nesta Casa de leis para mim, que sou um homossexual”.

Ouvi aquilo pensando que cada vez que o Hino Nacional toca e que nós falamos de uma pátria mãe gentil, eu desejo do fundo do coração, que o nosso trabalho dedicado, ao lado de vocês, nessa conferência, seja para que essa pátria mãe gentil seja gentil e respeitosa com todos os cidadãos brasileiros, com cada um de vocês, porque é para vocês que toca o Hino Nacional Brasileiro. É uma grande honra estar aqui.

Mas preciso dizer a vocês, com a tarefa que tenho, que é preciso também comemorar as vitórias. Nós devemos nos permitir comemorar cada passo que ultrapassa a barreira da violência, da indiferença, da discriminação, da homofobia e de todas as violações de direitos humanos.

Integrados pela perspectiva dos direitos humanos, quero me dirigir a vocês como alguém que tem a responsabilidade de fazê-lo como ministra da presidenta Dilma, porque não seria justo que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República recebesse a compreensão de vocês e que vocês não compreendessem a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República como orientada diretamente pela presidenta Dilma para estar aqui, trabalhando para a superação da homofobia.

Considero fundamental, no olhar claro, na palavra precisa, no respeito e na autonomia tão cara, tão importante dos próprios movimentos sociais, considero essenciais as palavras que o nosso governo escutou na abertura dessa conferência.

Considero, respeito e as acolho como integrante do governo da presidenta Dilma. A nossa missão é superarmos a homofobia. A nossa missão é construirmos um Brasil pelos direitos humanos. E ela própria, a presidenta Dilma, seguindo os passos e o programa desenvolvido e construído por este movimento, com o presidente Lula, tem a clareza da importância que há em reconhecer os direitos humanos em toda a sua amplitude.

Há poucos dias, quando entregamos o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, vivenciamos em pleno Palácio do Planalto um importante momento, também. Entre os premiados e premiadas, uma educadora, uma professora, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, se fez representar porque ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pela formulação de trabalho contra a homofobia e no respeito à diversidade sexual; se fez representar por uma transexual que encheu de significado a cerimônia de entrega daquele prêmio.

Quero dizer a vocês que a alegria de poder perceber que nos palácios circula o nosso povo, que nos espaços todos deste governo não há, não deve haver, não será aceita nenhuma discriminação. É um compromisso de vida que está empenhado na ação do governo da presidenta Dilma, no seu programa e nas ações dos seus ministros, como o que desenvolvo para honrar a missão que me foi conferida por ela. É importante valorizarmos a posição norte-americana, mas é importante dizer que a nossa embaixadora no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Maria Nazareth, foi protagonista essencial para a aprovação, pela primeira vez no âmbito das Nações Unidas, de uma perspectiva de convenção, de condenação de atos de dimensão homofóbica, rumo a uma declaração específica dos direitos da população LGBT no mundo.

O Brasil se orgulha de ter sido protagonista, com o nosso Ministério das Relações Exteriores, nesse sentido. É importante dizer, porque estávamos lado a lado, da honra que tivemos em acompanhar o voto do Dr. Carlos Ayres Britto e comemorarmos juntos a vitória por um novo conceito de família, de união, de vida que lutamos, defendemos há muitos e muitos anos e que tem total apoio e consideração em todos os desdobramentos desse novo ordenamento e seus efeitos na vida do Estado Brasileiro.

Dirijo-me a vocês, portanto, com compromissos de trabalho de cada Ministério, de cada pasta, para afirmar que nós ouviremos, nessa conferência, muitas questões, mas que vocês não sairão desta conferência com os braços vazios. Vocês sairão dessa conferência com firmes compromissos, assinados pelo nosso governo, ainda mais com a importância de termos aqui gestores estaduais que, no fundamental, são também aqueles que devem desdobrar as ações contra a homofobia e a violência de todo tipo, todo preconceito e discriminação em cada uma das cidades, em cada um dos Estados.



Perdoem-me, pois me falta, talvez a voz; mas não me faltará a vontade de trabalhar. Não faltará a audição para escutar as críticas que nos são apresentadas. Mas não faltará, também, a possibilidade clara de olhar para vocês, reacender a chama da confiança de que o governo da presidenta Dilma defenderá intransigentemente os direitos humanos de cada brasileiro, de cada brasileira, e se posicionará claramente com ações concretas contra toda violência torpe, contra todo assassinato, contra toda discriminação. Nós não aceitamos, gritamos com a voz que temos: **Basta de homofobia! Viva a diversidade!**

Viva o povo brasileiro na sua diversidade, na maravilhosa possibilidade de superar todas as violências. Contem conosco em cada momento!

Muito obrigada.

JEAN WYLLYS**Deputado Federal e coordenador da Frente Parlamentar Mista de Cidadania LGBT no Congresso Nacional.**

Boa noite. Eu saúdo as ministras Maria do Rosário e Luiza Bairros, os ministros Carlos Ayres Britto e Gilberto Carvalho, e saudando os ministros, eu saúdo toda a Mesa.

Eu identifiquei vários amigos aqui, na plateia, e eu não vou citar o nome de todos, porque eu corro o risco de me esquecer de alguns, mas eu vou citar um, em especial, uma, na verdade, que é a ex-senadora Fátima Cleide...

E por que eu cito a senadora? Porque ela virou o símbolo do custo eleitoral que é tratar dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nesse país. Ela pagou um preço alto por dedicar parte de seu mandato a defender nossos direitos.

Toda vez que eu falo publicamente, faço uma distinção entre a comunidade LGBT e o movimento LGBT. A comunidade LGBT é aquela que existe na sua dispersão, constituída pela injúria coletiva ou individual e que compõe oficialmente, segundo dados do IBGE, 19 milhões de brasileiros. Essa comunidade conseguiu produzir uma cultura que tem uma inscrição na topografia das cidades, nas boates, nas saunas dos lugares de *pegação*. Ela conseguiu produzir uma cultura através da arte do transformismo, das *drag queens*, ela tem uma identidade coletiva. Mas não fez o salto da comunidade que existe na sua dispersão para um grupo político com um projeto comum; ainda não fez esse salto.

A comunidade LGBT introjetou a injúria, que é a base da sociedade hetero-normativa. E o que é a sociedade hetero-normativa para vocês, que sabem muito bem? É a sociedade que coloca no topo hierárquico. Estabelece uma hierarquia entre a heterossexualidade e a homossexualidade, em que a heterossexualidade e todo o sistema é constituído e existe para exaltar e garantir os privilégios da heterossexualidade. E quando eu digo da heterossexualidade, eu estou falando do macho adulto, branco, no comando, porque essa sociedade hetero-normativa também vitima mulheres e vitima, de maneira especial, o gay, a lésbica e a travesti quando é negra e pobre. Essa homofobia, que é a base dessa sociedade hetero-normativa, essa injúria homofóbica, ela é introjetada por nós, homossexuais. Nós temos homofobia internalizada e essa homofobia destrói a nossa relação de autoestima conosco. E quando a gente consegue fazer a passagem da vergonha de ser para o orgulho, a gente sai, a gente deixa de ser comunidade dispersa e aí a gente ingressa no movimento.

O movimento, portanto, tem uma responsabilidade grande e essa conferência deixa muito clara essa responsabilidade. Nós estamos falando em nome de uma comunidade maior que nós. Nós vamos traduzir as demandas dessa comunidade. E, ao traduzir essa demanda, nós temos que pensar na comunidade, naquilo que nos une, e não em partidos, nem em colorido partidário, nem idiosincrasias. Nós temos que pensar na comunidade.

Então eu fiquei bastante feliz quando vi que, antes de começar a conferência, o movimento se manifestou e eu fiquei arrepiado e pensei: nossa, o movimento está vivo. O movimento é suprapartidário, está acima de governos e quer o bem comum, o bem de todos.

Boa conferência para todos vocês. Boa noite.



IRINA BACCI
Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Combate a
Discriminação LGBT e conselheira nacional pela
Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL.

Boa noite a todas e todos.

Quero agradecer a presença de todas as delegações, principalmente as que viajaram cerca de três dias para fazer do dia de hoje, mais uma vez, um dia histórico. Dessa vez, diferente da 1ª Conferência Nacional LGBT, as nossas emoções não são pela presença do Presidente Lula, mas pelo direito de viver. As nossas emoções são pelo direito à vida e não pela morte. E isso, por mais que possa parecer constrangedor, Ministra Maria do Rosário, Ministro Gilberto Carvalho, Ministra Maria Luiza Bairos, é nosso maior pedido nessa conferência. Estamos cansados de enterrar os nossos pares. Estamos cansados de contar os nossos mortos. E como nós acreditamos e temos certeza que, no final, iremos garantir a laicidade desse Estado, e eu, que sou filha de Xangô, acredito na sua justiça, tenho certeza que a ditadura evangélica não vai se impor nesse país. Não vamos admitir que esse princípio da Constituição Federal, que durante muito tempo foi fruto de luta, inclusive, por aqueles que hoje se dizem evangélicos, seja derrubado por eles. É nesse sentido, ministro Gilberto Carvalho, o Senhor que mais tem dialogado com esses setores da sociedade, que faço um apelo aqui, em nome do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em nome de todos os ativistas desse país, se o governo Dilma estabelece diálogo com esses setores conservadores e fundamentalistas da sociedade, que também estabeleça diálogo com os movimentos sociais e, principalmente, com o movimento LGBT. Porque nós somos o maior movimento da América Latina, o maior movimento social desse país, que colocamos três milhões de pessoas na Av. Paulista, um milhão e meio de pessoas no Rio de Janeiro, entre tantos outros estados. E nós não vamos admitir essa sociedade que esta se construindo, não vamos admitir a implantação da ditadura religiosa.

Por fim, quero agradecer a Mesa Diretora do Conselho, não dá pra deixar de citar o secretário-executivo, o presidente do nosso Conselho, o Sr. Ramais, que não mede esforços para tentar estabelecer o diálogo com o Governo Federal. Quero agradecer imensamente e pedir palmas de todos conselheiros e conselheiras ao secretário-executivo Igo Martini, que tem nos apoiado incansavelmente, bem como toda sua equipe, o Eduardo, que se desligou recentemente, foi para a Secretaria Nacional de Juventude e também o Guilherme e as suas equipes de estagiários, e, principalmente, agradecer os conselheiros e conselheiras, que pediria que ficassem em pé agora para que as pessoas pudessem olhar para cada um de nós e ter a certeza de que nós não vamos renunciar porque nós estaremos aqui, em Brasília, pedindo políticas públicas e fazendo controle social.

Obrigada.

JANAÍNA OLIVEIRA
Conselheira Nacional pela Rede Nacional
de Negras e Negros LGBT

Um viva a cada mulher e homem, negro e negra, que sofreu para construir este país há 350 anos . Quando a gente fala disso, e seguindo os rituais, gostaria de saudar os companheiros e companheiras do Conselho, que todos os dias estão na frente dessa luta também, contra a homofobia, por mais políticas públicas, a Mesa, a ministra Maria do Rosário, que incansavelmente, vem levantando consigo a bandeira LGBT sem medo e sem resistência. Quero saudar, também, a ministra Luiza Bairros; e dizer que é muito importante ter a sua presença aqui, hoje, é fundamental, é a demonstração real de compromisso com as pautas LGBT.

Gostaria de saudar o ministro Gilberto Carvalho, que, ao vir aqui escutar as nossas demandas, demonstra compromisso. Quero saudar também o deputado Jean Willys, que é um companheiro de luta, que vem sofrendo várias ameaças dessa ditadura religiosa. Quero saudar a ministra Severine Macedo, da Secretaria de Juventude, apesar de não estar na Mesa. Viemos de uma conferência de juventude que, mesmo com as organizações religiosas que ali estavam e que tentaram impedir que as pautas LGBT passassem, mostrou, tanto a sociedade civil, quanto o governo, o compromisso para assegurar os direitos de todos e todas.

E, ao começar minha fala, eu havia escrito algo, mas achei que, por ter sido sempre muito espontânea, achei melhor não usar papel e deixar a emoção falar solta. Então, assim, lembrei-me de uma palavra que demonstra muito essa luta do dia-a-dia, que é a palavra “resistência”. A resistência que as mulheres tiveram quando, décadas atrás, lutaram para assegurar seu direito ao voto, para assegurar o direito de não sofrer violência em casa, de não sofrer violência na rua, resistência dos nossos pais e mães de matrizes africanas, que também são muito atacados na mídia, por esses indivíduos (do poder legislativo) que deveriam representar a todas e todos nesse país, porque foram eleitos para isso. A Constituição já deixa claro (o direito a diversidade religiosa), e não o fazem, ao contrário, promovem e dão condição financeira para que pessoas promovam cada vez mais atos de preconceito e violência. E aí ao falar dessa temática da conferência deste ano, como eu sempre digo, nós falamos um pouco da pobreza, falamos da miséria, mas eu quero dizer que esse tema, traz consigo um fator marcante , pois ele tem cara e tem cor. E quero falar dos meus companheiros e companheiras, negros e negras, que também tem muito, muito de mão calejada, de história de vida para contar.

A gente não fala só da homofobia, lesbofobia, transfobia. A gente fala também do racismo, fala também do machismo, porque ser negra, mulher, lésbica e pobre nesse país é não ter dignidade assegurada de ir e vir todos os dias sem, por isso, sofrer a violência. E aí, quando ouvi a companheira



Jovanna Baby no desabafo dela, eu queria dizer que a sua luta é nossa luta. E você não sofre preconceito só porque é travesti, acredite, a sua cor de pele também influencia, porque quem está no dia a dia, e precisa estar na “pista” para sobreviver, é porque não tem políticas públicas para assegurar que esteja na escola, e na sua grande maioria não consegue clientes, só porque são negras, porque nós vivemos num país que ainda constrói um modelo de ser humano baseado no padrão eurocêntrico como referencial de beleza e que ser negro e ter um nariz grande, uma boca grande, e um quadril largo, fosse feio. Quero dizer que tenho muito orgulho do jeito que eu sou, da forma que eu sou. Carrego isso comigo, vou carregar todos os dias comigo, e eu quero dizer que é necessário, hoje, vencer essa ditadura religiosa; e, vencer a ditadura religiosa é não permitir que, nas próximas eleições, vereadores, prefeitos, deputados, esses homofóbicos estejam nos espaços de poder. Nós precisamos convencer a população de que as pessoas que estão lá, não pensam em política pública para todo mundo, porque se tem travesti e transexual na rua, acredite que essas companheiras não estão lá porque querem. Se existe lésbica que precisa servir de ajudante de pedreiro, porque não consegue lidar com a situação do dia-a-dia em casa, é porque há violência. Não só o fato de amar uma outra mulher, é inadmissível num país que ainda é machista e que essa condição de relacionamento (homoafetivo) exista, porque é uma afronta; é uma afronta aos machistas o fato de ter o desejo e a liberdade de construir sua história.

E aí, para encerrar a fala quero saudar os meus irmãos e minhas irmãs e dizer o seguinte: nós temos muito para avançar. E a presença da ministra Luiza Bairros é uma prova concreta de que nós podemos contar com a Seppir. Precisamos avançar e precisamos mudar essa história; não só na homofobia, não só na lesbofobia, não só na transfobia, mas no machismo e no racismo que ainda existe absurdamente nesse país.

Muito obrigada.

JOVANNA BABY

**Conselheira Nacional pela Articulação Nacional de
Travestis, Transexuais e Transgêneros - ANTRA**

Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Quero saudar a Mesa em nome da ministra Maria do Rosário, e os demais em nome da delegação do Pará, que viajou três dias de ônibus e está aqui, hoje, contribuindo para essa festa da democracia colorida.

Nós, travestis, somos o segmento mais perseguido. Não é vitimismo, mas somos o segmento mais aviltado, mais segregado e mais perseguido dentro de todos os segmentos sociais deste país, como também todos os gays, lésbicas, transexuais, bissexuais e todas as pessoas que tenham a orientação diferente da orientação heteronormativa que está querendo se instalar neste país. E, ministro Gilberto Carvalho, eu queria que o senhor levasse esse discurso à presidente, de todas as travestis e transexuais brasileiras, que aqui tem dezenas delas, e que, no mínimo, cada uma já sepultou mais de cinco ou até mais amigas assassinadas pela transfobia, pela falta de política pública, pela falta de interesse do Governo Federal em sanar, em incluir a população LGBT, em garantir o nosso direito.

Enquanto isso, o Brasil nos deixa envergonhado diante do mundo. Enquanto na Argentina, um país liderado por uma mulher que o coloca no topo dos direitos humanos LGBT, a presidente Dilma, nossa presidente, esteve na Assembléia da ONU e não teve a coragem de falar em homofobia, mesmo citando todos os preconceitos, e Obama foi lá e falou. É vergonhoso para nós, brasileiros.

Ministro, enquanto os acordos com evangélicos forem feitos nas salas do Palácio do Planalto, o sangue das travestis continuará correndo nas esquinas da vida! Continuará! Porque, por mais que a ministra Maria do Rosário tem feito por nós, travestis, e pela comunidade LGBT, por mais que o nosso secretário-executivo Ramais tem buscado para que nós, LGBT, tenhamos um futuro decente, um futuro digno, igualitário com as demais populações brasileiras, infelizmente, o gestor maior e seus assessores mais próximos não tem se esforçado para que nós tenhamos um futuro decente. Somos mais de 15 milhões de votos. Quando a presidenta Dilma caiu nas pesquisas, eu, Jovanna Baby, arregacei as mangas lá em Picos, meu Município no Piauí, eu fui às ruas, para pedir o voto para a presidente Dilma, enquanto Silas Malafaia está na TV pedindo para descer o pau nos homossexuais, ele é tido como parceiro; um ex governador do RJ que roubou milhões do governo do Estado do Rio de Janeiro, é ouvido pela presidente Dilma. Magno Malta, sanguessuga, tem mais crédito no Planalto do que nós, travestis e LGBT.

Então, essa é a minha fala, ministro. É preciso que esse governo seja o governo do presidente Lula, homem corajoso, que não teve medo de defender os LGBTs e não perdeu voto, foi reeleito. Isso vocês precisam ver, porque vocês só pensam em voto. Nós sabemos que a presidente da Argentina



defendeu os LGBT e foi eleita com maioria esmagadora. Por que esse medo? Por quê? A Igreja Católica é a instituição que mais paga ônus por pedofilia, multas aplicadas a padres pedófilos. Então, por que é que tem que ouvir essa instituição? O nosso país é um estado laico, ministro. Nós precisamos de laicidade, nós precisamos de respeito. Nós votamos, nós pagamos impostos. Os salários dos ministros saem também dos nossos bolsos.

Então, é preciso que nós tenhamos direito nesse governo. Nós não podemos ter uma presidente que não tem coragem de falar em LGBT, que nas suas inserções, sua ou de seus auxiliares, nas outras conferências, falou de todos os programas do governo, mas não falou do programa LGBT da nossa querida Ministra Maria do Rosário.

Muito obrigada.

MARINALVA SANTANA

Conselheira Nacional pela Liga Brasileira de Lésbicas - LBL

Boa noite. Primeiro, quero saudar a todas as delegações que vieram dos mais diferentes estados deste país. Cumprimentar as autoridades aqui presentes, na pessoa do deputado federal Jean Wyllys; as mulheres lésbicas e bissexuais aqui presentes, nosso caloroso abraço. E abraçar, também, meus colegas e as minhas colegas do Conselho Nacional LGBT.

Em momentos como este que estamos vivenciando agora, é comum sermos tocados pela euforia, pela empolgação. Mas, efusividades à parte, permitam-me concitar todas as pessoas aqui presentes nesse auditório para refletir qual é o nosso desafio, para fazer valer o tema dessa conferência, de um país sem miséria e sem discriminação, e que promova, de fato, a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Então, dialogando com as representações da sociedade civil - que é o lugar de onde falo - quero sublinhar que, para nós, está posta a tarefa inadiável (que a gente espera não se manifeste somente nesses momentos de efusividade, que ela se manifeste nas ruas) de reocupar o espaço perdido e que é próprio da sociedade civil organizada, qual seja, o monitoramento, a cobrança de políticas públicas.

É por isso que a subserviência, que o acoramento, visto amiúde no movimento social organizado, não pode mais existir. Precisa ser varrido - e já! Assim como a homofobia, a lesbofobia e a transfobia têm que ser varridas, a subserviência e o acoramento também, porque eles emperram os avanços e as conquistas que nós precisamos alcançar.

Dessa forma, o que se espera dessa conferência é que nós, da sociedade civil, possamos dar o exemplo de bom uso, inclusive, dos recursos públicos gastos para viabilizar este evento. Que nós estejamos de forma engajada nas plenárias, em todos os momentos de discussão, para que consigamos, junto com o Poder Público aqui presente, alinhar as melhores, as mais consistentes e as mais factíveis propostas de políticas públicas para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

É óbvio que a nossa responsabilidade, enquanto sociedade civil organizada, não se esgota, não se exaure ao final desta conferência. Ela se potencializa pós- conferência. E depois dessa conferência, no dia 18, é preciso que nós, com intrepidez, sem acoramentos, façamos o nosso papel de cobrança do que foi aprovado aqui e de que as políticas públicas, que não podem mais esperar, elas sejam, efetivamente, implementadas.



Em outras palavras, a gente quer que o que for aprovado nesta conferência não seja mera figura de retórica, que elas saiam do papel e se transformem em ações concretas.

Também dizer para as autoridades, os representantes e as representantes do Poder Público nas três esferas, é bom que se acentue, municipal, estadual, distrital e federal, que a gente sabe que o Brasil está atrasado - e muito - no resgate da dívida que tem com a população LGBT, assim como com outras populações historicamente excluídas e historicamente ceifadas do direito de exercer direitos no nosso país.

Por isso que não há mais tempo para espera. Eu poderia, inclusive, tomar emprestadas as palavras do meu conterrâneo piauiense Torquato Neto, e dizer que nós só queremos saber do que pode dar certo. Não temos mais tempo a perder, porque a violência grassa, porque a 'ceifação' de direitos é cotidiana. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são cotidianamente achinchalhados, humilhados e mortos nas esquinas, nas ruas e nas casas deste país. E isso obviamente coloca em xeque os mais mezinhos pressupostos de uma sociedade democrática e igualitária.

E, para finalizar, dizer que o Estado que se pretende Democrático de Direito não pode ceifar direitos e garantias de pessoas para atender as imposições e os caprichos dos fundamentalismos propagados por algumas religiões.

De forma mais objetiva, poderíamos dizer que não existe Estado Democrático de Direito sem o respeito ao princípio da laicidade. É por isso que nós entendemos e está posto o desafio aqui, para nós, de construir um país livre da miséria e da discriminação, sim, e um país livre do machismo, do racismo e da lesbofobia, transfobia e homofobia.

Muito obrigada e uma boa conferência para nós.

TONI REIS

**Conselheiro Nacional pela Associação de Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT.**

Boa noite a todas, em homenagem às delegadas do gênero feminino, que representam 60% do total das delegadas e delegados presentes em nossa conferência. Parabéns! Isso é importante.

Eu gostaria de começar cumprimentando a ministra Maria do Rosário, em nome de quem saúdo toda a mesa e toda sua equipe que tem dialogado constantemente com a nossa comunidade.

Nesse momento eu gostaria de fazer uma citação especial a todas as delegadas e delegados, convidadas e convidados, observadoras e observadores que estão aqui, já quase no fim do ano. Com todas as diferenças, com todas as subjetividades e toda a pluralidade estamos escrevendo a história da luta pelos direitos humanos da população LGBT no Brasil.

Gostaria aqui de deixar o nosso reconhecimento a uma figura imprescindível da maior conquista da cidadania LGBT na história do Brasil; o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Brito, que relatou as ações que culminaram com o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Gostaria que essa Plenária, em pé, desse uma salva de palmas a Carlos Ayres Britto. Seu voto foi uma demonstração de respeito ao estado laico, ao princípio da igualdade, da liberdade e da segurança jurídica.

De importância enorme nesse processo que resultou na decisão do STF, também gostaria de agradecer a Dra. Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República, que apresentou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, sobre este mesmo assunto.

Gostaria também de expressar o reconhecimento a outra figura importante que alcinhou o termo “homoafetividade”, sendo utilizada por vários ministros do STF em seus discursos, além de ser a grande articuladora do Estatuto da Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil, a ex-desembargadora, feminista, ativista, nossa querida amiga Maria Berenice Dias, para a qual eu peço igualmente uma salva de palmas.

Quando pensamos o contexto internacional observando os direitos humanos das pessoas LGBT, encontramos 75 países que criminalizam a homossexualidade com cárcere e, dentre eles, sete que punem os homossexuais com a pena de morte. Mesmo com esse quadro desfavorável, tivemos um avanço importante nas Nações Unidas, que aprovaram uma resolução reconhecendo os direitos humanos da nossa população. O Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores, teve um papel protagonista nessa conquista, o que muito nos alegra.



Isso é fruto de uma articulação internacional de organizações e ativistas que deram enorme contribuição para a luta LGBT e está aqui a Secretária-Geral da ILGA, Gloria Carreaga, uma mulher mexicana, feminista, lésbica que pode ser testemunha disso.

Tão perto de nós está nossa vizinha Argentina, cuja presidenta Cristina Kirchner – hoje estou com uma gravata rosa em homenagem à Casa Rosada – acabou de ser reeleita com 54% dos votos, não mediu esforços para aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e apoiou integralmente a Lei de Identidade de Gênero, que foi aprovada na Câmara dos Deputados daquele país por maioria esmagadora e que garante todos os direitos para as pessoas trans (mudança do nome civil e mudança de gênero). Pedro Paradiso Sottile, reconhecido ativista LGBT e membro do Ministério da Justiça da Argentina está aqui e pode comprovar o que estou dizendo.

Outro exemplo importante na política internacional é a posição clara do governo norte-americano. Quem diria, eu, uma pessoa que queimou muitas vezes a bandeira dos Estados Unidos por todos os discursos, agora elogiando Barack Obama e Hillary Clinton, que defendem em todos os fóruns internacionais os direitos das pessoas LGBT. *Sexual Orientation and Gender Identity*, ou seja, Orientação Sexual e Identidade de Gênero e não “opção” como temos escutado aqui no Brasil. Opção é escolher no cardápio entre feijoada ou macarrão fetuccini. Obama e Hilary são exemplos a serem seguidos, pois estão conclamando todos os países a cessarem a perseguição contra homossexuais e pessoas trans, apesar de enfrentarem diariamente uma política fundamentalista expressa pelo *Tea Party* (os republicanos).

Recordar é viver. Agora veio em minha mente aquele momento lindo que tivemos em 2008, quando o querido presidente Lula veio à abertura da I Conferência Nacional, acompanhado de oito ministros de Estado. Desculpem-me os poucos ministros aqui presentes e a ausência da Presidenta Dilma, mas envolvimento e participação são fundamentais para transformar um país homofóbico num país que respeite as diferenças e combata a miséria, pois miséria não é só falta das coisas, é também deixar matar um homossexual a cada 36 horas no nosso país.

Naquela ocasião eu chorei. Todos nós choramos. Foi um marco do reconhecimento da nossa luta por direitos humanos e da necessidade do governo brasileiro incorporar as políticas públicas LGBT nas suas ações.

Nesse momento em que o grande guerreiro do povo brasileiro passa por um momento difícil, eu quero deixar, se me permitem, em nome de todos os LGBT e pessoas aliadas do Brasil, um recado: Força Lula! Você ainda tem muito que contribuir com nosso país. Querido Lula, o nosso abraço!

Falando de hoje, queria falar diretamente à Presidenta Dilma: muitas pessoas LGBT votaram em você. Eu sou um deles e você sabe: veado, sapata, é que nem geladeira, toda família tem, só muda o modelo, a marca e o tamanho.

Infelizmente, você não pôde estar conosco, mas está muito bem representada pelo Ministro Secretário-Geral da Presidência, meu conterrâneo Gilberto Carvalho (já fizemos muita coisa juntos, muitas campanhas, muitos sonhos...); pela Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; e pela Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Luiza Bairros.

Presidenta Dilma, você falou essa semana na abertura da Conferência das Mulheres que não haverá retrocesso em seu governo. E é o mesmo que queremos dizer hoje aqui: nós também não queremos retrocessos! Queremos a liberação imediata do material didático pedagógico do Projeto Escola sem Homofobia. Não aceitamos num país laico como é definido na nossa Constituição, que religiosos homofóbicos se tornem censores das políticas públicas.

Segundo pesquisas divulgadas, cerca de 70% da nossa comunidade já foi discriminada e 20% já sofreu violência física. Infelizmente, o ano de 2011 foi marcado pelo crescimento da violência homofóbica. Assistimos à veiculação de diversas notícias de agressões físicas nas ruas, nas universidades, nas escolas e espaços públicos em geral. Grupos de *skinheads*, de orientação nazista, bem como homofóbicos em geral, têm aterrorizado homossexuais em vários lugares do nosso país.

O que nós da ABGLT queremos, a exemplo da juventude, dos idosos, das crianças e adolescentes, é a criação de uma Secretaria Nacional LGBT. Essa lacuna tem que ser preenchida e temos que ser tratados de forma igual aos outros segmentos.

As políticas públicas devem ter como princípios a garantia da laicidade do Estado. Queremos que o pacto federativo seja efetivo, e que os Estados e Municípios assumam a sua responsabilidade nessas políticas com a instalação e fortalecimento do tripé da cidadania LGBT; a instalação de coordenadorias, a implantação dos conselhos e a criação dos planos para implantação das políticas, com a garantia de recursos orçamentários, com controle social, transversalidade, equidade de gênero, regionalidade, territorialidade, recorte étnico-racial, geracional, garantia da acessibilidade universal, entre outros.

No legislativo queremos a criminalização da homofobia já! Pela aprovação da Lei Alexandre Ivo. Pela aprovação do casamento civil e a lei de identidade de gênero, que respeita a identidade civil das pessoas trans.



O fundamentalismo religioso é uma erva daninha que tem se alastrado nas salas onde decisões importantes em relação aos direitos sexuais e reprodutivos devem ser tomadas para garantia de direitos.

A igreja não deve dizer o que é crime, assim como o Estado não deve dizer o que é pecado! Os direitos humanos valem para todos e todas, ou não valem para ninguém. Não queremos guerra. Não queremos destruir a família de ninguém. Queremos construir a nossa e da nossa forma. Queremos paz e amor ao próximo.

Para concluir, gostaria de citar Chico Xavier:

“A gente pode
morar numa casa mais ou menos
morar numa rua mais ou menos
morar numa cidade mais ou menos
e até ter um governo mais ou menos
A gente pode
Olhar em volta e sentir que tudo
está mais ou menos
Tudo bem
O que a gente não pode mesmo,
nunca, de jeito nenhum,
É amar mais ou menos
É sonhar mais ou menos
É ser amigo mais ou menos
Senão a gente corre o risco de se
tornar uma pessoa mais ou menos.”

A nossa luta, é todo dia, por um Brasil, sem homofobia!

Muito obrigado!

4 – INTERVENÇÃO CULTURAL

KEILA SIMPSON

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Boa noite, pessoal! Eu quero pedir licença e atenção de vocês, e mais uma vez trazer um brinde às minhas amigas travestis e transexuais e, conseqüentemente, a todos os LGBTs que estão nessa platéia.

Há anos atrás, declamei um poema que o Rafael Menezes, lá do Grupo Cabo Free que me presenteou. E nessa noite, eu trouxe um novo poema, novamente do Rafael Menezes, para dividir com vocês, e vocês entenderem um pouco dessa vida dessa população que é tão invisibilizada, mas que cada vez mais está ganhando espaço e dizendo para o que veio. Então, é para as travestis e transexuais desse Plenário, para todos vocês, e os LGBTs.

Travesti, o teu Preconceito.

“O azul cálido da parede contrastava com o azul de fora da esquadria. E era aquele azul que eu sempre quis buscar.

Eu olhei minha face no espelho. Eu, no holograma minucioso com detalhes agudos, eu me enxergava nítida, como numa poça de chuva, depois do turbilhão que se passava dentro da minha cabeça. E, sim, eu conseguia sorrir mesmo desfigurada. Eu me vi mulher naturalmente como se sempre houvesse sido. Eu experimentei minhas formas como se apenas tivesse tido a paciência de esperá-las desabrochar, como uma menina boba que anseia por seios ainda aos 12 anos. Eu me vi completa e absorvi cada dia como se fosse o último. Porque a dádiva de estar viva no Brasil sendo uma travesti ou transexual é quase um milagre divino.

Nós somos a mutação natural do que a natureza falhou em esculpir desde o início. Eu observei amigas sendo massacradas, homenageadas depois de morta como se o mérito de ter existido bastasse.

Não, a vida não se trata somente de existir ou não, é preciso sobressair, edificar, pisar na terra e sentir-se viva mesmo aos prantos. Mesmo que a tal terra seja ao lado de uma cova de uma amiga que morreu por motivo torpe.

Somos travestis e transexuais aos montes, mulheres ceifadas do direito de parir por um erro de DNA. Como se já não bastasse isso, somos privadas de termos amor, o nome que bem quisermos, e



temos travado na linha fria da vida o direito também de caminhar como qualquer mulher, seja ela feliz ou não.

Não, não são os seios e os cabelos compridos que me fazem plena! Porque o que adquiri com o tempo não me fez travesti. Eu sempre fui. Eu turbinei meu corpo, fiz o alinhamento dos quadris, a calibragem do meu eixo, e, na busca incessante de felicidade, eu, talvez, tenha esquecido de trocar as velas do coração.

Mas aí eu me indago: De que serve o coração em certos momentos? Para outra travesti? Para uma transexual? A não ser para acomodar balas ou faca de transfórmico ou ainda desamor do inaceitável.

Somos travestis e transexuais aos milhares, guardadas, lacradas dentro de contêineres esperando uma liberação federal para que possamos ser distribuídas nas prateleiras da vida.

Somos as tais bonecas do mau gosto que as mães não comprariam, que os pais esconderiam e que os filhos teriam curiosidade de tocar e pasmariam em descobrir que além de falar também somos dotadas do poder insano de amar. Bicho, mulher, com instinto maternal que abraça a criança desesperada que a família expulsou de casa, mas uma cria da vida exposta ao genocídio constante de almas.

Sim, minhas caras e meus caros, somos as humanas pré-históricas, objetos de pesquisas e estudos científicos para que não se descubra nada além de incompreensão. Somos nossas próprias mães, pais, aconchego e polícia, somos das casas, das ruas, dos hospitais, das delegacias, somos fruto da falta de entendimento entre o civil e o parlamentar, talvez. Mas creio eu que somos totais vítimas da falta de educação de um país onde não se respeita o que vai além do seu entendimento. E assim com tudo, desde a religião ao próprio amor.

Travestis, transexuais, transgênero, lésbicas, gays, intersexuais, bissexuais, pansexuais, travestis. Travestis. Travas em ti o teu preconceito porque a vida já é difícil demais para todos nós”.

Obrigada.

5 - PALESTRA MAGNA

“Reconhecimento de LGBT como Sujeitos de Direitos”

CARLOS AYRES BRITO

Ministro do Supremo Tribunal Federal- STF

Bem, boa noite a todos e todas. Eu começo dizendo do prazer, da honra de haver recebido esse prêmio, essa comenda, essa honraria dos direitos humanos e desejo fazer algumas saudações. Eu quero saudar a Ministra Maria do Rosário, secretária de direitos humanos, Jean Wyllys, deputado federal, quero saudar a vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat de Britto, o ministro Gilberto Carvalho, que é da Secretaria-Geral da Presidência da República, a Ministra Luiza Helena Bairros, Secretária da Promoção da Igualdade Racial, Ramais de Castro Silveira, Secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos. Enfim, eu quero saudar carinhosamente, respeitosamente, todas as pessoas aqui presentes.

Toni Reis, quero fazer uma saudação especial a esse querido amigo, e peço a todos que se sintam. Maria do Rosário está chegando. Eu peço a todos que se sintam nominalmente citados e pessoalmente abraçados.

Há poucos dias, eu estava na cidade de Curitiba, na excelente companhia da desembargadora Maria Berenice Dias, e tive a oportunidade de falar para o público ali presente, constituído, basicamente, de advogados, sobre liberdade de imprensa. E, na ocasião, eu comecei minha fala, a desembargadora está bem lembrada, contando uma historinha, dando conta de um episódio acontecido aqui, em Brasília, comigo mesmo. Eu, a minha esposa, Rita, e o meu filho, Tainã, estávamos retornando de um almoço na Asa Sul, aqui em Brasília, e encontramos um senhor, de seus 45 anos, que se dirigiu a mim e disse: “Ministro Ayres Britto...”, me chamou pelo nome, “...eu estava tomando conta do seu carro, para que ninguém danificasse seu patrimônio”, etc. Eu agradei, percebi que ele estava necessitado de uma ajuda financeira. Era um homem marcante, bonito, alto, um misto, assim, de brasileiro e de árabe, com os olhos bem expressivos, de fisionomia altiva, e ele disse para mim exatamente isso, que estava tomando conta do carro, tomou essa iniciativa e eu agradei e procurei gratificá-lo, naturalmente, com alguma moeda, alguma cédula. Mas, o fato é que eu não tinha dinheiro, nem minha mulher, nem meu filho. Por uma infeliz coincidência, nós todos tínhamos cartão de crédito, mas não tínhamos dinheiro. Eu me desculpei, com toda a gentileza, com todo o jeito, dizendo assim: Olha, como o senhor vê, eu não tenho com que lhe gratificar financeiramente. Então, só me resta pedir desculpas. Desta vez eu vou ficar lhe devendo. E ele olhou para mim altivamente e disse: “Ministro, o senhor não me deve nada. Basta cumprir a Constituição”.



E, de fato, se nós cumpríssemos uma Constituição da qualidade da nossa, uma Constituição vanguardista, ou vanguardeira, sem preconceitos, consagradora do sumo princípio da dignidade da pessoa humana, uma Constituição democrática, laica, consagradora também da plena liberdade de imprensa, o Brasil estaria melhor. Nós não padecemos de déficit de normatividade. E, a partir da nossa Constituição, nós somos um país primeiro-mundista; a partir da Constituição, desde que a Constituição fosse respeitada.

Ainda ontem, eu estava lendo, eu quero crer que é a revista ConJur, e me deparei com um artigo exatamente da desembargadora Berenice Dias, comentando a decisão do Supremo Tribunal Federal do último dia, eu quero crer que tenha sido 5 de maio. Dois dias sequenciados, 4 e 5 de maio deste ano. E a desembargadora, que é uma jurista, além de operadora do Direito, profissional do Direito, portanto, ela é uma estudiosa do Direito, uma teórica do Direito, uma jurista, ela dizia que essa decisão significou, para o Brasil, uma revolução no plano dos costumes e a consagração, volto a dizer, do princípio da dignidade da pessoa humana. E inaugurava uma era revolucionária a ponto de implantar na nossa cultura um microsistema jurídico, e apropriadamente, disse a desembargadora, porque a nossa decisão passou a repercutir e a refundir o direito do trabalho, o direito administrativo, as relações homoafetivas entre servidores públicos, direito civil. Mais de perto, direito de família, direito das sucessões, direito constitucional quanto ao princípio da igualdade, da liberdade, do não preconceito.

Essa decisão foi tão importante que nos obrigou e nos obriga a reconceituar figuras de direito numa perspectiva muito mais arejada mentalmente e muito mais profunda sentimentalmente. Disse muito bem a desembargadora, dizendo que agora nós temos o direito das sucessões, dizia Sua Excelência., o direito da família. Nós rasgamos um horizonte muito mais claro, muito mais luminoso, muito mais aberto, portanto, no plano jurídico. E novas decisões certamente se sucederiam, como essa última do Superior Tribunal de Justiça, possibilitando o casamento civil, diretamente com habilitação no cartório civil e perante uma autoridade judiciária, entre pessoas do mesmo sexo. Mas é preciso dizer o seguinte: antes que o Supremo tomasse essa decisão, por unanimidade, eu tive a honra de ser o relator, fiquei muito

Embora reconhecendo que o Estado acertadamente seja laico. Eu não sou propriamente um darwinista, eu sou, portanto, um evolucionista do ponto de vista darwiniano, das espécies. Eu sou um criacionista. Eu acredito num todo, numa existência, num universo totalizante, a que bem podemos chamar de Deus, então eu agradeço a Ele, também, por essa oportunidade. Eu tenho sido muito feliz no Supremo Tribunal Federal, porque fui contemplado com a relatoria de processos muito importantes, como, por exemplo, o uso das células-tronco embrionárias para fins de pesquisa científica e de terapia humana.

Também fui relator da ação que reconheceu a plenitude da liberdade de imprensa, a ação que combateu o nepotismo no âmbito do serviço público, a ação que reconheceu finalmente a dignidade dos indígenas brasileiros.

Então, enfim, a vida me aquinhoou com essas relatorias e, finalmente, a questão da homoafetividade. Mas eu quero dizer o seguinte: quando nós tomamos uma decisão assim, tão importante, tão impactante socialmente, arejadora dos costumes, nós partimos de outras iniciativas. Algumas pessoas no anonimato nos ajudam muito. Por exemplo, eu quero dar um testemunho das várias vezes em que fui visitado por Toni Reis, lá no meu gabinete.

O deputado Jean Wyllys é uma fonte perene de inspiração. Pela lucidez, pela coragem. Eu não sei nem se o Jean Wyllys está aqui, mas eu quero prestar esse testemunho da grande admiração que tenho por ele. A ministra Maria do Rosário também esteve conosco; durante o julgamento esteve lá, presente, dando todo o apoio, projetando uma energia boa para a compreensão final da causa. E eu não sei se está aqui a vice-procuradora Deborah Duprat de Britto, mas foi ela quem entrou, em nome da Procuradoria-Geral da República, e ela que redigiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277, Distrito Federal, que, conjuntamente com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental do governador do Rio de Janeiro, isso nos permitiu formatar um voto que, afinal, resultou exitoso, vitorioso, para a felicidade de todos nós.

Então eu quero render as minhas homenagens a pessoas que na retaguarda, a desembargadora Berenice nos municiando de informações, de teorizações. Não precisa nem lembrar, que todos sabem, que o próprio termo homoafetividade foi cunhado por ela para dar conta de uma realidade que não é muito percebida, mas é muito importante: o Século 21 é o século da afetividade, é o século do carinho, do amor, da simpatia, da empatia. É o século da abertura de espírito de cada um de nós para o outro. O afeto, hoje, juridicamente, já prepondera, em algumas decisões, sobre o biológico. É até mais importante a afetividade do que a biologicidade.

Porque o afeto nos remete para, evidente, para o sentimento, e o sentimento, segundo a neurociência, e de acordo com a física quântica, o afeto é o lado direito do nosso cérebro. É o nosso melhor lado. É o lado mais criativo, mais ousado, mais inventivo, mais corajoso, é o lado mais imaginativo, é o lado mais sensível. É o nosso lado direito. O nosso lado esquerdo é o nosso lado, do cérebro, é o lado do pensamento; é o lado cartesiano, lógico, é o lado científico. O lado direito, que é o do afeto, é o lado da arte, é o lado da criatividade. Por isso que o sentimento já é experimentado pela criança ainda intrauterinamente existente. A criança, o feto, sente muito antes do que pensa. É possível até dizer que o pensamento, como uma formulação, um processo articulado de algumas ideias, ainda que rudimentares, o sentimento é praticamente pós-parto ou, pelo menos, se manifesta



no feto, mas já numa data muito próxima da expulsão uterina, mas o sentimento não. O sentimento vem muito antes.

Então, quando nós formatamos esse voto que, graças a Deus, recebeu a unânime adesão dos ministros do Supremo, nós estávamos a dizer conosco mesmo era simplesmente o seguinte: por que colocar ênfase na natureza da relação sexual, se é uma relação heteroafetiva, se é uma relação homoafetiva? Isso não tem grande significado. O foco está naquilo que nos impulsiona, que nos inspira para uma relação sexual. A relação sexual provem de quê? De uma empatia, de uma simpatia, de uma atração física, de um carinho, de um êxtase amoroso. O foco está aí, naquilo que precede a relação sexual. A natureza do impulso, a natureza da inspiração é que conta. Até porque, se o heterossexual só pode ser feliz heterossexualmente, o homossexual só pode ser feliz e realizado homossexualmente.

Me permitam falar na primeira pessoa, algumas vezes, mas não é por autolisonja, autoelogio, absolutamente, é para facilitar a comunicação.

Quando eu estava escrevendo o meu voto, eu procurei ser técnico. Embora eu seja um poeta, uma pessoa, digamos assim, mais aberta não só para o outro, mas, também, para os animais, para as coisas, para a vida. Eu acho que essa abertura para o outro nos torna humanos, mas essa abertura para a vida nos torna humanistas. Nós temos sensibilidade quando nos comunicamos bem com o outro, no plano da solidariedade, da compreensão, da generosidade, da tolerância. Mas quando nós vamos além do outro, para nos comunicarmos com tudo de que o mundo é feito, as coisas, os objetos, os acontecimentos, os animais, nós nos transportamos da sensibilidade para algo mais profundo, a sensibilidade, e do humano para o humanismo.

Quer dizer, humanismo é uma transcendência do humano, como a sensibilidade é uma transcendência da sensibilidade. Nós somos catapultados, ejetados para o estado de ser ainda mais profundo, ainda mais identificado com a vida, enquanto totalidade. Pouco importa que chamamos essa vida, enquanto totalidade, de existência, de universo, de cosmos, de Deus. O que interessa é a totalidade. É como se a vida fosse feita de um todo sem partes, ou como se o todo viesse antes das partes. E o fato é que nós nos identificamos com o todo, que é algo infragmentado, e que nos dá uma sensação, uma percepção de unidade. Resgatamos a nossa unidade, a inteireza do nosso ser.

Quando Vinicius de Moraes, um poeta maravilhoso disse: “*A vida só se dá para quem se deu*”, “*A vida só se dá para quem se deu.*”, ele quis dizer o seguinte: a vida só se dá por inteiro a quem por inteiro se dá à vida, mediante o emprego de seu sentimento, do seu pensamento e da sua consciência. E a consciência é uma espécie de rebento. É uma espécie de rebento partejado por efeito de um casamento, por amor entre o sentimento e o pensamento.

Quando nós fazemos uma harmonia, uma conciliação, uma combinação otimizada do sentimento e do pensamento, nós resgatamos a nossa inteireza. Não estamos mais mutilados. E aí, desembocamos nesse estado superior da consciência, que é a unidade do ser, que é a totalidade da nossa existência.

Muito bem. Então, eu procurei estudar a Constituição por todos os ângulos, por todos os aspectos. Desde o seu preâmbulo até o seu último artigo, para ver se era juridicamente acertado, irretocável, correto, reconhecer às pessoas homoafetivas os mesmos direitos, mas todos os direitos, todos, sem exceção das pessoas heteroafetivas ou heterossexuais.

Eu chamo heteroafetivo porque eu peguei carona no termo homoafetivo. Já que existe o termo consagrado pela desembargadora Berenice, homoafetivo, por que não partir para o antônimo, heteroafetivo, não é? Então, para felicidade minha, surpresa agradabilíssima, quanto mais eu desfilava pela passarela da Constituição, com o olhar mais arguto que me fosse possível, com a minha alma totalmente aberta, eu só encontrava confirmação de que é um absurdo, é uma violência, é fundamentalismo dizer que a pessoa é mais ou menos digna pelo fato, vamos chamar, da sua orientação. Chamemos, ainda, assim, da orientação sexual. Não há por que fazer distinção. Não há como fazer distinção. As pessoas são como são. Exatamente. E devem ser respeitadas exatamente como se assumem comportamentalmente, segundo a sua própria natureza, a sua própria índole.

Aí, eu fui encontrar, no art. 3º da Constituição, inciso de nº. IV, aquele emblemático dispositivo que promove o bem de todos. É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil. Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos. Aí, vem, exemplificadamente: sem preconceitos de cor, sem preconceito de origem social, sem preconceito de origem geográfica, sem preconceito de sexo. E na palavra sexo há dois significados. Sexo como gênero. Convenhamos, tradicionalmente, binariamente: homem e mulher. Vamos trabalhar, por enquanto, trabalhar com essas duas categorias. Mas dentro de cada homem e cada mulher há um órgão sexual. Há um aparelho genital. Então, a Constituição tanto proíbe a discriminação entre o homem e a mulher – ambos têm a mesma dignidade – como proíbe a discriminação quanto ao concreto uso da sexualidade e, portanto, dos órgãos genitais do homem e da mulher.

Porque o fato é que, no emprego da sua sexualidade, a pessoa desfruta, constitucionalmente, desse direito fundamental à autonomia de vontade. A liberdade se manifesta por várias formas. Uma delas se chama autonomia de vontade. Cada ser humano é autônomo, volitivamente, no seu querer subjetivo, para fazer o uso que bem entender da sua sexualidade. E experimentar, a partir da sua sexualidade, ou um prazer meramente físico, ou uma extasia amorosa. O problema é de cada qual. Ninguém tem nada a ver com isso. Foi por isso que Platão, que veio entre Sócrates e Heráclito e



Aristóteles, Platão disse: *“Quem não começa pelo amor, quem não começa pelo sentimento, não tem o direito de chegar à filosofia”.*

Por isso que 'lang' ou Jung, como outros pronunciam, que foi o maior psiquiatra, ou psicanalista da história do mundo, discípulo de Freud, e que conseguiu superar o mestre, Jung diz o seguinte. Disse: *“A homossexualidade não é uma patologia, não é um desvio de conduta. A homossexualidade é uma busca da própria identidade e, portanto, do seu equilíbrio interior”.*

Com os mais benéficos, benignos, proveitosos, venturosos reflexos no seio da sociedade, o homossexual assumido é como o heterossexual assumido. Ele tem a sua autoestima no ponto. Ele é uma pessoa absolutamente equilibrada. E projeta o seu equilíbrio, a sua paz interior, a sua harmonia interna para o corpo inteiro da sociedade.

Por isso que quando eu estava votando, tirei os olhos do papel e fiz a seguinte pergunta aos Srs. Ministros da nossa Suprema Corte: *“Senhores Ministros, nós estamos em vias de reconhecer a isonomia, a igualdade entre parceiros homoafetivos e casais heteroafetivos. Eu faço a seguinte pergunta aos senhores: Com o reconhecimento do direito desse igualdade, quem é que sai perdendo?”.* Ninguém, absolutamente ninguém. Todos ganham.

E não se pode proibir uma conduta para todos os fins e efeitos sucessórios, nos mínimos planos: declaração de imposto de renda, adoção do nome do companheiro, adoção de uma criança, casamento civil. Não se pode absolutamente negar o desfrute desses direitos se ninguém sai perdendo, não é? Se ninguém sai perdendo.

Aí, a gente para e se pergunta: Mas uma coisa que parece tão clara, tão óbvia, tão evidente, tão transparente, por que ainda desperta tanta discussão, tanta polêmica, tanto dissenso, tanta incompreensão? O nome é preconceito, nós sabemos disso. Mas o que significa preconceito? Preconceito é o nome que se autoexplica. É um conceito prévio, ou seja, não é um conceito extraído da realidade, autorizado pela realidade, legitimado pelos fatos. Não. Preconceito é um conceito imposto à realidade, a ferro e fogo, de um sectarismo religioso, de um obscurantismo existencial de um fundamentalismo. De um fundamentalismo odiento. E os rompantes de ódio estão a meio palmo dos crimes de sangue. É por isso que a homofobia tem que ser tenazmente, vigorosamente, combatida.

Bem, eu prossegui analisando a Constituição e só encontrei argumentos, fundamentos absolutamente favoráveis à postulação que estava ali deduzida, que era o reconhecimento da igualdade, para todos os fins e efeitos.

Vejamos quantos princípios constitucionais são concretizados, são homenageados com esse reconhecimento à igualdade. O princípio do pluralismo. A sociedade é plural, queiramos ou não. A

sociedade é plural, porque a vida é o mais original dos artistas. A vida não se repete jamais. Não há duas pessoas com a mesma fisionomia, com o mesmo temperamento, com o mesmo caráter, com a mesma vocação profissional. Não existe. É impressionante.

Se os senhores pararem para fazer uma análise séria das coisas, vão perceber que nenhuma pessoa que já morreu tinha a mesma fisionomia. Nem os gêmeos ditos univitelinos. É impossível nascer com a cara do outro. Nenhuma pessoa viva, presente, nenhuma tem a mesma cara do outro. E nenhuma pessoa que ainda vai nascer terá a cara do outro. Ou seja, a natureza é o mais original dos artistas, porque ela não se repete nunca. A natureza detesta, odeia clone, cópia, carbono, xerox, molde, rastro, pegadas. A natureza é absolutamente original. Ela é feita de pares de opostos: o perto e o longe, o alto e o baixo, o largo e o estreito, o claro e o escuro. E costuma compor essas duplas de opostos numa unidade, que é uma terceira realidade.

Por exemplo, os senhores imaginem as duas asas de um pássaro. Estão nos polos opostos do corpo do pássaro. No corpo do pássaro, do lado esquerdo tem uma asa, do lado direito tem outra asa. A asa esquerda é uma, a asa direita é outra. A natureza não se repete. E uma não tem, exatamente, os caracteres da outra.

Mas que faz a natureza? Compõe, harmoniza as duas asas, para possibilitar o milagre do vôo. E o vôo nem a asa esquerda nem a asa direita, é uma unidade superlativa, ontologicamente diferenciada. E, graças ao vôo, as aves transitam, digamos, do topo das árvores para a franja das nuvens, o cimo das montanhas. Porque a vida se deseja experimentada o tempo inteiro, em todas suas facetas.

Nós, seres humanos, somos em alguma coisa, nós somos iguais. Digamos assim, aparentemente, no aspecto físico, não é? Temos uma estatura parecida, temos uma cor, também, parecida. Mas só na aparência. Porque a sociedade é, eminentemente, essencialmente, visceralmente, plural. E cada ser humano é um universo à parte. É um todo à parte. Se eu sou parte de um todo, eu sou um todo à parte. Eu sou algo à parte. Eu sou um universo, eu sou um microcosmo. Cada um de vocês, também. Por isso Fernando Pessoa disse assim: *“Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte disso, tenho, em mim, todos os sonhos do mundo”*.

Então, cada pessoa porta consigo uma dignidade inata, inconfundível, irrepetível. E, no plano da sexualidade, só cabe ao Direito reconhecer. Só essa insimilaridade. Ninguém é igual a ninguém. Então, todo mundo tem o direito de ser o que entender que corresponda ao seu projeto de felicidade.

A busca da felicidade é um direito fundamental. Muito bem. Mas em cada um de nós há uma ânsia de intimidade. Você quer escrever o seu diário, sem possibilitar a ninguém devassar o que você



escreveu. É natural. Você quer se trancar no banheiro e cantar sozinho, escovar seus dentes. Ali, você está consigo mesmo. Isso se chama intimidade. Você, solitariamente, consigo. Você pode fazer uso da sua sexualidade solitariamente. Você, absolutamente sozinho. Ninguém tem nada a ver com isso.

Antigamente, se chamava isso de onanismo. Seja o nome que se dê, é um direito seu. Mas você pode, também, usar da sua sexualidade a dois, ou com pessoas do mesmo sexo, ou pessoas do sexo diferente. Ninguém tem nada a ver com isso. O uso emparceirado do sexo ou uso solitário do sexo só lhe diz respeito.

E como o direito brasileiro, às expressas, protege a intimidade e a privacidade, é evidente que, também, estende essa malha protetiva para o campo da sexualidade. Você tem o direito de constituir uma família. A família lhe dá uma sensação de segurança psicológica, afetiva, econômica, física. Família é núcleo doméstico. É uma sociedade doméstica. Você escolhe o seu parceiro para constituir uma família. Por isso que a Constituição diz que a família é a base da sociedade e merecerá proteção especial do Estado.

Então, você constitui seu núcleo doméstico, o seu parceiro, o seu companheiro, a sua companheira, com quem você quiser. E a união, desde que à luz do dia, contínua, com ânimo de permanência, ela se caracteriza como estável. E os parceiros homossexuais têm o direito de constituir, de se relacionar estavelmente.

E essa união estável é constitutiva de uma entidade familiar. E entidade familiar, à luz da Constituição, é sinônimo perfeito de família. É sinônimo perfeito de família.

Eu não vou me demorar. Eu sou muito, no ponto socrático. Sócrates dizia o seguinte: Quando um professor fala para seus alunos, na verdade, não há professores nem alunos. Todos estão ali, imbuídos do mesmo propósito. Aparentemente, eu estou falando para uma plateia, vocês me ouvem e eu falo sozinho. Mas não é verdade. Vocês estão reagindo àquilo que digo. Nós estamos, aqui, dialogando. Embora aparentemente seja um monólogo, na verdade, é um diálogo porque nós estamos, aqui, numa relação de empatia. Estamos com o mesmo propósito de discutir um tema que é de interesse de todos nós. E é de interesse da humanidade. E é um tema, eminentemente, jurídico.

Então, também pelo prisma da família, existe esse direito à sua constituição, sem que seja monopólio dos casais heteroaletivos. Não existe esse monopólio.

E, no interior de uma família, ordinariamente habitando, vivendo sob o mesmo teto, uma mesma casa, portanto, é que você vai desfrutar de muitos outros direitos. Olhe como as coisas se encadeiam, se interligam, se conectam. É ali, na sua casa, com seu companheiro, sua companheira, ou

esposo, ou esposa. O que vai acontecer, ali? A casa é o asilo inviolável do indivíduo, diz a Constituição. É ali que você vai receber correspondência telegráfica, vai receber seus telefonemas, em telefones fixos, você vai receber suas visitas. Ali, vai criar filhos, ou biológicos, ou adotivos. A família brasileira é prolífica, no sentido de numerosa, mas ela é, também, heterogênea, porque é constituída não só de pai, de mãe, mas também, quantas vezes, de irmãos, de companheiros, de sobrinhos, de adotados que se tornam verdadeiros filhos, com a mesma profundidade de afeto.

Enfim, eu termino dizendo a vocês o seguinte: A nossa Constituição se inscreve, se insere no que chamamos, hoje, de constitucionalismo fraternal. É um terceiro tipo de constitucionalismo.

A primeira forma de constitucionalismo foi política e civil. Igualdade política e igualdade no campo dos direitos civis. Liberdade de pensamento, liberdade de reunião, liberdade de ofício, profissão, trabalho, liberdade pura e simples de locomoção, direitos autorais, de informação. Depois, veio uma nova geração de direitos fundamentais, consagrados na Constituição. Os direitos sociais, que são de natureza econômica e social. São direitos que buscam a inclusão patrimonial, de renda das pessoas. As pessoas querem se sentir seguras patrimonialmente. Sua casa, seu carro, seu emprego, seu salário, suas economias.

Santo Agostinho dizia: *“Sem o mínimo de bem-estar material...”* Isso é direito social. *“Sem o mínimo de bem-estar material, não se pode sequer servir a Deus”*.

Mas a Constituição trouxe uma outra categoria de inclusão. Não é social, não é civil, não é política. É inclusão fraternal ou comunitária, que os italianos chamam de altruística, e que está no art. 3º, inciso 1º, da Constituição, nos seguintes dizeres: São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. Construir uma sociedade livre. Liberdade. Constitucionalismo liberal. Justa. Constitucionalismo social. Igualdade. E solidária. Constitucionalismo fraternal, que busca a inclusão comunitária das pessoas.

Você tem o direito de transitar pelos espaços institucionais de que a sociedade é feita com absoluta igualdade: em hotéis, em motéis, em cinemas, rodoviárias, aeroportos, feiras livres, repartições públicas, sindicatos, partidos políticos, shoppings, ruas. Você tem o direito de transitar por todos os espaços, com igualdade, com o mesmo tratamento.

Com isso, a Constituição quis sair em socorro das chamadas minorias histórica e culturalmente oprimidas, perseguidas e até vilipendiadas. As minorias das mulheres, dos negros, dos índios, dos portadores de deficiência física e dos homoafetivos.



Há uma palavra perigosa, que nos tem causado grandes males, ao longo da história: é a palavra anormalidade ou anormal. Há uma tendência pra dizer a relação heterossexual é normal. A relação homossexual, homoafetiva, é anormal. Isso é uma falácia. Isso é uma mentira. É um embuste. É uma contrafação.

O que nós chamamos de relação sexual normal é, simplesmente, uma relação sexual preponderante, mais numerosa, majoritária, prevalecente. Há uma tese, talvez seja até confirmada, de que a maioria das pessoas é constituída de heteroafetivos, heterossexuais. Então, quando se diz que a relação heterossexual é normal está apenas se dizendo que é uma relação numerosa, majoritária, prevalecente, preponderante. A outra não é anormal. Não é absolutamente anormal. É apenas minoritária, praticada por minorias.

E que fez a Constituição? Para combater a tirania das maiorias, a prepotência das maiorias, a intolerância das maiorias, protegeu as minorias, proibindo o preconceito de sexo, naquele duplo aspecto: tanto sexo como sexo referente ao concreto uso do aparelho genital de cada pessoa.

Olhem, meus senhores, muito obrigado pela atenção com que fui ouvido.

Eu tive uma honra muito grande de estar aqui. E levo, com muita honra, esse prêmio que os senhores me deram.

Obrigado.

6 - PAINÉIS TEMÁTICOS

Painel 1 – Poder Legislativo e Direitos da População LGBT

JEAN WYLLYS

Deputado Federal e Coordenador da Frente Parlamentar Mista da Cidadania LGBT do Congresso Nacional

Bom, bom dia para vocês. Enfim, depois da extensa votação, exaustiva votação, a gente vai iniciar esse painel. Eu imaginava que eu fosse ser provocado pela coordenadora e fosse responder perguntas formuladas por ela. Mas como ela me passou a palavra, eu posso fazer uma introdução aqui, já que o assunto é legislação. Quer dizer, Poder Legislativo e Comunidade LGBT, eu posso fazer uma primeira fala, explicando o funcionamento da Frente Parlamentar pela Cidadania. A Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, é composta oficialmente por 171 Deputados, porque para fazer uma frente nós temos que coletar 171 assinaturas, mas como toda frente no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados em especial, a frente parlamentar não é tocada pelos 171 Deputados, nem os 171 participam das atividades da frente. Mas isso não é uma característica da frente LGBT. É uma característica de toda frente parlamentar.

Essa frente tem uma coordenação colegiada. Essa coordenação colegiada é composta pelas Deputadas Erika Kokay, que é do PT do DF, que se encontra aqui na Mesa; a Deputada Fátima Bezerra é do PT, do Rio Grande do Norte; a Deputada Manuela D'Ávila, que é Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, da qual eu faço parte, nós fazemos parte, eu e a Deputada Erika Kokay; os Deputados Artur Bruno, Dra. Rosinha; e as Senadoras Lídice da Mata, Marinor Brito e a Senadora Marta Suplicy.

Apesar de ter uma coordenação colegiada, essa frente é tocada por dois coordenadores gerais, um do Senado, outro da Câmara. No Senado, a Senadora Marta Suplicy é a coordenadora geral, e na Câmara, eu sou o coordenador geral. Isso por quê? Porque todos nós, Deputados, somos envolvidos em outras questões, e nós temos um trabalho em outras frentes e nas comissões.

Além de atuar na Comissão de Direitos Humanos, eu atuo na Comissão de Finanças e Tributação e atuo em outras frentes. Por exemplo, eu sou muito ativo na Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, que é coordenada pela Deputada Luiza Erundina. E tenho uma atuação também, muito eficaz, na Frente Parlamentar pela Igualdade Racial e, agora, uma frente parlamentar constituída pela Deputada Erika Kokay, que é a frente parlamentar que trata das questões das comunidades tradicionais de terreiro.

Então, por conta desse envolvimento todo, para que a Frente Parlamentar LGBT possa ter uma agenda, é preciso que alguém tome a frente dela. E aí, eu acabo tomando a frente, na Câmara dos Deputados, de alguma maneira também envolvendo o Senado. Porque a Senadora Marta Suplicy, em um primeiro momento, esteve envolvida com a pré-campanha. Ela era a pré-candidata à Prefeitura de São Paulo, estava muito envolvida com essa pauta e ela não pôde participar das reuniões, nem tocar as reuniões da frente no Senado. Então, eu acabei fazendo as reuniões da frente, envolvendo os Senadores e os Deputados federais.



A intenção, quando a gente pensou em recriar essa frente, nessa legislatura, é que ela fosse pluripartidária, que tivesse Deputados de vários partidos. E, oficialmente, ela tem Deputados de vários partidos. Claro que muito mais Deputados de partidos alinhados à esquerda como o PT, PSB, PCdoB, PSOL. Embora haja sim inscritos lá como membros oficiais da frente Deputados do PSDB e até do DEM, uma vez que eles assinaram. Mas, na verdade, quem acaba atuando mais são os Deputados dos partidos alinhados mais à esquerda.

Bom, a intenção era criar um fórum de debate das proposições legislativas e das políticas públicas que interessam à comunidade LGBT. Então a frente parlamentar, dentro das funções que cabe a um Deputado Federal, que é o papel de legislador, de fazer proposições legislativas, de dar pareceres, de fazer relatoria de projetos que tramitam na Casa, uma outra função do Deputado é a função fiscalizadora. Nós temos o papel de fiscalizar o Executivo. Então, dentro dessas duas funções, a frente cumpre papel de debater as proposições legislativas e, ao mesmo tempo, também debater as políticas públicas que nos interessam.

Só para dar um exemplo para vocês: quando a Receita Federal decidiu incluir parceiros homossexuais no imposto de renda, para fins de dedução, a Frente Parlamentar Evangélica obteve, da consultoria legislativa, um parecer que dizia que era inconstitucional a decisão da Receita Federal e, portanto, da Procuradoria-Geral da Fazenda. Imediatamente, quando a gente soube dessa decisão por parte da bancada evangélica, nós nos reunimos e decidimos assim, qual seria a nossa estratégia para enfrentar isso. Primeiro, nós temos que procurar uma outra consultoria, que diga que é constitucional, que argumente a constitucionalidade, que a gente reforce a decisão da Procuradora Adriana. E fizemos uma visita à Procuradora, emitimos uma nota pública para a imprensa, demos declarações, fomos para o embate público e, por fim, a gente conseguiu que a decisão da Procuradoria e da Receita fosse acatada.

E claro, só para vocês terem uma ideia como esse fórum é um fórum democrático, a frente parlamentar: um dos argumentos que eu elenquei, porque quem redigiu originalmente o documento foi meu gabinete – embora tenha submetido aos outros Deputados –, um dos argumentos que eu usei na carta foi que se o parecer da Procuradoria era inconstitucional, o parecer a favor da inclusão de parceiros no imposto de renda era inconstitucional, também o parecer da Procuradoria que permitia que a Igreja Universal do reino de Deus importasse pedras para construção do templo de Salomão era inconstitucional.

Só para vocês terem a ideia como é um fórum democrático de debate: quando eu usei esse argumento, a Senadora Marta Suplicy, de maneira muito acertada, falou: *“Jean, eu não quero usar esse argumento, porque nós não podemos bater de frente com esse grupo”*. E aí, a gente discutiu, chegamos num consenso, e a gente tirou esse aspecto. Esse aspecto ficou só na minha fala pública. Eu assumi a responsabilidade de dizer isso. Mas a frente, não. A frente fez um documento mais técnico, enfim.

A frente tem esse papel de discutir uma política pública, como essa, e tem papel de discutir as proposições legislativas, como o PLC 122, que foi, recentemente, objeto de muita polêmica e de muito debate dentro do próprio movimento. De alguma maneira, expôs ali, uma fraturinha do movimento. Não digo uma fratura, mas uma fraturinha, que foi saudável essa fratura, porque, de fato, a gente pôde

debater o que nos interessa, não é? Qual é a proposição que a gente quer?

E aí quando a frente soube que a Senadora Marta Suplicy, que é membro da frente, estava desenvolvendo uma negociação com a bancada evangélica do Senado, a bancada conservadora, não só evangélica, nós nos preocupamos, porque nós acreditávamos que esse fórum tinha um papel, inclusive, de dar o pontapé inicial nesse debate. Claro que ela sendo a protagonista porque ela é a relatora, óbvio.

Mas a frente precisava ser ouvida, e junto com a frente o próprio movimento na sua diversidade. Porque a gente não pode desconsiderar que o movimento é diverso. A comunidade LGBT é diversa e o movimento é diverso. Então, a diversidade do movimento precisava ser ouvida.

E, nesse primeiro momento, quando a gente fez a reunião com a Senadora, uma reunião bastante tensa – mas, como sempre, dentro do tempo da democracia –, nós concordamos que aquele não era o substitutivo que nós queríamos. Não só nós, da frente, mas também o movimento, na sua diversidade, não queria.

E aí nós fizemos, nesse fórum democrático constituído legitimamente para discutir isso, proposições de alteração do texto redigido pelo Senador Demóstenes Torres, que não é homossexual, não tem simpatia pela comunidade homossexual, mas se arvorou a escrever um substitutivo.

Nós fizemos alterações a esse substitutivo no sentido de devolver as características originais do projeto, que estavam no parecer da Senadora Fátima Cleide. A Senadora Marta Suplicy concordou com essas proposições e se comprometeu a sintetizá-las num novo substitutivo, num novo texto. E não sabemos por que, porque a gente não conversou depois, não sabemos por que esse acordo não foi cumprido e a Senadora colocou para votação exatamente o projeto que nós criticávamos e que setores do movimento também criticavam.

Nas muitas reuniões que fizemos, nós da frente sabíamos o que era que estava em jogo. O que estava em jogo era uma armadilha e isso ficou claro no dia da votação. Eles não tinham interesse em aprovar nenhuma proposição, nem aquela original, digamos assim, próxima do parecer da Senadora Fátima Cleide, nem mesmo o pavoroso substitutivo do Demóstenes Torres. Eles tinham interesse em derrubar a proposição. Eles queriam derrubar, na Comissão de Direitos Humanos, para não ir lugar nenhum e encerrar esse assunto. É esse o interesse deles.

Aliás, tem uma coisa muito curiosa. Ontem, a Deputada Teresa Surita, que também é membro da Frente Parlamentar LGBT, embora não faça parte da coordenação, que conseguiu aprovar, junto com a atuação da Deputada Erika Kokay, a Lei da Palmada. Quer dizer, a lei que protege, na verdade, a criança da violência do adulto, dos castigos corporais.

E a Deputada Teresa Surita, chegou e falou: *“Jean, eu estou assustada”*. Porque ela chegou antes, para fazer uma reunião com a bancada evangélica, sobre esse tema dos castigos corporais, só que quando ela chegou, eles estavam reunidos discutindo o PLC 122 e discutindo as proposições que nos interessam.



E ela falou que ficou assustada com os argumentos e com a má vontade, absoluta má vontade da grande maioria dessa frente. Porque é importante dizer que há, na frente evangélica, gente disposta ao diálogo, e foram esses Deputados dispostos ao diálogo que permitiram que nós colocássemos, no Estatuto da Juventude, os termos orientação sexual e diversidade sexual. Mas ela ficou assustada com o nível do argumento, do tipo: eles não querem que nós existamos. Para eles, nós somos um erro, um desvio que precisa ser corrigido, com terapias de cura, com sessões de exorcismo, etc.

O que interessa é que nós não devemos existir nessa condição. Eles acham que nós estamos em pecado, nós somos abominação e nós precisamos de correção e não de afirmação de identidade. Então, a proposta da frente é: o debate não pode começar por eles. Não é que a gente vai excluí-los do debate, porque é impossível. A gente só avança se a gente dialogar com essa frente. Mas o diálogo e a construção da estratégia têm que ser dentro da frente parlamentar e ouvindo os diferentes setores do movimento.

Aí, a gente pensa qual é a melhor estratégia e até onde a gente pode ceder. Porque nem tudo pode ser cedido. As mulheres batalharam, demoraram o tempo necessário para aprovar a Lei Maria da Penha da maneira que elas queriam, e com toda certeza.

Então, o texto possível tem que ser construído primeiro por nós. Porque por quem pode dizer, legitimamente, que somos nós, ou os homossexuais mesmo, ou aqueles aliados. Porque a gente não pode excluir e ignorar que o aliado, embora não seja gay, ele tem um peso, ele tem uma sensibilidade que coloca ele do nosso lado. Somos nós que podemos dizer o que é possível negociar e o que não é. Qual é o texto possível e o que não é.

Não quero dizer que não haja negociação, não. Negociação tem que haver sim, porque é parte do conflito, é parte do papel da política mediar conflito. Mas existem pontos inegociáveis para todos os segmentos vitimados ou difamados. Os negros, as mulheres, os idosos, as crianças e adolescentes, todos esses grupos vulneráveis, eles têm pontos inegociáveis. Porque não interessa para nenhum de nós a letra morta. Ou interessa? Não nos interessa a letra morta. A gente quer uma lei que cumpra, pelo menos, o papel pedagógico de inibir. Pelo menos isso.

Olha, em resposta a perguntada Léo, sobre as razões da não aprovação de nenhuma lei que reconhece os LGBTs como sujeito no Congresso Nacional, penso que é uma pergunta bastante polêmica. Porque essa pergunta é, também, uma pergunta de responsabilidade de nós, como movimento social, não é?

É inegável que os oito anos de Governo Lula foram oito anos muito frutíferos, digamos assim, para o movimento social, para o movimento LGBT. Não há conquistas concretas, mas houve boa vontade, por parte do Presidente, houve debate, o debate foi instaurado na sociedade. Há políticas públicas, uma ou outra, mas há. Não pode desprezar essas conquistas.

Mas a verdade é que, nesses oito anos, o movimento não fez capilaridade, não criou

capilaridade, não ampliou a base social. O movimento não enfrentou aquele fantasma que eu mencionei, na abertura, que é o fantasma que nos assombra, nos divide e que nos impede de conquistas políticas, que é a homofobia internalizada.

Isso precisa ser enfrentado. Porque vou dizer para vocês: isso precisa ser enfrentado para que a gente gere identificação com quem nos representa ou com quem se coloca no papel de nos representar. Então, o movimento atualmente, não conseguiu fazer uma base social que permita a eleição de mais Deputados que defendam essa causa. Então, a correlação de forças acaba sendo injusta. Não se pode esperar que um Deputado homossexual assumido e alguns Deputados heterossexuais aliados possam fazer frente a uma bancada conservadora, que é maior, em número, e é maior em força e poder econômico.

Essa correlação de forças injustas impede que proposições sejam aprovadas, impede que conquistas sejam feitas, do ponto de vista legislativo. Então, esse problema não é só deles, das forças conservadoras. Esse problema é também nosso. Nós temos um papel de seduzir o nosso amigo mais próximo e dizer para ele: *“Olha, você gosta da boate? Você gosta da Lady Gaga? Você gosta da Madonna? Você gosta da sauna? Você quer fazer a pegação? Você quer usufruir dessas liberdades?”*. Você tem que lembrar que essas liberdades estão sendo ameaçadas. E para essas liberdades serem garantidas você tem que, minimamente, participar da política. E participar, minimamente, da política é estar atento e votar naquele candidato, seja Vereador, seja Deputado Estadual, que lhe representa. E não precisa representar, necessariamente, só a causa LGBT. Se esse Deputado já representa a causa dos Direitos Humanos, já é um voto bacana para ser dado. Entendeu?

Nesse sentido, essa é a dificuldade que nós temos de conquistas efetivas lá dentro. Eu acho que a criminalização da homofobia é uma pauta importante. Eu sou uma pessoa que me coloco, publicamente, a favor dessa pauta. Enfrento todo debate que ela levanta, o debate em torno da restrição da liberdade de expressão. Um debate que, inclusive, nós travamos dentro da própria frente parlamentar, porque, por exemplo, acho que Erika também concorda com isso – ela pode dizer se concorda ou não agora, eu e a Deputada Manuela, nós militamos também, pelo Direito Penal mínimo.

Então, não interessa um projeto de lei que coloque penas absurdas, pesadas, de reclusão, quando a gente sabe que as prisões estão superlotadas de negros e pobres.

Nós queremos um Direito Penal mínimo. Queremos multa, nós queremos prestação de serviços, sobretudo para a comunidade ofendida, nós defendemos isso.

Eu enfrento todo debate em torno do PLC 122, não sendo propositor, não sendo relator. Eu faço isso porque eu tenho o compromisso ético com a comunidade que eu represento. Mas o meu mandato propõe a pauta do casamento civil igualitário. Porque é uma pauta afirmativa, que não incide nessas questões de restrição de liberdade, que o PLC 122 quer queira, quer não, acaba incidindo, embora ele seja importante.

A pauta do casamento é a que vai estender um conjunto de direitos que nos são negados, que



estão em volta dos direitos da família. O casamento civil tem um efeito ordenador, institui a entidade familiar. A gente precisa aprovar como lei. Não podemos contentar com a decisão do STF, porque a gente sabe que a ampla maioria da população não tem acesso à justiça. Não tem Defensoria Pública na maioria dos estados e municípios desse país. Os pobres não têm acesso à justiça. A gente vê pela maneira como eles são tratados. Portanto, não vamos nos contentar com uma decisão do judiciário.

Precisamos de uma lei. E a maneira de fazer essa lei, de estender esse direito à comunidade LGBT é através da PEC do casamento civil. Essa pauta do matrimônio igualitário, ou do casamento civil igualitário é que vai, a médio prazo, promover uma transformação cultural da sociedade. Porque uma coisa é certa: esse é o momento. Como eu estou falando para iguais, para nós, é preciso que a gente coloque no nosso discurso o seguinte: a gente não está pedindo o amor das pessoas. A gente não quer que as pessoas nos amem e gostem, ou passem a dizer amanhã que homossexualidade é bacana. O que a gente quer é que as pessoas não neguem direitos por sermos homossexuais.

Eu estou me lixando se as pessoas não gostam de mim. Eu estou me lixando se acham que a homossexualidade é ruim, se elas não querem praticar. Eu só não quero que me neguem direitos por eu ser homossexual. Porque a diversidade e a pluralidade dos homens e mulheres é a nossa riqueza, como humanidade. Como disse Caetano Veloso: “Eu não espero pelo dia em que os homens concordem”. E a gente não pode esperar por esse dia. Mas a gente tem que garantir um Estado Democrático de Direito, que assegure a todos, na sua diversidade, acesso igualitário aos direitos, ao bem comum. É isso que nós temos que fazer.

Quem vai promover isso é a pauta do casamento civil igualitário, como a Argentina entendeu isso, Portugal entendeu isso, Nova Iorque entendeu isso e a Espanha também. Eu lembro muito bem, eu não era Deputado na época, eu era só ativista, mas eu lembro muito bem quando a Deputada Lara Bernardi propôs o projeto da criminalização da homofobia. Por que ela propôs esse projeto? Porque a pauta do casamento eles negavam. E eles disseram assim: “Bom, a gente não vota numa lei que estenda o direito ao casamento aos gays, nós não votamos. Mas nós votamos numa lei antidiscriminação. Se vocês fizerem essa lei, a gente vota”.

Bom, a lei foi feita e eles não votaram do mesmo jeito. E por que eles rejeitaram a lei do casamento civil? Porque eles sabem que garantir o direito ao casamento civil, embora eu respeite a decisão de quem não queira casar, porque meu irmão, por exemplo, é heterossexual e ele não quer casar. Mas ele sabe que tem esse direito à mão dele, a qualquer hora. Ele tem o direito a qualquer hora. E o fato de não querer casar e ter o direito faz ele mais cidadão do que eu, que quero casar e não tenho direito. Só para vocês terem uma ideia.

É essa pauta do casamento que vai enfrentar, a médio prazo, a homofobia. Na medida em que nossa família, na diversidade, vai ser reconhecida e, obrigatoriamente, protegida pelo Estado. Já pensou, por exemplo, se a gente assegura o direito ao casamento e, portanto, ao reconhecimento como entidade familiar, o direito à adoção vem automaticamente. E vocês já pensaram, por exemplo, nas reuniões de pais e mestres, os casais homossexuais, homoafetivos estarem ali, na mesma reunião com professores e pais?

Isso provoca uma transformação cultural tão significativa que a pessoa pode até dizer: “Olha, eu não concordo com aquele casal, mas eu vou ter que engoli-los aqui na reunião, porque eles são sujeitos de direito”. Por isso que eu acho que, junto da criminalização da homofobia, nós temos que incluir, na nossa pauta, na nossa agenda, o casamento civil igualitário.

Antes que vocês perguntem, muita gente vai perguntar: “Ah, Deputado, mas o senhor não conseguiu ainda as assinaturas para a PEC?”. Aí eu digo para vocês que cada assinatura conquistada para essa PEC foi conquistada na base do argumento. Ninguém vai voltar atrás e vai retirar a assinatura, depois que eu protocolar. Não vai acontecer o que aconteceu com a PEC 99, a PEC da teocracia, que muitos Deputados de esquerda assinaram sem saber o que estava assinando e depois tentaram tirar suas assinaturas. Não conseguiram. Infelizmente, não conseguiram porque depois de protocolado não pode. Mas só para você ter uma idéia: cada assinatura foi conquistada na base do argumento. E é na base do argumento que vamos conquistar todas as assinaturas, no ano que vem.

E como a gente sabe que é difícil uma proposição como essa ser votada, com a velocidade, no Congresso Nacional, a gente decidiu, inspirado no Ficha Limpa e inspirado na experiência Argentina, fazer uma campanha envolvendo a sociedade civil, para que haja uma pressão de fora para dentro, e o Deputado não se sinta amedrontado de votar a proposição.

Já temos um site que está no ar: casamento civil igualitário. Vários artistas já começaram a gravar o vídeo. Está bem bonito o vídeo, artistas de peso, artistas homossexuais, heterossexuais, da música, da teledramaturgia, que afirmam casamento civil igualitário.

Quando essa campanha ganhar corpo e a sociedade entender que se trata de direito e não do sacramento do casamento – não estamos pleiteando isso –, a sociedade vai abraçar e o Deputado, mesmo aquele que tem medo de tocar essa pauta, vai votar a favor da PEC.

E aí nós conseguiremos! Eu sou uma pessoa esperançada. Eu sou. Por lei, não via jurisprudência, porque os juízes também estão do nosso lado. Tem um juiz em Alagoas que fez um debate comigo, ele se propôs a fazer um casamento coletivo. Falou: “Jean, eu faço um casamento coletivo”.

Então, a gente está coordenando uma série de ações, inclusive, com o judiciário para pautar a sociedade e fazer uma pressão de fora para dentro.



ERIKA KOKAY

**Deputada Federal e membro da Frente Parlamentar
Mista da Cidadania LGBT**

Bom, eu queria desejar uma boa tarde para cada uma e cada de vocês, e dizer que é muito bom estar aqui. Aliás, a própria conferência, ela é uma conquista. Uma conquista da sociedade, uma conquista da democracia e nós temos, portanto, cada avanço, nós temos que celebrá-lo. Cada avanço.

Nós tivemos vários avanços, do ponto de vista do Poder Judiciário e do ponto de vista do Poder Executivo. Nós tivemos o conselho, uma reivindicação antiga, de todo movimento. Tivemos, ainda, a igualdade de direitos, estabelecida para finalidade de imposto de renda, pelo Ministério das Relações Exteriores, enfim., cada avanço, o Brasil sem homofobia. Cada avanço, nós temos que celebrar com muita alegria. Não apenas porque nos possibilita a existência humana na sua plenitude, mas porque isso significa dizer que a sociedade amadurece, na sua concepção democrática. Amadurece nas condições para fazer valer a Constituição desse país, que fala em dignidade humana e que fala em abolir qualquer forma de discriminação.

Portanto, nós temos que celebrar. E esta própria conferência é um avanço do movimento. A existência das conferências, enquanto pactos de construção entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade civil.

Penso que nós não avançamos no Poder Legislativo. E o Poder Legislativo está concentrando a grande resistência facista para todos os avanços democráticos, neste país.

Nós temos, ali, uma bancada que, em nome de Deus, busca fazer com que o Brasil volte ao processo de casas grandes e senzalas, e impedir a existência humana. Eu digo que quando se avança na homofobia, nós estamos avançando não apenas no direito da comunidade LGBT, mas nós estamos retrocedendo na construção democrática deste país.

Penso eu que, em nome de Deus, foram mortas mais de cem mil mulheres, durante a inquisição. E penso que, em nome de Deus, não se pode pregar e afiar as facas que vão ceifando as vidas, sejam as vidas literais, sejam as vidas metafóricas. O ser humano é um ser faltante. Nós só nos sentimos plenos quando nos sentimos pertencentes a algo maior do que nós mesmos. Nós somos seres faltantes e somos seres querentes. Ser humano é ser que produz desejos. Só o ser humano tem desejos. Quando se impede a realização do desejo, ou quando se impede o próprio sonho e o desenvolvimento da afetividade, você está ferindo a condição humana.

E o Brasil tem que se reconhecer, enquanto país homofóbico. Nós não podemos admitir que um parlamentar vá para a tribuna da Câmara e diga que é contra a homofobia, mas que o PLC 122 é um lixo. Portanto, eles têm que se assumir, enquanto homofóbicos. Porque não têm coragem de se

assumirem, enquanto homofóbicos? E vão amolando as facas. Vão amolando as facas na tribuna. Vão amolando as facas nos púlpitos de tantas igrejas, tudo em nome de Deus. Nós precisamos desconstruir esta relação.

Nós temos a bancada evangélica como a bancada mais bem-estruturada de todo Congresso Nacional. Uma bancada que foi pensada, que foi gestada durante o processo eleitoral, e que tem um nível de organização que poucas bancadas conseguem no Congresso Nacional.

Nós estávamos discutindo na Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, o projeto Maurício Rands, do PT, que assegura direitos previdenciários iguais. Uma discussão, inclusive, já superada, do ponto de vista da decisão do Supremo e das decisões judiciais. E, ali, a bancada evangélica vem de forma organizada, com discurso articulado, para dizer: “Não, não somos contra a homofobia. Mas nós não podemos permitir que isso aconteça, porque isso é um privilégio”. Daqui a pouco, vão dizer que a culpa da homofobia é da comunidade LGBT.

Daqui a pouco, a comunidade LGBT será culpada pela homofobia que paira e existe neste país. Isso significa que nós temos que nos organizar. Organizar, como disse o Jean, desde o processo eleitoral. Organizar para atuarmos numa proposta de Reforma Política, que está em discussão na Câmara.

A cada ano que passa, nós temos eleições que custam três vezes mais. O financiamento privado, inclusive, das igrejas, tem sido a variável fundamental dentro das eleições. Entranhada, inclusive, por grande parte da população.

Eu já escutei pessoas dizerem: “Eu não me candidato, porque eu não tenho dinheiro”. Ou seja, as candidaturas só se viabilizam através do poder econômico. Se a gente não assumir o financiamento público de campanha, nós não vamos ter um Congresso Nacional que represente a diversidade e a necessidade de avançarmos no nosso país. Porque temos um Congresso que, a cada legislatura, se conservadoriza. E avança sobre os direitos dos quilombolas, da comunidade LGBT, e dos direitos indígenas.

Recentemente, nós tivemos que desconstruir, no povo de terreiro, na CCJ, uma proposta de que seria a Câmara que iria delimitar e demarcar as terras indígenas. Um retrocesso sem tamanho. Estão em risco uma série de conquistas nossas, e está na Comissão de Constituição e Justiça uma lei que assegura que menino de até dez anos de idade pode entrar para o mercado de trabalho, ou seja, isso nós estamos falando de meninos pobres. Porque a sociedade não admite trabalho infantil para criança rica. Ela não pode trabalhar. Ela se indigna.

Agora, o pobre ela diz: “*Não, é melhor estar no trabalho do que no ócio, no crime ou. na droga*”. É como se para a criança pobre só tivesse dois caminhos, o trabalho ou o crime e a droga. Ela tem a infância usurpada.



Então, ou nós nos atentamos para um nível de conservadorismo que está pairando no Congresso, ou teremos uma representação que nós estaremos, muitas vezes, em processo de resistência. Porque nós queremos avançar na discussão LGBT, mas nós temos uma pauta de resistência, para que a gente possa preservar as conquistas que custaram muito para esse país, porque custaram muita dor e esperança para este país.

Por isso eu diria para cada uma e cada um de vocês que, ou a gente se organiza, ano que vem é ano de eleição. Nós temos que ter uma posição, uma posição articulada, organizada. Senão, nós deixaremos uma das maiores conquistas deste país, que é a laicidade do Estado, naufragar.

Está em risco, penso eu, não apenas os direitos da comunidade LGBT, porque eles representam a necessidade de encararmos a diversidade da humanidade, de nos reconhecermos enquanto seres humanos.

A homossexualidade ela sempre existiu. Ela faz parte da diversidade, da riqueza da condição humana. E nós temos um país construído sobre casas grandes e senzalas, onde uma elite, que nunca se sentiu brasileira, quer fazer com que a sua concepção e o seu pensamento possa ser reproduzido.

O que eu digo, aqueles que se sentiam dono da terra, também se sentiam dono das pessoas, das mulheres, das crianças e, também, se sentiam donos do Estado. Por isso, quando nós defendemos a liberdade de amar. Liberdade de beijar. Liberdade de expressar o seu afeto. Nós estamos falando de liberdades de expressão. Porque a expressão humana não é só a fala. A expressão humana é o afeto, é o carinho. A expressão humana é o desejo. Isso é expressão humana.

Eu não posso dizer que nós conquistamos a liberdade de expressão se as pessoas não podem se beijar. Se homens que amam homens e mulheres que amam mulheres não podem amar e viver como qualquer pessoa desse planeta. Por isso eu digo que o que está em discussão é o reconhecimento humano, o que está em discussão é a liberdade de expressão, e o que está em risco é a laicidade do Estado.

É o Estado que se quer para aqueles que seguem determinadas religiões. Porque nós temos uma discriminação, que ela não fica ensimesmada. A sociedade homofóbica é uma sociedade que tende a ser machista, sexista, que tende a anular a liberdade de credo. Ela tende a ser uma sociedade que cria modelos de perfeição e que anula a existência do outro. Portanto, uma sociedade violenta.

A primeira coisa que nós deveríamos fazer, penso eu, é nós estarmos caracterizando e dando via à visibilidade, à homofobia. Para dizer: “Vocês são homofóbicos”. Porque eu vi. Nós vimos, eu e Jean, o que foi feito com o projeto de escola sem homofobia. Aquilo foi leviano. Foi mentiroso.

E não é uma mentira por ignorância, é uma mentira dolosa. Porque utilizaram cartilha de redução de danos, para dizer que aquilo era o Plano Brasília Sem Homofobia, e que ia ser distribuído a menino de seis anos de idade.

Diziam que nós iríamos ter os pastores presos, os religiosos presos. Foi uma construção mentirosa. E o que nós, do movimento civil, fizemos? Da sociedade civil? O que nós, do Estado, fizemos? O Estado, o governo brasileiro retirou o projeto sem, inclusive dizer o que ele representava realmente. E ainda a Presidente da República disse que é uma questão de costume. Isso não é costume, isso é direito. E ainda construiu uma instituição ou um grupo para avaliar todos os projetos que digam respeito aos costumes. O que é isso de costume? Nós estamos humanizando uma lógica social conservadora e estabelecendo o costume.

Por isso, eu digo que nós não podemos desistir do Escola Sem Homofobia. Está sendo reconstruída essa discussão. Porque, no chão da escola, a gente carrega as nossas marcas. Seja para o bem ou para o mal. E as escolas não podem expulsar as pessoas em função da sua orientação sexual, ou da forma como as pessoas são. Por isso, eu diria que esta é uma discussão que nós temos que fazer.

E, por fim, digo que a frente tem que começar a ter uma ramificação, ser mais orgânica, mais estruturada, para que nós possamos dar respostas mais imediatas. Para que nós possamos ter publicações para distribuir na rodoviária das nossas cidades, para distribuir nos cantos das nossas cidades, para que nós possamos desconstruir as mentiras que são feitas e para que nós possamos avançar na busca de direitos.

Digo para cada uma e cada um de vocês que isso é tão fundamental. Sabe por que é tão fundamental? Porque isso significa resgatar a identidade. Resgatar a identidade. Por isso, eu encerro lembrando Ney Matogrosso, quando diz: “Se joga, coração”. Se joga.



RAMAÍS DE CASTRO SILVEIRA
Secretário Executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
República e Presidente do CNCD/LGBT

Jean, Erika, Leo, Julian, todos e todas, bom dia, ou boa tarde. Eu, praticamente, estava abrindo mão já, inclusive, da fala, pelo adiantado do horário, mas vou me resumir, apenas, aqui, a apontar cinco questões. Vou tratar de cinco temas, e não aprofundando nenhum deles, apenas mencionando um posicionamento, porque acho que agrega, naquilo que vem sendo, já, debatido e colocado, aqui, por essa importante Mesa de diálogos, que estamos desenvolvendo, sobre a questão do Legislativo e da legislação.

A primeira delas é de que quando nós tratamos de Direitos Humanos, como pauta universal, que deve ser, evidentemente que nós estamos tratando, aqui, do direito a livre expressão. tratamos aqui, do direito à igualdade de gênero, a identidade de gênero. Nós estamos tratando, aqui, da dignidade da expressão sexual.

E nós entendemos, de há muito já, quando tratamos disso no Brasil, que é por meio da educação que nós teremos como avançar, com essa identificação e com essa liberdade. E se é por meio da educação, nós devemos fazer isso em relação a todas as pautas.

E sobre isso aqui, portanto, além de como Presidente do Conselho Nacional LGBT, posição que muito me orgulha, de hoje representar, mas também como membro do Governo da Presidenta Dilma, é importante que se diga que nós estamos avançando para um patamar histórico, no ano de 2012. Quando nós teremos implantado, talvez, a maioria dos senhores e senhoras ainda não saiba disso, mas é importante que tomem conhecimento, se apropriem deste fato. Em todas as escolas de ensino médio, de ensino fundamental e em todas as universidades nas faculdades, nos centros universitários, portanto, em todos os níveis de ensino, a educação em Direitos Humanos, como uma diretriz curricular fundamental.

O Conselho Nacional de Educação deverá aprovar, segundo calendário que já está estabelecido, no início do ano de 2012, um conjunto de diretrizes curriculares nacionais para a educação em Direitos Humanos. E, entre essas diretrizes, a livre orientação sexual e o direito de afirmação da identidade de gênero estão lá, contidos.

O que significa que não apenas com uma política pública do Governo Federal para os Estados ou para os Municípios, mas com uma diretriz para que todos os professores e professoras deste país, a partir da base dos debates que tem que ser feitos, no campo da educação, nós teremos a educação em Direitos Humanos e os nossos direitos da luta LGBT incluídos. Isto, sim, deve ser apropriado por todo movimento, e não é algo que vai acontecer por geração espontânea. Vai precisar de muita luta, de muito debate e de muito avanço, lá na base, para que nós possamos chegar aonde nós queremos.

O ponto dois é uma afirmação categórica, que faço, aqui, em nome do governo, de que o nosso governo, o Governo da Presidenta Dilma, apoia, sim, a criminalização da homofobia. Isto não é menor. E nós queremos fazer isso num patamar em que toda e qualquer legislação, como humanistas que todos somos, e também como defensores de um Direito Penal mínimo, que nós possamos avançar com essa pauta, no Congresso Nacional, não por qualquer desejo revanchista, porque o revanchismo não faz parte dos Direitos Humanos. Mas porque nós queremos avançar com a criminalização, especificamente, pelos efeitos sociológicos que ela causa, e sempre causou, na história brasileira e na história da humanidade, como foi com o racismo.

Então, na medida em que nós pudermos criminalizar a homofobia, neste país, e a transfobia, e a lesbofobia, impediremos que programas humorísticos de televisão, veiculados para milhões de pessoas, utilizem como mote cômico a homofobia. Porque, hoje, não podem mais utilizar o racismo. E isso tem efeitos reais no cotidiano da nossa sociedade.

Nós queremos criminalizar a homofobia para que seja absolutamente inegável que subir ao Parlamento e ao púlpito do Parlamento brasileiro para defender teses homofóbicas, para instar, inclusive, a homofobia neste país, será, evidentemente, uma quebra de decoro parlamentar, para dizer o mínimo.

Nós queremos criminalizar a homofobia, para que a sociedade dê, por meio de seu Parlamento, um recado para ela própria e para o mundo, de que esta é uma conduta proibida no nosso país. E se necessário, que as pessoas que mesmo assim cometam esse crime e transgridam esta regra, que, então, elas sofram o devido Processo Penal.

Mas acima de tudo, nós queremos os efeitos sociológicos, ou seja, o que nós queremos é que ninguém mais sofra, seja o preconceito, seja, inclusive, a agressão e até mesmo o assassinio, como é o que, hoje acontece, no nosso país, por apenas e tão somente ser um ser humano.

O terceiro ponto é de que aqui, no limiar que eu tenho, entre governo e presidência do conselho, afirmar que a Reforma Política, que foi muito bem colocada, pela Deputada Erika, é seguramente, uma das prioridades, e não só para nós todos que militamos pelo movimento LGBT, mas para todos aqueles que defendem um país laico e que respeita as diferenças.

Porque, hoje, a representação que nós temos, no Congresso Nacional, de diversas bancadas, inclusive, a bancada que foi, aqui, mencionada, que é a bancada evangélica, estão desproporcionais, inclusive, em relação àquilo que é a própria representação da sociedade, na sua multiplicidade. E se isso acontece, é por alguns motivos.

E, seguramente, os dois principais deles são o enfraquecimento dos partidos, que também não podem ser demonizados, pela sua importância secular para a afirmação da democracia, e porque



nós temos o financiamento privado, nesse país, que garante ao poder econômico a sua amplificação representativa no Congresso, Câmara de Vereadores, Assembléias e em tantas outras instâncias de poder, neste país. Isto tem que ser apropriado pelo movimento. Porque se não há política sem orçamento, também não há política sem representação. E isso tem que ser dito.

O quarto ponto trata-se de um anúncio. Nós criamos, recentemente, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, um Comitê Nacional de Promoção da Diversidade Religiosa. E essa é uma iniciativa corajosa, que a Ministra Maria do Rosário resolveu levar adiante. E essa conquista milenar da humanidade, de ter conseguido separar, principalmente, mas não só no mundo ocidental, a religião dos assuntos públicos, dos assuntos que atingem a todos, esta conquista, ela tem que ser plenamente e cotidianamente alimentada, regada e garantida, porque ela nunca será uma conquista perene. E até para garantir isso que o Estado, sim, deve trabalhar, dialogando com as religiosidades, fomentando essa diversidade, mas colocando lá, também, Julian, a pauta daqueles que não se adéquam ou não querem ter nenhuma dessas religiosidades. Portanto, daqueles que se colocam como ateus, agnósticos etc.

E, neste debate que queremos lá fazer para todos aqueles que se afiliam às teses do multiculturalismo, entenderam bem o que eu estou falando nós, iremos fomentar este debate. E tenho convicção, aqueles que estiveram na sessão do Supremo Tribunal Federal puderam ver isso na prática. Quando nós, na Arena pública, quando nós no cenário como esse, que está aqui, colocado, vamos à raiz dos argumentos, quando nós obrigamos uma pessoa preconceituosa, homofóbica, agressiva a vir aqui, para a frente, na frente de outras pessoas que são inclusivas, tolerantes, democráticas, quando uma pessoa vem aqui, ela tem uma imensa dificuldade.

Foi o que nós vimos acontecer no Supremo Tribunal Federal. Não tem base argumentativa pra sustentar esse tipo de argumento. Portanto, fóruns como este, que podem ser replicados nos Estados, que podem ser replicados nos Municípios são importantíssimos, para que nós constranjamos aqueles que rasgam a Constituição, que a companheira agora, aqui, antes, jogava ao céu, que rasgam ela, porque não aceitam a diferença. Nós precisamos de fóruns como esses, de debate. Permanentes.

E o meu último ponto é apenas um reforço naquilo que a Deputada Erika já tinha dito, que nós precisamos que o Conselho Nacional, que na sua versão Conselho Nacional LGBT, teve a instauração, nesse ano, de 2011, pelo Governo da Presidenta Dilma, e que eu tenho a honra imensa de presidir e de ser o primeiro presidente, junto com a Irina, com toda a nossa equipe, o Igo, que tanto nos apóia. O nosso conselho precisa, sim, dessa interlocução permanente com a frente parlamentar, e precisa cada vez mais da participação militante de todos e todas, nas suas reuniões.

Nós temos aqui, a possibilidade de transmitir as sessões desse conselho, ao vivo, para todo o país, pela internet, porque o que nós fazemos lá dentro não é decidir, entre meia dúzia, os rumos e o

futuro do movimento. Mas é porque nós queremos, acima de tudo, que as pessoas falem com seus representantes que estão lá, e que aqueles representantes, efetivamente, estejam representando o pensamento da comunidade LGBT de todo o nosso país.

Desculpem-me, se me estendi, mas é que com essas palavras, aqui, eu acho que agrega um pouco de argumentos ao nosso debate. Agradeço pela oitiva.



JULIAN RODRIGUES

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - ABGLT

Pessoal, boa tarde. Eu sou Julian, da ABGLT, sou de São Paulo. Tenho acompanhado esse tema no Congresso há alguns anos, porque além de ter sido assessor parlamentar do ex-deputado Federal Luciano Zica, que foi um dos que lançou a Frente Parlamentar LGBT, lá em 2003. Eu tenho ajudado, na ABGLT, a discutir um pouco essa questão do parlamento e da agenda legislativa. Então, por isso que o pessoal me indicou para debater nessa mesa.

Eu queria, antes de entrar no assunto propriamente, dizer que estou muito feliz de estar à Mesa com Jean, Erika, Ramaís, e dizer que nós começamos bem a Conferência, ontem, não é? Porque para quem achava que o movimento LGBT está gostando de tudo que está acontecendo, de que está tudo muito bom, nós mostramos que temos insatisfação e que a Conferência é para debater isso também. Então, nessa mesma pegada, eu queria falar, rapidamente, fazer uma introdução, sobre a questão do Congresso Nacional e os direitos LGBT.

Esse ano, completamos 23 anos de promulgação da Constituição. Não foi aprovada, nesses 23 anos, nenhuma Legislação nacional, (com exceção da Lei Maria da Penha, que cita a orientação sexual de maneira transversa, porque admite a violência entre casais de mulheres e, agora, o Estatuto da Juventude) mas nenhuma legislação específica foi aprovada, em todo esse tempo.

A primeira iniciativa de inserir o tema LGBT no marco legal brasileiro foi do ex-Deputado José Genoíno, que propôs, na Constituinte, que o art. 3º constasse a proibição de discriminação por orientação sexual. A proposta foi reprovada. Em 1995, nós tivemos aquela iniciativa pioneira da Marta Suplicy. E é preciso dizer que se a Marta não tivesse, em 1995, apresentado o projeto da união civil, nós não estaríamos assegurando com Carlos Ayres Britto, em 2011, o direito à união estável, via STF.

É preciso entender que esse movimento (LGBT) tem história, que não começou ontem, que não começou hoje, não é? O movimento tem 30 anos e a discussão no Congresso tem muitos anos também. Eu gosto de falar isso porque, às vezes, a gente fica muito preso à conjuntura e não faz um resgate, inclusive, dos atores e de todo processo.

Em 2003, nós lançamos a frente parlamentar, com a Deputada Iara Bernardi, Deputado Luciano Zica, Maria do Rosário, Fátima Bezerra. Foi um avanço muito grande o lançamento da frente parlamentar. Porque, pela primeira vez, a pauta LGBT não era de um Deputado ou outra Deputada. Quando nós lançamos a frente, agente sabia que ou era uma pauta suprapartidária, pluripartidária,

com movimento social junto, ou não teria heroína ou herói que iria aprovar algo naquele Congresso. Porque o Congresso é plural, é grande, e se não tiver uma articulação coletiva não haverá protagonismo para ninguém, porque nada será aprovado.

Eu digo isso porque nós conseguimos avanços no primeiro período da frente. Mas o que eu queria dizer para vocês, que na segunda legislatura da frente, já em 2007, tivemos mais dificuldades. A Deputada Cida Diogo, por exemplo, que foi nossa coordenadora, levou uma bordoadada na eleição municipal de 2008, que ela ficou refletindo, pensando. E uma das coisas pelas ela mais apanhou foi por ter sido coordenadora da frente parlamentar LGBT. Ela disse: “Continuo com o mesmo compromisso com vocês, mas eu não tenho condições políticas e eleitorais de protagonizar mais a frente, depois dessa campanha”.

Ontem Jean lembrava Fátima Cleide – guerreira Fátima Cleide –, quando assumiu a relatoria do PLC 122. No Estado de Rondônia, existem 40% de evangélicos. Fátima Cleide é uma das mulheres mais corajosas da política brasileira, porque ela encarou esse debate.

Vamos dizer as coisas como elas são. O que representa 40% de evangélicos no Estado? Por que estou falando isso? Porque já na última legislatura, em 2007, tivemos esse problema - pressão dos fundamentalistas. Agora nós estamos na terceira legislatura que existe a frente, 2011.

E aí eu entro no debate. Eu escrevi um artigo há um mês mais ou menos. Chama-se a “Escalada Conservadora”. Na linha do que Erika e Jean disseram aqui.

Não se trata da pauta LGBT, gente. O Paulo Mariante sempre diz isso, agente sempre conversa sobre isso. Ou a gente entende que isso é uma pauta político-programática ideológica, que trata de Direitos Humanos, que trata de liberdades individuais, que trata de racismo, de machismo, de direitos, ou agente vai ficar dizendo: “São os homofóbicos”.

Eles (fundamentalistas) são homofóbicos. Mas ser homofóbico é uma coisa muito pequeninha. Eles são contra a democracia. Eles são contra os Direitos Humanos.

Eles são contra a liberdade de expressão. É uma posição. Eles são pela internação compulsória de dependente químico. Eles são contra o fim dos castigos corporais.

Há uma profusão de temas conexos. Ou a gente se articula de maneira plural ou a gente não vai dar uma resposta à altura. O que eu quero dizer objetivamente com isso? Laicidade do Estado.

Nós precisamos fazer uma frente política social pela laicidade do Estado, pelas liberdades e pelos Direitos Humanos. Nessa frente, tem que estar o movimento LGBT, tem que estar as mulheres, o movimento feminista, movimento negro, crianças e adolescentes, tem que estar



movimento indígena, pela democratização das comunicações, tem que estar todos os movimentos que estão mais diretamente atacados pelo conservadorismo cristão.

O movimento negro, o povo de terreiro, que pode ser protagonista disso. Nós, que geralmente não somos lembrados, nós ateus, que somos a minoria mais discriminada de todas as pesquisas, mais do que os homossexuais, são os ateus. É preciso dizer que não é só povo de terreiro que é discriminado no Brasil. Todos que não estão juntos ao cristianismo fundamentalista são discriminados por eles.

Então, essa frente tem que ter feministas, tem que ter povo de terreiro, tem que ter os ateus, tem que ter todos que estão pela laicidade do Estado.

E aí eu concluo voltando ao movimento LGBT. Nós precisamos afinar nossa estratégia. O movimento é plural, o movimento continuará sendo plural. Agora, nós precisamos ter um diálogo melhor. A frente precisa ter um funcionamento mais orgânico. O movimento social, coletivamente, tem que ter diálogo mais orgânico com a frente. E nós precisamos ter um afinamento de estratégias.

Afinar estratégia não quer dizer que nós vamos fazer a mesma coisa e concordar sempre. Mas quer dizer que a gente tem que ter a consciência: “Até aqui eu vou junto. Até aqui, eu não vou...”, não é?

Para encerrar a minha fala, quero dizer sobre as três coisas que a ABGLT tem proposto, enquanto agenda. A criminalização da homofobia, que nós temos consciência de que o movimento que foi feito pela Marta foi polêmico. Majoritariamente foi rechaçado pelo movimento LGBT e ele não resultou em efetividade. Nós precisamos fazer um balanço, porque ele poderia ter resultado em efetividade.

Inclusive, se tivesse sido aprovada a proposta da Marta, o Jean poderia relatar na Câmara e fazer as modificações lá, porque aquele texto não seria o texto definitivo, necessariamente, porque ia passar pela Câmara. Mas essas estratégias e mostrou ineficaz. É preciso fazer uma avaliação.

Nesse sentido, se ela se mostrou ineficaz, vamos voltar a fazer o debate com o projeto da Fátima Cleide. Eu acho que isso unificará o movimento e mesmo que seja pra não ganhar imediatamente.

A Argentina acaba de aprovar na Câmara e agora vai para Senado, uma lei que acho que dá um salto para a gente discutir, que é a lei de identidade de gênero. É melhor que projetos que nós temos debatido sobre nome social, sobre pré-nome de pessoas transexuais, a lei reconhece o conjunto da identidade de gênero de pessoas trans, sem laudo, sem questões médicas.

Por último, a questão da união estável, porque é preciso regulamentar três coisas: união

estável, conversão da união estável em casamento e o casamento civil, propriamente dito. Então, nós precisamos regulamentar isso tudo. E existem duas estratégias político-jurídicas. Eu estou entre os que defendem que temos que fazer um projeto de lei para alterar o Código Civil e alterar os artigos diretamente relacionados aos temas: união estável, conversão da união estável e casamento civil. E há os que defendem que sem aprovar uma emenda constitucional é impossível e é inócuo, porque vai ter sempre alguém dizendo que a constitucionalidade do casamento homossexual pode ser questionada.

Há essas duas posições. Mas é importante que a gente avance no debate, porque há um consenso: é preciso regulamentar no Legislativo a conquista da união estável e do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. E assim, eu concluo. Obrigado.



Painel 2 – Políticas Públicas e Direitos da População LGBT

ROGÉRIO SOTTILI
Secretário-Executivo da
Secretaria-Geral da Presidência da República

Boa tarde a todos e a todas. Quero começar cumprimentando o Zezinho, nosso querido Zezinho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, antigo militante da causa LGBT, professor. Quero cumprimentar Nadine, da Secretaria de Direitos Humanos, a Cláudia Dutra, do Ministério da Educação, a Katia, do Ministério da Saúde, e minha companheira de trabalho Joana. Quero também aqui cumprimentar os representantes do movimento LGBT, quero cumprimentar a Jovanna Baby do seguimento trans, deixar o meu abraço à Janaina Oliveira, do segmento de negros e negras, à Marinalva, à Irina Bacci, à Keila Simpson, à Yone Lindgren e quero deixar meu abraço à Fernanda Venturi.

Quero fazer uma homenagem muito especial àquelas pessoas importantes dessa luta, dessa causa LGBT, que marcaram e nos deixaram o recado de que nós precisamos aprofundar cada vez mais a nossa luta pelas conquistas do movimento, dos direitos da comunidade LGBT. Eu queria fazer uma homenagem à companheira Camille, trans, assassinada em Campinas. Também gostaria de homenagear o jovem Alexandre Ivo de apenas 16 anos, vítima da homofobia e, também, o Edson Neri, assassinado em São Paulo. Também queria render homenagem ao nosso primeiro Coordenador LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, que, infelizmente, faleceu em um acidente de automóvel há dois anos, o nosso querido Paulo Biagi.

Prezados amigos, companheiras e companheiros, é um prazer enorme estar presente na II Conferência Nacional LGBT. Tenho a honra de representar o Ministro Gilberto Carvalho e, em nome dele, quero agradecer a participação de todas e todos que aqui representam as lideranças do movimento LGBT.

Para mim, esse momento é especialmente importante. Eu era Secretário Executivo da Secretaria de Direitos Humanos durante o processo da realização da I Conferência Nacional LGBT, que foi um marco inédito em todo o mundo para a elaboração de políticas de promoção da cidadania LGBT. Me alegra muito acompanhar a continuidade desse processo nessa conferência.

Prezados companheiros, perceber que, da I Conferência para cá, acumulamos conquistas históricas para a consolidação dos direitos da população LGBT, como o reconhecimento da união homoafetiva pelo Judiciário e pelo Executivo Federal, com consequências que permitem, por exemplo, o uso do nome social e declaração conjunta do imposto de renda. A criação da Coordenação

LGBT e a instalação do Conselho de Combate à Discriminação LGBT, além de tantas outras conquistas que nós firmamos da I Conferência para cá.

Quero, inicialmente, reafirmar o compromisso do governo da Presidente Dilma com a garantia de direito da população LGBT e rejeição absoluta de qualquer prática lesbofóbica, homofóbica ou transfóbica.

O movimento tem uma demanda legítima e um enorme desafio pela frente. O governo tem compromisso com esta questão e nós precisamos fortalecer as estratégias para alcançarmos os nossos objetivos.

Precisamos encarar que existe uma correlação de forças em segmentos sociais e públicos, que nem sempre são favoráveis aos pleitos da cidadania LGBT. Quero dizer com isso, prezados amigos e prezados companheiros, que não devemos jamais deixar de lutar pela igualdade de direitos, mas precisamos pensar nas melhores estratégias para atingirmos nossos objetivos. As cobranças às diversas instâncias do Poder Público são essenciais, mas precisamos dessa sensibilidade para não permitir retrocessos e, mais do que isso, avançarmos cada vez mais na construção de um país de direitos e de participação social.

As conquistas obtidas pela população LGBT no Brasil, nos últimos dez anos, são uma referência, mas enormes desafios permanecem. Queremos o máximo e precisamos ir construindo os avanços paulatinamente.

Esse painel trata das Políticas Públicas e Direitos da População LGBT. Precisamos ter a diretriz política, e da parte do governo isso já está bem claro. A partir disso, de acordo com as estratégias adotadas, precisamos ser pragmáticos. As políticas setoriais são fundantes para a garantia de direitos da população LGBT, e não podemos esquecer que as políticas universais devem também estar atentas às especificidades do segmento.

O Programa Brasil Sem Miséria, por exemplo, foi concebido como a meta central do Governo Federal até 2014, para que consigamos retirar da extrema pobreza os 16 milhões de brasileiros, que ainda permanecem alijados do acesso a seus direitos fundamentais. Essa política também deve ser responsável pela garantia de direitos da população LGBT, inseridos na sociedade brasileira sem discriminações.

No que diz respeito à atuação da Secretaria-Geral da Presidência da República temos duas linhas principais de atuação. A primeira delas refere-se à participação social. A participação cidadã é um instrumento decisivo para avançarmos nas pautas sociais. O Brasil já está nesse caminho, mas temos muito ainda a melhorar. Por isso, o fortalecimento da democracia participativa e a consolidação da participação social como método de gestão é um dos principais objetivos da nossa Secretaria-Geral, como órgão responsável pela coordenação da política nacional de participação social.



Ao longo dos últimos anos, o país tem criado e consolidado instrumentos de participação social que garantem o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, como conselhos de direitos, conferências, mesas de diálogo, ouvidorias, canais de internet, entre outros.

O governo entende, prezados amigos, a democracia como um processo político e social, em que a participação dos cidadãos é essencial para definir a prática democrática. Assim, não é por acaso que a interação democrática entre o Estado e a sociedade civil é um dos eixos orientadores do terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos do Governo Federal, o PNDH-3. O crescente número de pessoas e organizações envolvidas nos espaços de interação com o Estado confere ao Brasil maior possibilidade de encontrar soluções para os problemas que enfrentamos, co-responsabilizando todos os atores envolvidos.

A sociedade civil pode atuar como parceira do Estado e deve ter um papel ativo na cobrança de melhores condições de vida para a população. Nessa perspectiva, prezados companheiros, o governo está comprometido a avançar na educação em direitos humanos com vistas ao combate da discriminação LGBT. Vamos reforçar o processo de construção do conjunto de ações para escolas sem homofobia, vamos trabalhar com campanhas de conscientização, sempre com a participação da sociedade e do movimento social.

A segunda linha de atuação da Secretaria-Geral da Presidência da República refere-se à Política Nacional de Juventude. Este tema é especialmente importante para a garantia da cidadania LGBT.

O Plano Nacional de Promoção, Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais traz uma ação específica ao tema, conforme expressa o texto base dessa Conferência: Ação 1.138: “Garantir que a Secretaria Nacional de Juventude execute ações afirmativas no tocante aos direitos humanos da cidadania de jovens LGBT”.

Para responder a essa demanda, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, parte do Plano Plurianual de 2012 a 2015 (nosso PPA), elaborado pela Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria-Geral, e em fase de aprovação do Congresso Nacional, tem iniciativa que determina especificamente a ampliação do recorte LGBT nos programas e projetos para a juventude desenvolvidos pelo Governo Federal.

Além disso, o Conselho Nacional de Juventude, o Conjuve, que representa as demandas dos jovens brasileiros e dos movimentos sociais juvenis, possui um membro específico de representação de jovens LGBT.

Estamos, prezados companheiros e prezadas companheiras, empenhados em cumprir essa tarefa e outras mais que se apresentem para a garantia da cidadania e a igualdade de direitos da população LGBT.

A conquista da democracia no país foi um processo que custou muito caro para todos nós. Com base na consolidação e construção democrática, o compromisso do nosso Governo é aprofundar cada vez mais um Brasil sem homofobia, lesfobia ou transfobia, orientado pela participação social e solidariedade com base na transformação.

Nós temos muito que avançar, prezados amigos. Nós vamos ouvir dessa Conferência muitas sugestões, muitas propostas, muitas críticas e é assim que criamos as melhores políticas, os melhores programas, para construir um Brasil de fato livre da homofobia, um Brasil com políticas públicas voltadas para a consolidação dos direitos humanos e dos direitos da população LGBT. Vamos em frente e vamos avançar.

Muito obrigado e bom debate.



KÁTIA MARIA BARRETO SOUTO **Coordenadora da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão** **Participativa e Controle Social do Ministério da Saúde**

Boa tarde! Agradeço pelo carinho da recepção e da alegria de estar aqui nesta 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Sinto-me alegre por aceitar este grande desafio! O ano de 2011 me trouxe alguns presentes e um deles foi o reencontro com a luta do movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Trabalhei no Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde (MS) e estive quatro anos afastada das questões referentes, especificamente, às políticas de saúde LGBT e perceber os avanços desta caminhada é muito gratificante.

Participo deste encontro para compartilhar um pouco da história, dos progressos das políticas de saúde LGBT, mas também de seus desafios, que é de todos nós, governo e sociedade civil.

Penso que as políticas de promoção de equidade são o maior desafio para todas as políticas públicas, não só para a população LGBT. Há, ainda, para as populações em situação de vulnerabilidade, um olhar normativo, adultocêntrico e é necessário que tenhamos coragem e ousadia na gestão pública e nos movimentos sociais de – respeitando as especificidades étnicas, de crença, de opinião, de gênero, de orientação sexual e de geração – construir políticas públicas que, de fato, contribuam para diminuir essas desigualdades e iniquidades. É importante refletir sobre as causas dos processos de saúde e adoecimento no que se refere à orientação sexual e identidade de gênero.

Comecei a atuar na saúde a partir da minha participação no movimento social, no movimento de mulheres, na militância feminista e depois na minha vida profissional. Como comunicadora social, de formação acadêmica, sentia-me pessoalmente tocada e envolvida com essa temática da participação social para formular políticas de inclusão social na perspectiva de uma nova sociedade de iguais e de pessoas livres em todas as condições e na sua plenitude.

Acabamos de aprovar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT – por meio da Portaria MS nº 2.836, publicada em 1º de dezembro de 2011 – que não tratará apenas de doenças e agravos, mais também de respeito, integralidade da atenção à saúde e, principalmente, do seu papel como agente determinante da cidadania e garantidor dos direitos humanos.

Apesar de o movimento social LGBT, constituído, ter ganhado visibilidade com o advento da AIDS, sua militância reconhece que suas demandas de saúde estão além das questões atreladas à infecção ou ao vírus HIV. Porém, foi através desta população que o sistema público de saúde pôde

conhecê-lo, dar-lhe notoriedade e, especialmente naquela ocasião, foi plantada uma semente de reflexão crítica do próprio processo de abordagem acerca do tema nas questões ligadas ao campo da saúde.

Como gestora, que tem uma trajetória pessoal ligada ao Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, é importante deixar registrado que esta área propiciou, ao longo dos anos, em conjunto com os movimentos sociais, discussões a partir de uma situação específica de saúde para a reflexão da cidadania e de direito. Esta foi uma grande contribuição do movimento social LGBT à sociedade.

A exposição dos direitos LGBT se deu num primeiro momento através da militância de homens gays, contudo, ao longo do tempo, as mulheres lésbicas, as travestis e os transexuais — masculinos e femininos — também aderiram ao movimento, levando-se em consideração e respeitando as diferenças de ponto de vista nas discussões da política de saúde de cada população e, principalmente, buscando visibilidade para sua condição particular de vida. Na mesma época foi criada a Comissão Nacional de DST e Aids (CNAIDS) com participação efetiva da sociedade civil organizada.

A partir de 2003 o governo começa a discutir a importância de eliminação da discriminação e das desigualdades em saúde que pudessem ser limitantes à cidadania e saúde da população LGBT e inicia a construção de outros espaços de diálogo entre o movimento social e o governo federal.

Hoje, na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde, observamos o avanço real do diálogo das políticas governamentais na vida da população beneficiada.

Em 2004, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) instituiu o Programa Brasil sem Homofobia e neste mesmo ano é criado o Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais.

O Comitê foi redefinido em sua composição e missão por meio da Portaria MS nº 2837, de 1º dezembro de 2011. Contempla as especificidades de travestis, transexuais, masculinos e femininos, mulheres lésbicas, homens gays e assegura a participação de outras entidades como o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, além de possibilitar a interlocução da Política Nacional de Saúde Integral LGBT com outras áreas de atuação do Ministério da Saúde, como as políticas de saúde do homem, de saúde da mulher e de saúde mental.

A aprovação da Política no CNS e a pactuação do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT com a gestão municipal e estadual de saúde significou a criação de um instrumento concreto de execução de ações em saúde para esta população.

No ano 2011 foi pactuada a Política e a recomposição do Comitê Técnico de Saúde Integral



LGBT — que tem também a participação do Fórum Nacional das Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais das Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (FONGES/LGBT). A recomposição do Comitê reflete melhor a própria organização atual do movimento social e a articulação intersetorial e interministerial. Para 2012, os grandes desafios propostos advêm da própria Política Nacional de Saúde Integral LGBT com questões sobre o nome social e o respeito no atendimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na atenção básica. Foram programados, ainda para 2012, seis Seminários Regionais de Gestão Participativa, Políticas de Promoção de Equidade e Controle Social, precedidos de encontros dos movimentos sociais de políticas de promoção da equidade. Nestes encontros, os movimentos sociais terão a oportunidade de se reunir, por região, para discutir as políticas de saúde locais.

Serão eventos que contarão com as presenças de gestores e gestoras – não apenas do Governo Federal – e com os governos estaduais e municipais, representados pelos Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS). Os Seminários são articulados em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS).

Articulamos o contato junto ao programa de saúde do homem do MS e com todos 27 coordenadores e coordenadoras, gestores e gestoras estaduais de saúde do homem visando garantir que os homens gays e transexuais masculinos sejam agregados às ações concretas no cuidado à saúde da sua condição masculina e incluídos nos Planos Estaduais de Saúde do Homem, para permitir também sua visibilidade. O mesmo processo é repetido junto ao programa de saúde da mulher para que as lésbicas, transexuais femininas e travestis sejam incluídas nos Planos Estaduais de Saúde da Mulher. A Política Integral de Saúde LGBT transversaliza com o desafio de dialogar com outras políticas garantidoras de cidadania e direito.

A interlocução com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador é importantíssima e necessária para a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Sabe-se que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, muitas vezes, submetem-se às situações de preconceito e discriminação em seus ambientes de trabalho e isso afeta diretamente a sua condição de saúde.

Recentemente, propusemos e articulamos ações em conjunto com a Coordenação de Saúde Mental do MS para que pudéssemos trabalhar com as subjetividades e os danos advindos do processo de exclusão e preconceito. Saúde não é só um bem-estar físico, saúde é cidadania, saúde é qualidade de vida, saúde é respeito. É importante que o movimento social se aproprie da saúde como lugar de direitos.

É na 12ª Conferência Nacional de Saúde que os movimentos sociais demandam por uma política de saúde específica para a população LGBT e, a partir desse momento, tem-se o início de sua elaboração. Na 13ª Conferência Nacional de Saúde o movimento social reforça a importância da

aprovação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Na 14ª Conferência Nacional de Saúde a Política tem sua Portaria assinada e publicada. É preciso enfrentar o preconceito existente dentro da sociedade para que esta Política, que foi construída e articulada em quatro anos, seja plenamente executada. É importante lembrar que o Sistema Único de Saúde existe há 21 anos.

O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha é sensível à questão da saúde LGBT, assim como o Secretário de Gestão Estratégica e Participativa, Odorico Monteiro de Andrade, que inseriu o tema no colegiado do ministro. Este empenho foi demonstrado com a priorização da pactuação da Política, no ano de 2011, junto ao CONASS e CONASEMS.

É importante destacar a realização do Seminário do Processo Transexualizador, que conseguimos pactuar. Tivemos a alegria de saber, em uma reunião com representantes do FONGES, que mais um estado deseja oferecer o serviço de referência para o Processo Transexualizador à sua população, para que, além dos quatro serviços existentes, tenhamos mais outros três ou quatro em funcionamento, ainda em 2012.

Os Seminários serão realizados em parceria com os representantes e as representantes do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT. É fundamental que esta Conferência se aproprie dos resultados das discussões para fortalecer o papel da gestão e do controle social.

Para finalizar, resalto que foi publicada a nova Portaria da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), Portaria nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011, que trata do repasse de recursos financeiros, fundo a fundo, para todas as 27 unidades da federação, para implementação de Comitês de Políticas de Promoção de Equidade e o apoio para eventos e atividades de políticas de promoção da equidade nos estados.

É importante que o controle social se aproprie dessas informações e verifique, no Diário Oficial da União, os valores repassados para os estados. A partir do Participa SUS é possível conhecer os valores que cada estado recebe para que possamos, de fato, cobrar, no plano estadual, a visibilidade e execução da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e os mecanismos de controle social e de gestão participativa.

Muito obrigada!



CLAUDIA DUTRA

**Secretária Nacional de Educação Continuada, Alfabetização,
Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação**

A todos e todas nessa mesa e especialmente cumprimentar o conjunto de delegados e as delegadas aqui presentes. E dizer que o Ministério da Educação nessa mesa sabe da responsabilidade, da expectativa com relação ao debate. Há uma trajetória conjunta de discussão, de elaboração nesta área e em nome da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão sei que esta temática acerca da diversidade sexual da educação para as relações na escola que contemplem aprendizagem significativa no campo da educação. Para não preconceito, para não descriminação, para o respeito e a valorização das diferentes identidades, orientação sexual, identidade de gênero, a educação é fundamental. E, portanto, é nesta perspectiva que o Ministério da Educação aqui trabalha e a Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. Fundou-se e foi criada no Ministério da Educação para ampliar o debate mais atual que tem no contexto dos direitos humanos. Os direitos humanos têm uma luta fundamental e reflete na sua principal perspectiva a dignidade humana. E os direitos humanos se afirmam como universais mais num contexto mais contemporâneo, não podem e não pode se eximir de realizar os diálogos interculturais. E neste contexto a SECADI foi fundamental. A SECADI é fundamental porque possibilita e tem possibilitado que o conjunto dos atores sociais estudantes, professores, gestores e os movimentos sociais façam uma discussão sobre escolas, sobre o papel das escolas, sobre o papel da educação na transformação dos valores e na construção de novos valores que se afirmem na sociedade. Que transforme esta sociedade, inclusive implicando em uma mudança de perspectiva de que a escola reproduz valores sociais, mas se entende também que a escola constrói valores sociais. Neste contexto, sabemos da importância dessa mesa, desse debate para essa segunda conferência nacional de políticas públicas em direitos humanos de LGBT, lésbicas, gays, transexuais, bissexuais e travestis. É muito bom como gestora e também como educadora participar de um momento histórico aonde a educação é chamada a discutir, aonde o conjunto da sociedade chama o Ministério da Educação, chama os gestores ao debate, a discussão, ao aprofundamento teórico e o aprofundamento de suas práticas enquanto gestão das políticas públicas na área da educação. E isto é bastante recente do ponto de vista da educação. Mas felizmente chegou o momento aonde a gestão é chamada a discutir, a trabalhar, a pensar diferente e a fazer diferente no que tange aos processos educacionais. O plano nacional de promoção da cidadania e dos direitos humanos LGBT, coloca como eixos principais da política educacional reivindicada, demandada a ser trabalhada e construída pelos gestores da educação e pelo conjunto da sociedade. A questão da pesquisa, da elaboração de estudos, da formação docente e dos diferentes profissionais da educação nesta área e a expansão e melhoria dos materiais pedagógicos para o contexto da escola. Dentre outras demandas esses três grandes eixos são aqueles que se expressam no plano e houve neste período de implementação do plano e nestes últimos anos da política educacional uma efetiva construção nesse caminho. Então, no momento de

conferência é um momento de fazer balanço, balanço com relação ao que foi reivindicado posto com resolução na conferência anterior. E também o momento como muito bem tem colocado as lideranças do movimento LGBT, um momento de apontar perspectivas, um momento de fazer este balanço do que foi realizado, do que precisa ser realizado e como tirar estratégias e implementação e organização para a continuidade desse processo. No âmbito da educação nós queremos destacar que no campo da pesquisa o Ministério da Educação então, encaminhou em 2008, uma pesquisa importante, porque é preciso pautar a sociedade e a escola e a formação docente e o contexto da família e das comunidades e dos estudantes indicando, mostrando os indicadores com relação aos processos de exclusão. E as pesquisas se tornam fundamentais nesse sentido, porque elas não só favorecem a compreensão acerca do que seja uma educação que contextualize diversidade sexual, que trabalhe conceitos com a homofobia e é preciso elaboração e pesquisa nesse sentido. Para que a escola possa se subsidiar desses estudos, e também porque os indicadores de exclusão precisam ser apontados e está no contexto do currículo escolar. Porque o currículo escolar é tudo que diz respeito a escola, o currículo escolar é desde o regimento da escola passando pelo projeto político pedagógico que é aquilo que a escola implementa até o próprio conteúdo das diferentes disciplinas ou projetos educacionais. E a pesquisa em 2008 então, apontou e foi importante a divulgação desses dados que cerca de 26% dos entrevistados no contexto da escola reconhecem que há prática preconceituosas com relação a orientação escolar, a orientação sexual. Então, também 72% índice, esse índice é revelador de uma realidade da escola indicando que tem sim preconceito com relação à convivência, os próprios educadores, os próprios gestores, os próprios estudantes. Reconhecendo a sua posição frente a este diálogo. E também que 8% dos professores sabiam e diziam já ter presenciado práticas de preconceito com relação a pessoas homossexuais. Então, no campo da pesquisa, uma pesquisa feita a partir do Ministério da Educação do INEP, ela venha a contribuir no sentido de revelar, de colocar no nosso contexto das nossas falas, da nossa abordagem, da nossa prática dados importantes para que sejam questionadas e refletidas as práticas escolares. E também no âmbito do projeto escola sem homofobia a pesquisa realizada ela traz um contexto que aponta a situação no ambiente escolar, a situação de exclusão, de evasão em razão da baixa auto-estima. Porque os professores também indicam a pesquisa, não conhecem conceitos atuais para abordagem dessa temática na escola e também porque se identifica uma invisibilidade, uma não fala não lugar no contexto da escola acerca do que nós denominamos conceituamos como homofobia. Ou também acerca do que seja discutir diversidade sexual, a questão da hierarquia das sexualidades, esses temas ainda não fazem parte do contexto de conhecimentos aprendidos pelos professores e debatidos pelo contexto da escola. Então, essa pesquisa também ela vem revelando, essa pesquisa realizada então, para a (incompreensível), ela vem trazendo mais dados favorecendo a construção e a elaboração do ponto de vista da gestão e da educação. Mostrando como o ambiente escolar atualmente está tratando essa temática que aqui hoje nessa conferência nós estamos a debater. E evidentemente que essa pesquisa ela caminha em um campo de indicar então para a gestão caminhos. O investimento na formação, o investimento na elaboração de materiais e estratégias pedagógicas que deem conta em fazer um caminho diferente na



escola. Caminho contrário do até então realizado, que foi o esquecimento, o vazio muitas vezes para diante dos processos de exclusão educacional. Também quero destacar nesse eixo da pesquisa que o PROESTE que é um programa de extensão universitária, que os direitos humanos e a SDH tem uma linha de pesquisas junto com o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Superior para o investimento em projetos de extensão universitária que favoreçam o desenvolvimento dos estudos nesta área. E nesse sentido o Ministério da Educação então, já apresenta para o PROESTE 2012, para o edital que está sendo construída para o PROESTE uma linha de educação em direitos humanos onde o sub-tema diversidade sexual e enfrentamento as diversas formas de violência na escola vão constar como linhas a serem financiadas por este projeto. Um segundo eixo que eu destaquei aqui como importante dentro do plano, que foi apontado pela educação é a questão dos materiais didáticos, dos livros e materiais didáticos. E o plano é claro quanto ao que se compreendeu naquele momento que era importante apontar para o Ministério da Educação, para os gestores da secretarias estaduais e municipais de educação. Todas as diretrizes de materiais didáticos, de livros que cheguem à escola não podem mais permitir que se veicule preconceito. Preconceito com relação à orientação sexual e a identidade de gênero. Então, deve ser claro nesses editais também o respeito ao estado laico e ao caráter laico da escola pública e da educação pública. E isso está colocado plano, essas e que também as temáticas, presentes nesses materiais elas devem está contextualizadas com o seu tempo. Ou seja, elas devem traduzir as diversidades sexuais presente na humanidade na sociedade. Com isso junto com a nossa equipe fizemos um amplo estudo dos avanços alcançados e neste período e verificamos que o movimento e que o plano tem sim, obteve conquistas nesta área. Evidentemente que uma diretriz ela por si só não resolve toda uma questão histórica de um conjunto de materiais didáticos que ainda não tem uma elaboração suficientemente correspondente aos conteúdos nos diferentes, nas diferentes esferas municipais, estaduais e nacional. E isso não acontece só com relação à temática da diversidade sexual. Os materiais didáticos então, as diretrizes de 2008 para cá, todas essas diretrizes então, elas apontam claramente nos seus critérios de análise, nos seus critérios de seleção de que não pode haver veiculação de nenhum tipo de preconceito com relação às diferentes formas de discriminação. E dentre essas diferentes formas de discriminação e preconceito esses critérios de análises apontam o preconceito com relação à orientação sexual. E também nesses critérios se coloca que não serão contempladas obras que diz respeito ao caráter laico da educação pública, do ensino público. Que não pode constar doutrinação religiosa e que os conteúdos, a abordagem pedagógica dos materiais elas devem promover a construção de uma sociedade não sexista e não homofóbica. Então, com isso nós entendemos que este movimento social que se traduz já se traduz em um movimento no âmbito da gestão política das políticas públicas no campo educacional de 2008 para cá com este conjunto de diretrizes que passa a constar, que passa a fazer parte. E que passa agora a ser um elemento de cobrança, que passa a ser hoje, pode ser hoje fruto de uma abordagem da sociedade civil, pode ser contestado um material que não cumpra essas diretrizes lá postas. Portanto, esse aí é um campo aonde a gente considera que o plano nacional chamou a atenção para a política pública e alcançou essas mudanças e que elas com certeza devem se

aprofundadas na medida em que elas já se estendam para outros materiais. E para outros setores da educação que possam assim passar a trabalhar sob orientação nesse caminho. Com relação à formação continuada e nos materiais didáticos também existe mais de vinte e sete materiais já publicados referenciais pedagógicos e outro conjunto de materiais em elaboração para constituir referenciais pedagógicos aonde possam ser trabalhadas as temáticas da diversidade sexual na escola. Aí é preciso colocar que me pede aqui o coordenador que conclua no que tange o nome social... Eu posso perguntar ao coordenador da mesa se ele puder estender um pouquinho, ou se fica para o debate a questão que está sendo levantada agora.

Então, no âmbito da formação continuada os cursos gênero e diversidades nas escolas, a gestão das políticas públicas e também gênero e raça voltados à gestão. E gestão gênero e diversidade sexual. Então, foram os cursos de formação que hoje já contemplam nos últimos anos, nos últimos três anos dezoito mil vagas no DGE gênero de diversidade na escola, seis mil vagas no curso gestão das políticas públicas gênero e raça. E gênero e diversidade sexual mais de seis mil vagas estando em torno de doze universidades trabalhando na conquista na execução da formação continuada de professores. No que tange ao nome social que era outra reivindicação importante. E eu quero destacar que toda essa elaboração que vem do plano, que vem da política nacional de LGBTs ela foi referendada na conferência nacional de educação. E hoje ela contou com amplo debate na conferência nacional em educação e que neste sentido também teve uma moção com relação ao nome social e que o Ministério da Educação então, fez orientação aos sistemas de ensino para que fizessem a sua regulamentação com relação ao uso do nome social. Com isso nós alcançamos já alguns conselhos, treze conselhos, duas secretarias de educação, secretarias de estado de educação que vem fazendo a sua regulamentação. Então, é preciso perceber que nós temos um amplo caminho com relação ao trabalho da gestão estadual e municipal que implementa as políticas na escola e esse é um papel que a SECADI está se propondo a continuar a efetivar e a realizar. E para tanto então, para concluir e depois fica aberto para o debate e para discussão que já foi proposta aqui. Que fizemos então esse ano um documento orientador para os cento e sessenta e seis municípios pólos do programa educação inclusivo direito a diversidade. Esse programa esses cento e sessenta e seis municípios pólos eles estão em todos os estados e cada um desses pólos ele trabalha com mais, com um conjunto de municípios de abrangência, que em cursos de formação presencial se discute a gestão educacional. Direito a diversidade discutida qual o conjunto de municípios brasileiros então, a partir deste ano este documento orientador já está nos centos e sessenta e seis municípios pólos do programa. Que recebe financiamento então, para fazer essa formação com os gestores de todos os municípios brasileiros, coloca entre os seus objetivos trabalhar com os direitos humanos na defesa de uma educação sem discriminação. Que a educação trabalhe a orientação sexual, identidade de gênero, gênero, condição de deficiência, situação de pobreza, protagonismo juvenil e educação ambiental. Então, os focos desse trabalho de gestão com os municípios colocaram neste documento orientador os cento e sessenta e seis municípios que devem a partir de 2012 realizarmos os seminários que consideramos fundamental para consolidar uma política pública que os gestores locais sejam por nós abordados.



Tenham a discussão, tenham a oportunidade de ter acesso a discussão e a elaboração para que se efetivem mudanças nas práticas. Este programa nós entendemos que poderá apoiar muito a implementação do conjunto de políticas por aqui por nós abordados. E também dizer que esses materiais, que essas discussões, que essa abordagem presente aqui no conjunto da política. O Ministério da Educação deve continuar apoiando que o processo de discussão ocorra que a escola tenha a oportunidade de discutir estratégias pedagógicas. Que a escola tenha sim o apoio do Ministério da Educação, o apoio da Secretarias de estados, da educação, das Secretarias de municípios para que se mantenha a liberdade pedagógica das escolas de implementar políticas educacionais, de discutir o seu projeto pedagógico e de refletir a realidade da sua comunidade. E essa e também dela ter a oportunidade de fazer um projeto pedagógico que responda ao contexto de uma educação pelos direitos humanos. E que com certeza todos nós aqui sabemos e a escola precisa aprofundar este debate de que a existência da homofobia nos contextos sociais e nos ambientes escolares ela retarda, inibe e faz com que não se efetive o direito pleno da dignidade humana e dos direitos humanos. É isso que nós vamos dizer para a escola, é isso que nós vamos trabalhar com a escola e é isso que nós esperamos aprofundar junto com esta conferência. Obrigado e me coloco à disposição para o debate.

NADINE MONTEIRO BORGES
Diretora de Promoção dos Direitos Humanos
da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Antes propriamente da fala, eu gostaria de agradecer a presença de todos e pensar, enquanto a Secretária Cláudia falava, no significado desse trabalho todo na área de Educação e depois da fala da Kátia, também, do Rogério Sottili. Porque a partir de uma Mesa como essa, a Joana está aqui representando a Secretaria-Geral da Presidência, vemos quando cada uma dessas pessoas que hoje ao ocupar esses espaços públicos de gestão, como o que nós estamos fazendo na Secretaria de Direitos Humanos hoje, está muito interligado com as coisas que a Cláudia acabou de falar, que a Kátia falou, que o Rogério falou.

Nesse sentido, vemos, na prática, em uma prática de governo, essa interdependência dos direitos humanos. Deixando claro que as políticas públicas voltadas, inclusive, para a população LGBT estão saindo do papel, que essas leis pensadas e elaboradas, elas começaram a se concretizar, ter espaço em nosso país. Isso nos satisfaz muito, engrandece muito e demonstra o compromisso do atual governo com as políticas públicas voltadas para as minorias. Em determinados momentos ele deu continuidade à política já desenvolvida nos dois governos anteriores, com o Presidente Lula, agora, com a Presidente Dilma, começamos a colher frutos dessas ações que não são ações só de governo, são ações que só foram possíveis graças à atuação de todas e todos vocês, da sociedade civil organizada desse país, que não deixou de lutar um dia para enfrentar a homofobia e para mostrar que é possível, sim, convivermos de forma harmoniosa.

Quero agradecer a oportunidade de falar com vocês sobre isso. Lembrar, sobretudo a fala do Ministro Ayres Britto que nos prestigiou com a sua presença ontem e quero dizer que os pontapés iniciais são fundamentais exigem coragem e audácia dos agentes públicos. Neste sentido, devemos reconhecer a atuação fundamental do Governador Sérgio Cabral quando apresentou a ADPF junto ao Supremo Tribunal Federal, que resultou na decisão do Ministro Ayres Britto, essa ação, sem dúvida, ajudou e ajudará ainda muitas pessoas que desejam ver suas relações afetivas protegidas pelo Estado.

Às vezes são atitudes, claro que impulsionadas pela organização da sociedade civil, mas que ali adiante, talvez um ano depois, seis meses depois, cinco, dez anos depois se revertem em boas práticas capazes de mudar a realidade das pessoas. O que vamos discutir aqui, hoje, amanhã nos grupos de trabalho, vamos pensar, sobretudo, daqui a dois anos, daqui a três anos, o que de concreto nós teremos feito a partir da nossa discussão de amanhã. Quero também pedir compromisso aqui para amanhã nos grupos, para estarmos muito alinhados, muito precisos e pensarmos que o produto que vai ficar dessa conferência será as deliberações dela. É isso que deverá pautar a política do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais do nosso Brasil quando o tema for LGBT. Eu queria fazer



uma homenagem especial, também, às transexuais e às travestis. Mas, sobretudo, às transexuais e os transexuais, que às vezes, nos nossos debates nos esquecemos, não nos referirmos a essa parcela tão importante e tão discriminada, porque nós ainda não erradicamos também a miséria no nosso país. Se tudo der certo, com o apoio, com a iniciativa hoje do Governo da Presidenta Dilma, não tenhamos dúvida o quão significativo será o Plano Brasil Sem Miséria e veremos, na prática, o lema dessa conferência transformar a vida das pessoas.

Gostaria de dividir com vocês dois momentos aqui, queria mostrar muito rapidamente algumas conquistas que a SDH pontua hoje, mas que não são conquistas da Secretaria de Direitos Humanos, são conquistas da sociedade civil, da vontade política dos governos nos últimos anos nesse país, que ousaram e mudaram muitas práticas seculares de discriminação com ações que podemos hoje materializar. Ainda há muito que ser feito, mas acredito que vale a pena, como afirmou a Ministra Maria do Rosário ontem, devemos reconhecer os avanços. Quero partilhar um pouco com vocês o que nós entendemos como avanço, o que nós pontuamos como avanço para refletirmos em conjunto. Porque só a partir desses avanços é que nós, amanhã, nos nossos grupos, nas nossas discussões, vamos nos orientar para pensar nas metas e desafios.

Isso consta na Revista Direitos Humanos, na revista que entregamos para vocês ontem. Em 2011, foi colocado em funcionamento um módulo específico do Disque 100, só para atender a população LGBT. Algo que não existia, porque o Disque 100 foi pensado inicialmente só para a questão da criança e do adolescente. Então, de janeiro para cá nós já tivemos, até final de novembro, segundo o número dos últimos 15 dias, 1.067 denúncias relacionadas a violações de direitos humanos contra a população LGBT. Só que o incrível nesse número é que dessas 1.067, 3.455 violações. Então, foram 1000 ligações, mas em cada ligação não tinha uma violação só, tinham duas, três, quatro. Violência física, violência psicológica e, talvez, o principal, a parcela mais atingida por essas violações é a nossa juventude, adolescentes, jovens entre 18 e 24 anos no nosso país, que sofrem, no dia a dia, essas violências.

O bom desse número, embora seja, talvez, temerário falar dessa forma, é que ele também tem o significado simbólico. Apesar de ainda pouco divulgado - nós vimos a campanha ontem do Disque 100 - as pessoas estão começando a ter coragem de levantar um telefone e denunciar a violência de um familiar, de um vizinho, de um servidor público. Então, é isso que temos presenciado e isso demonstra que essa luta está valendo a pena. Seria impensável, no nosso país, há uns anos atrás, termos um canal de denúncias específico para a população LGBT. Temos que melhorar muito ainda esse serviço, mas precisamos do esforço conjunto do Brasil, para que divulguemos esses serviços. Dados do Disque 100, do 180, que aí, sim, tem um diálogo muito forte da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da violência contra as lésbicas, contra as travestis, contra as transexuais que têm que ser interligados. Isso foi um avanço em 2011, mas nós precisamos melhorar, sem dúvida.

Ontem, nós tivemos uma aula aqui com o Ministro Ayres Britto, a decisão do STJ, que permite

que os casais do mesmo sexo habilitem nos cartórios, se quiserem essa formalidade, o casamento. Tantas outras decisões em instâncias de juízes de primeiro grau, que dão vigor a Constituição Federal, como nos disse ontem o Ministro Ayres Britto. O avanço que foi a proposição, a nossa querida Desembargadora Maria Berenice Dias que está aqui conosco na plenária. A ousadia da Ordem dos Advogados do Brasil de pensar em uma proposta de um Estatuto da Diversidade Sexual, que nós estamos começando agora, mas que certamente nos ajudará muito como ajudou o Estatuto da Igualdade Racial, como ajudou o Estatuto do Idoso e, principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente que ajudou pais e mães a tomarem consciência sobre a necessidade de não baterem nos seus filhos. Então, essas leis são importantes, contribuem para o avanço da sociedade brasileira e, nesse sentido, a aprovação do PLC 122 é importante, as leis não bastam estar nos papéis, elas têm que estar mudando a realidade das pessoas, mas precisamos desse reforço conjunto envolvendo sociedade civil, Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Outra ação também engatinhando, mas que merece apoio é o termo de cooperação com as Secretarias Estaduais de Segurança, para pensar em políticas, em compromissos que possam de fato enfrentar a homofobia. A formação das polícias, para que uma travesti não sofra mais violência quando às três, quatro horas da manhã ela precisa ir a uma delegacia para registrar uma ocorrência. Precisamos qualificar e padronizar o trabalho das delegacias de polícia em nosso país. Pode demorar, mas nós não vamos desistir. Esse é um compromisso de Estado, mas é, sobretudo, um compromisso de governo e compromisso da Presidenta Dilma.

O compromisso não para por aqui. Ontem, a Ministra Maria do Rosário falou isso. Nós temos, hoje, aqui uma delegação de diversos países e quando a ONU, o Conselho de Direitos Humanos da ONU - parece uma coisa tão longe de nós, pensar no Conselho da ONU – aprova uma resolução e o Brasil ajuda nisso, para que não se tolere nenhum tipo de discriminação por orientação sexual, isso certamente pode mudar a vida das pessoas.

Uma companheira nossa, a Cecília, Diretora no Uruguai em Direitos Humanos, estava conosco no Mercosul e está aqui na plenária. O Uruguai tem uma população de três milhões de pessoas. A Cecília disse, ali no restaurante, para mim: “Nossa, eu fiquei impressionada hoje pela manhã na hora que vocês estavam aprovando o regulamento”. Porque para ela - o Uruguai é um país pequeno - ter mil pessoas em uma plenária, participando de uma discussão coletiva - e foi tranquila a nossa discussão - foi uma demonstração plena de que vivemos em uma democracia no nosso país. Vocês vieram dos lugares mais distantes e que às vezes houve uma “Questão de Ordem”, um “destaque”, mas isso mostra que estamos vivos e que temos compromisso. Essa prática é inovadora e é exemplo, acreditem, para muitos outros países e não podemos perder isso, não podemos retroceder. É por isso que estamos em uma II Conferência Nacional LGBT.

Eu fico feliz de falar isso pois essa é uma conquista da sociedade civil brasileira e um compromisso do Governo da Presidenta Dilma. Depois quero falar do Disque 100, no próximo painel



vamos apresentar para vocês. Porque vocês têm que levar isso também para casa, saber nos seus estados, nos seus municípios, nos seus locais, onde a coisa está mais feia, a coisa está pior, para que também pensemos em ações concretas.

Não vou me estender muito, quero parabenizá-los, parabenizá-las, a todos, a todas e aos colegas aqui da Mesa que nos ajudaram muito. Porque essa nossa caminhada se dá sobre bases profundas e não podemos nunca nos perder delas. São bases ideológicas. A luta que travamos a cada dia para combater, para enfrentar a homofobia é uma luta por ideologia.

LUIZ MELLO**Prof. Dr. da Universidade Federal de Goiás**

Boa tarde a todas as pessoas. Gostaria de começar minha fala pedindo um minuto de silêncio por todas as pessoas que foram mortas pela homofobia. Acredito que estamos aqui, antes de tudo, para tentar evitar que novas mortes aconteçam. Então, queria pedir esse minuto de silêncio. Muito obrigado.

Quero agradecer o convite que me foi feito pela SDH e pelo Conselho Nacional LGBT. Para mim, é um privilégio enorme estar aqui, uma profunda honra. Eu sou um homem gay, estou em uma Mesa com cinco mulheres e outro homem. Isso fala muito, porque, no geral, nas mesas das quais eu participo, a maioria das pessoas é homem. Acredito que o fato de termos cinco mulheres nesta Mesamostra como esse tema é difícil para nós que somos homens. Especialmente os homens que são heterossexuais e que têm medo de se contaminarem com uma suposta homossexualidade pelo simples fato de defenderem um grupo que é socialmente oprimido em função de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero.

Tenho 46 anos e tinha 17 quando os primeiros casos de Aids surgiram no Brasil. A minha geração tinha medo do HIV e vergonha da homossexualidade. Talvez, hoje, tenhamos vergonha do HIV e medo da homofobia. Creio que alguma coisa mudou profundamente no Brasil nesses 25 anos e alguma coisa mudou para pior, também, nos últimos três anos, contando o tempo de realização da última conferência em 2008.

Estive ontem na abertura desta Conferência e também estive na abertura da de 2008. Confesso que lamentei profundamente algumas ausências e quero registrá-las. Eu lamento a ausência da Presidenta Dilma Rousseff. Lamento que ela não tenha nos enviado uma carta de saudação, ou um vídeo, qualquer coisa. Eu lamento que o Ministro da Saúde não tenha vindo, após ter lançado um documento tão bacana, como é a Portaria da Política Nacional de Saúde Integral para a População LGBT. Lamento o Ministro da Educação não ter vindo para nos dar explicações pessoalmente de por que o kit anti-homofobia não foi aprovado. E lamento, profundamente, o Ministro Gilberto Carvalho não ter usado a palavra para nos explicar por que ele negociou com setores religiosos fundamentalistas o veto do kit. Por fim, lamento que o representante do Ministério do Trabalho não esteja na Mesa hoje.

Provavelmente, eu fui convidado para esta Mesa para representar as universidades e porque eu coordenei uma pesquisa chamada “Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”, que foi realizada por um grupo chamado Ser-Tão, que é o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás. Os resultados da



pesquisa estão disponíveis na página do Ser-Tão, que é: sertao.ufg.br/politicaslgbt. Essa pesquisa foi financiada com recursos da SDH e da Fapeg, que é a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás.

Obviamente, eu não vou falar dos resultados da pesquisa aqui, porque não há tempo, nem sentido. Como também não tenho condições de debater a exposição de quatro representantes de Ministérios e Secretarias, embora vá tocar em alguns aspectos pontuais de suas falas. O objetivo principal é estimular um debate que vocês próprios vão realizar a partir da fala dos expositores e eu vejo que já tem vários crachás de pessoas inscritas para participar do debate. A nossa pesquisa foi finalizada em 2010 e a principal conclusão dela se traduz em uma única frase: em relação às políticas públicas para a população LGBT, no Brasil, nunca se teve tanto, mas o que há é praticamente nada. Há avanços, isso é incontestável, especialmente de 2010 para 2011, algumas coisas mais concretas aconteceram, sim. Mas, acredito que no nível prático de nosso cotidiano, pouquíssimos de nós sentimos os efeitos.

Então, infelizmente, precisamos de tempo para que as coisas se materializem. Há boa vontade da parte do governo, mas percebo que ainda há uma grande dificuldade de se negociar, especialmente com o Poder Legislativo, qualquer avanço que se traduza na aprovação de leis, já que políticas públicas são feitas a partir de substratos legais e que, infelizmente, no Brasil, em relação à população LGBT, ainda não existem. As políticas públicas têm sido implantadas a partir de portarias, decretos, resoluções e outros documentos que são muito frágeis, que qualquer vento pode derrubar, caso não haja o convencimento da sociedade.

É muito bacana, por exemplo, que, se viermos a aprovar, nessa Conferência, outro Plano Nacional LGBT, no mínimo, ele assuma a forma de um decreto, já que o atual é simplesmente um documento que foi divulgado pelo governo e diferentemente, por exemplo, do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, não tem a forma de decreto.

Ouvi, ontem, o Ministro Carlos Ayres Britto e confesso que fiquei muito emocionado. Porque me identifiquei profundamente com a possibilidade de você ser um homem branco, adulto, heterossexual, criacionista - ele se definiu assim, embora não seja um crente em Adão e Eva - e ao mesmo tempo suave, sereno, de fala mansa, que não grita e que não tem medo de dizer que outros homens podem ser bonitos, como ele relatou o contato com o guardador de carro ontem. Acredito que a sociedade ainda tem muito medo de nós e esse medo está sendo alimentado de uma forma absolutamente irracional.

Eu temo, profundamente, que saíamos daqui sem conseguir um compromisso do Governo Federal de que nos próximos três anos tentará de fato combater esse tsunami de intolerância que está atingindo a nossa sociedade. Mais que combater apenas a homofobia, temos que combater a crença, segundo a qual, algumas pessoas são melhores do que outras e que elas têm o direito de dizer como o conjunto da sociedade deve viver. Ninguém tem esse direito.

No próximo ano, provavelmente, nada será aprovado no Congresso Nacional, não tenhamos nenhuma ilusão, a não ser que chegue aqui um ET e transforme tudo. Porque é um ano eleitoral, sabemos que os parlamentares não farão compromisso de nenhuma ordem com as nossas demandas, a não ser os que já são profundamente compromissados com elas. Ouvimos dois, hoje pela manhã e tarde, e como é difícil o trabalho que eles realizam. Não temos como acreditar que nada será aprovado no Congresso Nacional no ano que vem, mas temos condições de acreditar, sim, que o Governo Federal fará o máximo que puder para proteger a lapidação do Estado por grupos religiosos fundamentalistas. Hoje, nós, LGBT, somos o bode da vez. Amanhã, pode ser o povo de terreiro, depois de amanhã os católicos, depois de amanhã os judeus e quando nos dermos conta, não vai ter sobrado ninguém, a não ser quem seja evangélico, fundamentalista, preferencialmente usando burca ou qualquer coisa que o valha.

Estamos vivendo um momento muito especial. Comecei a estudar a questão da conjugalidade homossexual, em 1994, quando ainda não existia o Projeto de Lei da Parceria Civil Registrada, por exemplo, da Deputada Marta Suplicy. Esse era um tema considerado impossível no Brasil, era considerado absolutamente secundário em termos acadêmicos. Agora ele está na ordem do dia no Brasil e no mundo.

Estou vendo, aqui, pessoas do México, da Argentina, por exemplo, que mostram como as coisas podem mudar muito perto de nós, como podem mudar em Portugal e na Espanha. Também, como precisa haver uma vontade política da sociedade e, principalmente, do governo. Eu estudei o caso da Espanha em comparação com o Brasil, por exemplo. O último discurso feito no Parlamento espanhol, antes da aprovação da alteração do Código Civil, foi do Zapatero, que é o equivalente a Presidente na Espanha. Ele disse uma frase que foi repetida parcialmente por uma Ministra na votação do Supremo Tribunal Federal: “Nós não estamos legislando para gentes remotas e estranhas. Estamos ampliando as oportunidades de felicidade para os nossos vizinhos, os nossos companheiros de trabalho, os nossos amigos e os nossos familiares, e ao mesmo tempo estamos construindo um país mais decente, porque uma sociedade decente é aquela que não humilha seus membros”. Um governo que respeita a sua gente, aquele que não faz que as pessoas sintam vergonha de serem o que são. Então, espero que os governantes assumam essa questão. Se não conseguem dentro do Congresso, fora dele, para a sociedade. A nossa Presidenta Dilma, por exemplo, não pode ter medo de falar para a sociedade que homofobia é um problema sério.

Infelizmente, isso não está acontecendo. Quando houve a conquista, no STF, senti-me, um pouco, como alguém que tinha vivido como abolicionista antes de 1888 e lutava pela libertação dos escravos. Eu faço isso há muitos anos, eu estudo essas questões há pelo menos 17 anos. É uma parte muito significativa da minha vida e lhes confesso que eu não acreditava que fosse ver uma decisão como a do Supremo. Foi uma coisa absolutamente maravilhosa. Mas quando ocorreu a libertação dos escravos, os donos de escravos continuaram a resistir muito e por muito tempo. E é isso que estamos



vendo na sociedade agora. Não são donos de escravos, mas são os senhores do monopólio do direito à vida feliz.

O que temos observado é que o direito à vida feliz não é das pessoas heterossexuais. O direito à vida feliz é de todo mundo. O Ministro Carlos Ayres, de certa forma, para mim, simbolizou o que foi a Princesa Isabel, como me ensinaram na escola. Mas a libertação dos escravos, diferentemente do que me ensinaram na escola, não foi feita pela Princesa Isabel. Foi a luta dos negros escravizados e dos seus apoiadores que proporcionou a liberdade.

É muito bonito as pessoas falarem que o STF fez e aconteceu. Acho lindo todo o apoio que a OAB nos deu, é muito bacana toda a representação que conselhos de classe e outros proporcionaram para legitimar a proposta de reconhecimento de direitos conjugais para casais de pessoas do mesmo sexo. Mas o ganho principal é uma consequência da nossa luta, de vocês e minha, por exemplo. Nós que estamos nas universidades também somos ativistas, porque não existe ciência neutra. Existe conhecimento compromissado. E o conhecimento que não é compromissado, que não se anuncia como tal, porque se apresenta como neutro, é compromissado com os interesses da classe dominante. Então, quem faz a crítica à produção do conhecimento feminista é o macho. Quem faz a crítica à produção do conhecimento produzido pelos negros que defendem as cotas é o branco. Quem faz a crítica ao fato de veados - eu sou um deles - estudarem o que eu brinco chamando de "veadologia" são os heterossexuais. Então, aqui temos ativistas ligados a grupos, ligados a governos, independentes e ativistas também das universidades. Eu espero que a universidade possa estreitar os laços com o movimento social, porque é apenas assim que conseguiremos, talvez, sobreviver a essa avalanche de intolerância. Penso também que precisamos articular os laços com os outros movimentos sociais.

Confesso que fico um pouco apavorado quando vejo que nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, nos entendemos pouco entre nós mesmos. Confesso que fiquei um pouco com medo hoje de manhã. Eu me perguntei: "será que vamos conseguir aprovar o regimento?" Lamentei que não tenhamos conseguido bater uma salva de palmas quando aprovamos o regimento. Foi uma 'puta' conquista, com o perdão do 'puta', mas a palavra é legal também, foi uma 'puta' conquista aprovar aquele regimento. Houve horas que achei que não daria certo. Espero que nos unamos para termos a melhor Conferência e resultado possível, mas também que nos unamos com o movimento feminista, com o movimento negro, com o movimento indígena, com o movimento dos sem-teto, com o movimento das crianças. Porque eu sou muito mais que veado. Eu sou, por exemplo, pernambucano. Trabalho em uma universidade periférica, em Goiás, a terra do Senador Demóstenes Torres, mas também do Léo Mendes, que foi o primeiro que registrou, pelo menos com repercussão midiática, o seu contrato de união estável e, também, a terra onde um juiz apareceu para cassar o registro da união estável do Léo Mendes. Também é terra de João Campos, que é o Presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Mas também, em Goiás, tem o Colcha de

Retalhos, que é um grupo maravilhoso, tem o Oxumaré, que eu vejo aqui. Também tem a AGLT, tem o Ipê Rosa, tem muitas coisas bastante interessantes.

Agora, precisamos nos unir com os outros movimentos sociais e, talvez, o principal desafio seja deslocar o foco que foi colocado em cima de nós como a escória da sociedade. Especialmente, depois da trágica declaração da Presidenta Dilma Rousseff no debate sobre o kit, os homofóbicos resolveram sair do armário. E começaram a fazer um movimento de querer nos empurrar de novo para dentro do armário. Então, nós que estávamos nos reconhecendo como cidadãos, depois da decisão do STF, talvez, pela primeira vez na história desse país, quando o debate sobre o PLC 122 se acirrou no Congresso de uma maneira insana, vimos que o jogo era muito duro e eles resolveram colocar toda a responsabilidade por qualquer coisa que aconteceu no país em nós. Essas novas práticas tem assumido a feição de uma intolerância religiosa que é muito típica da história estadunidense, por exemplo. Nunca tínhamos visto, por exemplo, dizerem que nós somos responsáveis por catástrofes naturais. Nós não somos responsáveis, e estão nos acusando de sermos responsáveis pelo futuro demográfico do planeta, como se fôssemos comprometer a reprodução da espécie e colocar em risco a nossa existência. São as coisas mais estapafúrdias.

Talvez o nosso desafio na universidade, no governo, na sociedade civil, seja colocar o foco, por exemplo, no combate à corrupção, no combate à violência, no combate a coisas que atingem de fato todo mundo e comprometem as bases da existência em sociedade. Costumo dizer meio brincando, meio sério, que eu sou uma mulher XY, que tenho dois maridos, que eu tenho um filho e que eu adoro drogas recreativas lícitas. Então, eu posso defender muitas causas. O meu convite é para que pensemos essa Conferência nessa perspectiva, porque nós somos um grupo minoritário. Nós nunca conseguiremos convencer o restante da sociedade a nos proteger, se nós não os conquistarmos como aliados e precisamos fazer isso.

Para finalizar, lembro um pensador que tenho lido mais recentemente e gosto muito, que é Arjun Appadurai. Ele fala de uma coisa que achei absolutamente genial: a ideia de que alguns grupos constroem a sua existência a partir de uma concepção de identidade predatória. A identidade predatória é aquela que nos estrutura como pessoas e como grupos, a partir da perspectiva da destruição do outro e é isso que nós estamos nos tornando, o objeto da estruturação da identidade de um grupo fundamentalista insano. Contra a homofobia empedernida não há diálogo racional possível. Nós vimos isso no debate sobre o PLC 122.

Vou concluir agora dizendo que estou realmente muito agradecido de ter essa oportunidade de nos meus 46 anos de vida ver que o nosso país está mudando. Mas que corre sério risco de essas mudanças serem mais lentas do que desejamos, se nós não convenceremos o resto da sociedade a estar conosco nessa luta.

Queria destacar a presença de três professores aqui, para em nome deles agradecer a



presença de todas as outras pessoas que estão ligadas à universidade, que são o Guilherme Almeida, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Regina Facchini, da Universidade Estadual de Campinas e o Sérgio Carrara, também da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que representam vários núcleos de pesquisadores que têm se consolidado pelo Brasil. Tivemos uma conversa muito informal aqui, outros pesquisadores, estudantes e professores e estamos propondo que nos encontremos em uma reunião, hoje, ao final dos trabalhos, lá no hall de entrada, a partir do final último painel. Todas as pessoas estão super convidadas, não precisa ser de universidade, mas a idéia é que possamos conversar sobre como nós das universidades podemos trabalhar de uma maneira mais substantiva dentro da conferência.

Muitíssimo obrigado e uma conferência maravilhosa para todos nós.

Painel 3 – Políticas de Inclusão Social e Cidadania da População LGBT

EDUARDO DIAS
Ministério da Justiça

Boa noite a todos e a todas. Gostaria de agradecer primeiramente a paciência de todos por até estarem aqui atentos nessa hora, agradecer o convite da Secretaria de Direitos Humanos para participar dessa conferência e queria cumprimentar a todos que estão aqui nesse momento, cumprimentar também os colegas de mesa, não vou nominar nenhum, por conta do adiantado da hora. Inicialmente tinha sido previsto uma fala de 20 minutos, então, nós vamos ter só 10 minutos. Então, peço desculpas, vou ter que adiantar um pouco, ser um pouco rápido aqui nas informações e vou dividir a minha fala com a Professora Rosa Oliveira, que realizou uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Reforma Judiciária sobre os direitos da população LGBT. Falarei brevemente sobre o papel da Secretaria de Reforma Judiciário do Ministério da Justiça e apresentarei alguns dados preliminares dessa pesquisa. Próxima lâmina, por favor. A Secretaria de Reforma do Judiciário tem o papel dentro do Governo Federal de articular ações para o aprimoramento do sistema de justiça. A SRJ dialoga com o Ministério Público, Tribunais de Justiça e a Defensoria Pública, para promover tanto reformas normativas quanto políticas públicas de democratização do acesso a justiça e de garantia de direitos. Nós colocamos algumas das principais políticas públicas que nós trabalhamos, a exemplo da justiça comunitária, mediação de conflitos, justiça restaurativa, uma pauta conjunta com a SDH, que é a população em situação de rua e a assistência jurídica aos presos, presas e seus familiares. Então, trabalhamos desde 2008 com essas políticas de democratização do acesso a justiça e o resultado se a gente pode falar de forma bem breve, são os 260 equipamentos públicos que nós implementamos desde 2008. Destacam-se os juizados de violência doméstica familiar contra a mulher, os núcleos da Defensoria Pública e do Ministério Público para a defesa das pessoas que estão cumprindo pena, para a defesa dos direitos da população em situação de rua e várias outras pautas. Gostaria de discorrer um pouco sobre esses temas, mas dado o adiantado da hora, e seguindo a orientação da coordenação da mesa vou passar para a próxima lauda para que possamos falar sobre a pesquisa. Por favor, a próxima lauda.

Então, vamos aqui, finalmente, para a pesquisa. Eu queria esclarecer que essa pesquisa que ora apresentamos com dados preliminares é uma pesquisa no âmbito do plano nacional LGBT, certo? Considerando esse papel da secretaria de articular com os órgãos da justiça foi encomendado, foi designado, pela SDH para que a Secretaria de Reforma realizasse esse estudo. Então, nesse momento, nós viemos aqui prestar contas a vocês deste item no plano que está cumprido, viemos aqui apresentar os dados preliminares. Vamos trazer algumas informações, a ideia é que a gente aprofunde depois esse debate realizando um seminário e que vamos convidar todos vocês, a SDH,



representantes do sistema de Justiça, sociedade civil, para aprofundar um pouco essa discussão. Bom, vamos lá. Falando um pouco, então, da abrangência da pesquisa para que a gente depois possa passar para a professora Rosa, que detém todo conhecimento e vai poder discorrer de forma mais detalhada sobre o tema. Essa pesquisa envolve os acórdãos nos tribunais superiores, decisões sobre direitos da população LGBT, envolve também os projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional sobre a mesma temática. Traz a base da legislação nacional, as normas federais sobre esse tema e traz também algumas informações quantitativas nos sítios sociais, existe a discussão do movimento LGBT e depois aprofundando para uma análise qualitativa de gênero e sexualidades que vai ser colocada pela professora Rosa. Por favor, próxima lauda. Então, nessa lauda só para colocar o universo de pesquisa, foram pesquisados 151 acórdãos no Superior Tribunal de Justiça, 58 no Tribunal Superior do Trabalho, 58 acórdãos no Superior Tribunal Militar e 50 acórdãos no Supremo Tribunal Federal. Próxima lauda, por favor. No Congresso Nacional foram identificadas ao todo, 97 proposições legislativas sobre temas relacionados aos direitos da população LGBT. Próxima lauda. Em termos de normatização aqui é interessante falar também que já temos o número de 54 normas relacionado a direitos da população LGBT. Então, assim, feito esse breve comentário sobre o aspecto quantitativo, gostaria, então, só de dizer que nos percebemos, esse foi um ano histórico e que o judiciário, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a união homo-afetiva, o que demonstra que estamos tendo avanços. O judiciário se demonstrou com um viés progressista, quando traz essa descrição, acho que é um grande avanço. O legislativo coloca aqui como 97, tem 97 projetos de lei hoje tramitando na casa, o problema, entendemos, que não é de elaboração normativa, existe muito projetos de lei. Entendemos que há, na verdade, uma resistência de setores conservadores, religiosos, em relação à aprovação desses projetos de lei. Existem projetos muito bons, mas que estão sofrendo essa resistência dos seguimentos religiosos. O executivo vem trabalhando de forma muito forte a partir de 2004, marco a partir do Brasil sem homofobia, após a primeira conferência LGBT a percebemos também um grande acúmulo em relação à normatização federal. E entendo que estamos avançando muito. É natural que haja cobranças aqui de vocês, estamos aqui para ouvi-los sobre as cobranças, mas todos que estão aqui trabalhando no Governo Federal e estão representando nesse momento tem se dedicado muito a esse tema e a gente quer estar aqui hoje, na verdade, para construir com vocês. Eu acho que o grande objetivo da conferência é esse, a gente precisa pensar e construir em conjunto. Bom, gostaria de agradecer e passar para a Professora Rosa para que possa falar sobre os demais itens da pesquisa e dizer que em relação à segurança pública amanhã teremos três representantes do Ministério da Justiça da SENASP para trabalhar com vocês. Para discutir no grupo de trabalho número 6, e aí vai poder abordar as questões de segurança pública, hoje eu vou me ater mais a questão da justiça. Professora Rosa, por favor, obrigado.

ROSA OLIVEIRA
Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da UNICAMP

Boa tarde, só esclarecendo, sou pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da UNICAMP e consultora pontual do Ministério da Justiça para a realização desta pesquisa. Ela aconteceu entre setembro e dezembro de 2011, quando realizei a coleta de dados. Então, os dados estão ainda sobre análise, aqueles que não estão consolidados serão apresentados mais adiante, reunindo análises de outros pesquisadores que estão fazendo a discussão sobre direitos humanos e sexualidades no momento.

Sobre os dados quantitativos nos tribunais, até novembro de 2011 foram identificados 319 acórdãos no total distribuídos entre os 05 tribunais pesquisados, em ordem decrescente o Superior Tribunal de Justiça está em primeiro lugar. Tem um dado em relação aos estados da federação, 22 estados da federação estão envolvidos. Então, quase todo o país já tem decisões de nível de superior tribunal e isso significa também o seguinte, o supremo, o STJ, o TST, o TSE, são a ponta do iceberg, claro isso não significa que as demandas judiciais elas se resumam ao nível superior. Então, são aqueles processos que não chegaram a contento lá nos estados e aí sobem para superior instância. É significativo, portanto, esse dado muito embora ele seja do ponto de vista quantitativo, estatístico, considerado ainda baixo.

Quanto à distribuição total dos acórdãos, o Rio de Janeiro é o primeiro estado em números, são 69 acórdãos entre todos os tribunais, o Rio Grande do Sul vem em segundo lugar com 57 acórdãos, São Paulo com 49, Minas Gerais com 25 e Distrito Federal com 22 acórdãos. Isso não sai muito da mesma lógica de uma discussão, por exemplo, com relação à união estável, que é a maioria nos Tribunais de Justiça destes Estados também. Sobre a distribuição de acórdãos por região abrangida, o Sudeste conta com 144 acórdãos no total, aparece em segundo lugar à região Sul com 81 acórdãos, Nordeste vem em terceiro apresentando 36, seguido pelo Centro-Oeste com 33 acórdãos e por último a região Norte que apresenta 18 acórdãos nos Tribunais Superiores.

O STJ é o tribunal superior mais demandado nas regiões Sul e Sudeste, isso tem um pouco a ver com a matéria, quais são os recursos que são apresentados no STJ? Principalmente, do ponto de vista temático, são as uniões estáveis. As decisões referentes ao campo, que a gente chama de campo civil mais amplo, em particular os reconhecimentos de uniões entre pessoas do mesmo sexo, os casamentos, são as mais frequentes, então, o que significa isso? São as uniões estáveis com todos os seus efeitos, adoção, direitos previdenciários derivados de uniões, sucessão. Mas, então, aparecem reconhecimento de união, sociedade e fato, casamento civil, inventário, adoção, conflito de competência, é uma decisão que é interlocutória, mas é interessante também pelo tema abrangido. Entra aí a discussão sobre “onde é julgado afinal o casamento entre homossexuais, é na vara cível ou se é na vara de família, também o tema da pensão por morte, etc., ou benefícios em plano de saúde. Além de uma situação eleitoral, o professor Luís Mello comentou sobre isso na última ANPOCS, eu me



lembro, aquela situação emblemática no interior do Pará daquela candidata a prefeitura de uma cidade do interior do Pará que não conseguiu se candidatar porque era casada com a então prefeita.

Então na época foi comentado isso sobre a declaração da candidata que não pode concorrer, que “para me prejudicar reconhecem a minha união”, foi uma discussão que apareceu na imprensa na época e é, então, parte desse campo também relacionado às uniões. Então, são 91 decisões nesse universo relativo ao reconhecimento das uniões entre homossexuais de uma forma geral. Depois, seguem-se as indenizações por danos morais, destacando-se, dentre essas, que são 75, a relação de trabalho com 51, dentre essas decisões, a maioria, claro, vindo do TST e um dado interessante que aí eu resolvi destacar, que é o seguinte. No TST embora a gente espere que seja diferente, que seja uma questão relacionada à discriminação contra homossexuais, o que acontece muito são homens heterossexuais reclamando da forma como são tratados, por exemplo, em setores de vendas nas empresas onde são obrigados a se travestir porque não foram bem sucedidos nas suas vendas, ou são designados de “o vendedor menstruação”, que está sempre no vermelho ou designado, por exemplo, “o vendedor gay”, porque está sempre dando, ele não faz uma venda favorável. Isso foi relato em várias reclamatórias que subiram para o TST e que apareceram como um dado que resolvi destacar em função da identidade de gênero, da misoginia, do sexismo, nas relações de trabalho, são práticas discriminatórias que envolvem homofobia e misoginia. Esse é um dado que eu trouxe só para ilustrar. No campo criminal são 101 acórdãos distribuídos entre o STF, o STJ e o STM, que é o Superior Tribunal Militar.

Aí tem uma situação peculiar que no Superior Tribunal Militar são 51 casos, todos eles praticamente relacionados à pederastia, que é crime tipificado no art. 235, do Código Penal Militar, que está sendo combatido há muitos anos. É um código de 1969, que penaliza a homossexualidade - é uma coisa interessante porque durante cerca de 30 anos apenas “as pederastias” são julgadas nos tribunais superiores. Tem um ‘gap’ aí de tempo desde o início, foi em 1976 o primeiro acórdão que é justamente sobre pederastia até mais ou menos 1998 não aparece nada, a não ser a criminalização da homossexualidade, só que no ambiente militar.

Em termos de acesso à justiça, sobre os defensores das partes por tribunal, é interessante destacar esse dado, porque nos tribunais superiores, assim como em muitos casos de Tribunais de Justiça que julgam principalmente as uniões estáveis, advocacia privada é a principal patrona, os escritórios privados são os principais mandatários das partes. Então, não significa que não exista trabalho da defensoria pública, por exemplo, esse recorte significa também que os temas são ligados a uma discussão de patrimônio, de um recorte de classe alta, ninguém entra na justiça até o Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, para discutir bens móveis, são bens imóveis, os relatórios dão causa de bens de muita monta. Então, são pessoas de alto poder aquisitivo e talvez aí, esse recorte se explique por isso.

Com relação às tipos de decisão favoráveis ou não, é possível afirmar que existe uma tendência

abertamente mais favorável ao reconhecimento de direitos sexuais, como uma coisa mais ou menos assentada, considerando que no Superior Tribunal, pois atualmente ainda há legalidade hoje. Existem projetos de lei, dois projetos de lei que tentam já modificar a situação em relação ao crime de pederastia em tramitação no Congresso Nacional atualmente.

Sobre o dado de distribuição das propostas nas duas casas legislativas, são 97 proposições legislativas, 84 na Câmara dos deputados e 13 no Senado. O reconhecimento das uniões estáveis aparece novamente em primeiro lugar quantitativamente, mas isso não significa que este hoje seja o tema mais polêmico, que é a homofobia de fato, embora do ponto de vista quantitativo fique em último lugar.

Na linha de tempo, tem uma coisa interessante que é o seguinte, a partir de 2008, quando ocorre a primeira conferência nacional LGBT, há um pico nos dados, tanto das propostas legislativas, quanto em relação a normas administrativas referentes a direitos e proteção de direitos de LGBT. Então, isso é uma coisa que é dada mesmo, não é só um desejo ou uma coisa que está sendo comentada. Os temas são mais ou menos os mesmos que circulam também nos tribunais. Há uma linha de continuidade digamos, entre essas questões. Depois, normatização federal só para finalizar mesmo. São, então, o Eduardo estava levantando que são 54 normas, eu vou destacar só 16 decretos e 13 portarias que são de fato, porque as outras se referem a normas de órgãos públicos envolvidos. Agência Nacional de Saúde atua na regulação dos planos de saúde, é uma agência, não é um órgão do estado, necessariamente do executivo, mas é uma agência de controle. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária é recente a norma, mudou a regulamentação com relação ao controle de sangue. Isso é importante mudou do ponto de vista não das práticas de risco, continua havendo controle do sangue neste sentido. Mas ficou muito mais claro agora, muito mais favorável e muito mais, eu diria assim, amarra mais a ponta, os bancos de sangue para que não se pratique discriminação contra homossexuais.

Eu penso que tem um avanço com relação à normatização de 2011, entre 2009 e 2011. Por exemplo, há normas do Conselho Federal de Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Imigração, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. No Instituto Nacional de Seguridade Social, a questão da pensão por morte, o INCRA, eu achei interessante porque tentou duas regulamentações do INCRA dividindo, distribuindo terra para casais homossexuais, isso na Amazônia. Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério do Planejamento, que em relação ao nome social das travestis e das transexuais servidoras públicas teve uma atuação bem importante e que extrapola, inclusive, as medidas agora mais pontuais do Ministério da Educação, por exemplo, e outros que estão regulamentando o uso do nome social internamente apenas. Hoje, em todo funcionalismo público a norma deve vigorar, isso realmente é um processo, é muito jovemzinha essa norma. Então, vai ser necessário ainda capacitação como as companheiras aqui do movimento estavam colocando, existe muita dificuldade da assimilação, mas isso é processo de normal de assimilação de qualquer norma, é um país enorme e demora mesmo



para “a lei pegar”, como a gente diz no popular.

O Ministério da Saúde concentra a maior parte das 13 portarias relacionadas a garantir direitos voltados a LGBT. Em particular em virtude do trabalho realizado pelo programa nacional de AIDS, pelo Departamento Nacional de AIDS. Foi o Departamento Nacional de AIDS que começou a articulação do Brasil sem homofobia em 2004, claro em sinergia sempre com o movimento social. Só foi possível isso, claro, obviamente, em função da pressão do movimento social. Então, esse é um reconhecimento que se deve ter, a política disseminou-se por dentro dos ministérios, com as portarias interministeriais, isso é marcado quando a gente for ver a linha do tempo.

Um marco da normatização é 2004, depois aparecem quedas, 2008, 2009, 2010 e 2011. 2010 é o grande ano onde aparecem maior número de proposições legislativas, por exemplo.

Então, para concluir eu queria dizer o seguinte, para que essas políticas tenham continuidade é muito importante, é fundamental que o orçamento seja rubricado em setores fundamentais, saúde, educação, segurança. Agora, teve uma norma técnica nova do Ministério da Justiça e da SDH com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais, que eu acho que vai ser fundamental para identificar os crimes homofóbicos, um avanço desse termo de ajuste técnico é o fato de identificar orientação sexual, identidade e gênero no boletim de ocorrência. Isso aí vai nos dar um quadro, um mapa, para os centro de referência em direitos humanos que estão em funcionamento ainda e para as delegacias, é fundamental mapearmos e fazer um diagnóstico disso.

Eu não quero dizer também que é o Executivo, ou o Judiciário, ou o Legislativo que está fazendo mais ou menos, porque esses são campos de atuação estatal diferenciados, agem de forma diferenciada e não tem mesmo como colocar um paralelo assim, uma linha muito linear em relação a eles. Mas, é importante a gente ter na conferência de políticas públicas, então, essa cobrança dos setores do governo que estão fazendo alguma coisa, com relação a isso. Na medida em que o plano plurianual não tem um programa definido que possa, então, depois se distribuir pelos objetivos, aparece em objetivos pontuais e aí muito rarefeitos nos ministérios, a gente acaba perdendo toda a capacidade de implementar, porque deixa para aquele governante, àquela autoridade, às vezes local, que é homofóbico, a possibilidade de implementar se quiser ou não implementar. Então, isso também está em relação à saúde é uma luta antiga, que é a questão da desvinculação das receitas da união.

Muito obrigada.

MÁRCIA ROLLEMBERG**Ministério da Cultura**

Boa noite a todos e a todas. É com grande satisfação que eu me encontro aqui, trago, inclusive, os cumprimentos e as saudações da Ministra da Cultura Ana de Hollanda, que especialmente mandou uma mensagem de apoio a esse evento, a esse fórum, a esse coletivo. Quero dizer que uma das primeiras ações da Ministra Ana foi justamente a fusão da Secretaria de Cidadania com a Secretaria de Diversidade, entendendo que não existe cidadania sem se assumir a matriz de diversidade do país. Então, é uma ação que mexe com a programação do Ministério e que integra de forma mais efetiva o campo da diversidade no conjunto das políticas culturais. A gente vive um momento, nessa semana de muita alegria no setor da cultura, porque alcançamos o Plano Nacional de Cultura, com metas estabelecidas e, inclusive, com metas transversais que falam com o campo do LGBT, que falam com o campo da promoção das ações de valorização dessa cultura. É também uma semana que se aprovou o PEC da música. Fizemos também uma grande parceria com o Ministério da Educação. E aí creio que tem uma importante vertente, porque ao Ministério da Cultura é solicitado justamente o enfoque do simbólico, o foco dos conteúdos, e há uma contribuição efetiva que a cultura tem que fazer nesse campo. Porque no Brasil hoje a gente enfrenta um perfil de violência que é muito específico e que dita para um perfil de país. Porque a pobreza já não justifica mais a violência e a violência tem outras fontes e uma das fontes é a discriminação e a questão da homofobia é uma realidade muito triste quando a gente vê os números no campo da violência. A cultura tem um papel importante, porque está na cultura o campo da reflexão, o campo dos conteúdos, o campo do simbólico. E é nesse campo que a gente tem que sensibilizar as demais partes, sensibilizar o próprio campo cultural para a importância de conteúdos dentro da escola. Essa é uma polêmica que a gente tem que enfrentar com propostas e nesse sentido a política do Ministério teve uma descontinuidade, com relação ao campo LGBT. Inicialmente os editais tinham uma regularidade, quanto eu entrei agora, eu estou há dois meses, assumi a secretaria no dia 04 de outubro, estava antes no IPHAN/MinC, e me deparei com uma realidade triste com relação que as contribuições, embora nós tenhamos um documento com contribuições em cada ação, ainda há que se ter uma regularidade maior nas ações do ministério. Uma delas de apoio as paradas e isso é um compromisso que a Ministra retoma, de retomar o edital de apoio e retomar também o edital de apoio aos projetos culturais no campo LGBT. Importante também a representação política no escopo da participação da construção da Política Nacional de Cultura. Estamos em um momento também de construção desta Política com o Conselho Nacional, com os Colegiados Setoriais e como que este tema tem que ser transversal e tem que estar expresso e tem que estar representado também nos colegiados. Inclusive, a Secretaria chegou a fazer um pleito de que tivesse um assento no conselho e não foi aprovado, mas a gente insiste de que essa representação



tem que ser efetiva e tem que se dar também no âmbito dos colegiados. A Secretaria, em decorrência dessa fusão, Cidadania e Diversidade Cultural incorpora um desafio muito forte, que é trazer para o Programa Cultura Viva os conteúdos da diversidade relativos ao Programa Brasil Plural. Os pontos de cultura que hoje somam 3.361 pontos de cultura no Brasil devem ter um compromisso claro com o campo da diversidade, devem estar comprometidos a discutir e trabalhar esses temas e a nossa proposta é que isso se efetive com a construção, com a interação, com os parceiros. Que é essa rede viva que acontece, que discute e faz política e faz cultura no Brasil, que são os pontos de cultura. Então, o compromisso de imediato já é assumir a campanha O Brasil como território livre da homofobia, como uma campanha que deve ser circular pelos pontos de cultura. Antes de eu vir para cá, liguei para a Ministra Ana, para consultar se poderíamos apresentar o compromisso de que o Ministério da Cultura irá assumir essa campanha e que vai fazer veiculá-la nos seus equipamentos, nas suas publicações, nos seus atos, de alguma maneira assumir esse compromisso de maneira efetiva. E a resposta foi prontamente positiva e eu saí daqui com esse compromisso de internalizar essa proposta dentro das Redes de Pontos de Cultura e de internalizar essa questão também dentro do Plano Nacional de Cultura. O Plano Nacional de Cultura deve refletir o plano nacional de combate a discriminação e de promoção da cidadania. Então, é mais do que uma fala de prestação de contas, a gente traz aqui um compromisso concreto, existe uma necessidade de ouvir esses segmentos especificamente. Realizamos no final de novembro a primeira Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Culturais para Povos tradicionais de Terreiros, foram 4 dias intensos no Maranhão, onde eu tive a oportunidade de ter contato com um universo de uma riqueza fundamental, que tem, inclusive, um papel fundamental no combate a violência da juventude negra essencial pois são comunidades agregadoras, comunidades que respeitam as diferenças, comunidades que respeitam os mais velhos. E da mesma maneira como a política, como o movimento LGBT é um movimento de vidraça. Ele é um movimento de vidraça, porque ele é um movimento ousado, ele é um movimento de vidraça porque ele abre caminho para o conjunto dos movimentos que falam para o campo do preconceito. Eu acho que o movimento LGBT é um movimento indutor no Brasil dos direitos civis e a gente tem que potencializar essa capacidade e abordagem cultural do que tema é uma abordagem que traz muito do gênero, muito da alegria, muito da capacidade criativa. Temos que tratar esse tema e desmistificar tantas coisas sérias, tantos perfis perversos que a sociedade ainda mantém. Então, é com esse compromisso que eu termino a minha fala e me coloco à disposição de vocês para esse trabalho, convocando esse coletivo para a gente pensar e também como o Ministério da Justiça, um momento específico com a cultura para que possamos detalhar e materializar, inclusive, em relação aos números, ao orçamento, a dedicação do Ministério da Cultura a esse tema.

Gostaria de fazer um anúncio importante, lançamos essa semana o Edital Agente Jovem de Cultura, favorecendo 500 jovens que vão receber uma premiação de R\$ 9.000 reais, que desenvolvam ações culturais com foco em várias áreas, mas com uma pontuação específica para a questão de trabalhos que combatam o preconceito. Então, os jovens que trabalham nesse campo têm a oportunidade de participar desse edital. Esse edital é um primeiro edital que visa conhecer essa ativa juventude, e também a articulação da juventude para a cidadania e para a diversidade. Gostaria de contar com esse coletivo na divulgação do edital que entrou no ar ontem e fica até dia 31 de janeiro para as inscrições. Muito obrigado.

RENATO DE PAULA
Ministério do Desenvolvimento Social

Boa noite. Quero em primeiro lugar agradecer o convite do conselho e da secretaria, isso aqui para a gente é um prazer enorme estar aqui com vocês. Mas, além de agradecer também eu quero parabenizá-los por estarem aqui até agora discutindo desde ontem e eu acho que essa resistência no debate é que faz toda a diferença quando a gente fala de política pública. Então, eu quero além de saudar, parabenizar a todos aqui presentes. E gostaria de dizer também que eu vou tentar cumprir os meus 10 minutinhos, embora seja um tempo muito pequeno para conversar o tanto de coisas que a gente tem para conversar. Mas quero dizer que o Ministério do Desenvolvimento Social e em especial a Secretaria Nacional de Assistência Social nesta mesa ela fica um pouco, embora a gente vá fazer o debate, mas eu acho que tem uma ausência que nós precisamos registrar. Vocês falaram do trabalho, não foi isso? Vocês não falaram da ausência dos trabalhos? Mas, eu queria registrar aqui a ausência também de um ator, extremamente importante para esse debate que é a previdência social, por que eu estou dizendo isso? Porque vocês falaram do trabalho, mas aquela população que não consegue trabalho e não consegue pelo seu trabalho cumprir os requisitos necessários para entrar na previdência social acaba caindo lá na assistência social que é o a que eu vim conversar com vocês. Para ser atendida por uma equipe que sequer dá conta de atender as especificidades dessa população que ficou de fora. Portanto, eu acho que nós temos que começar a falar e vocês vão ver na minha fala a Constituição brasileira ela coloca no seu art. 194, a instituição da seguridade social no Brasil. E ela diz que a seguridade social no Brasil, exatamente é essa Constituição que a companheira está julgando aí, e que a seguridade no Brasil ela é composta pela articulação entre a saúde, a previdência e a assistência social. Portanto, eu vou fazer um debate aqui sobre assistência social sem a saúde, que a saúde já foi embora e sem a previdência ter sido convocada para o debate. Portanto, não, mas eu estou falando da seguridade social do tripé que ela tem, portanto, o debate ele fica prejudicado pelo seguinte, a interlocução que nós estamos fazendo. Não é só uma interlocução com vocês é uma interlocução também de intersetorialidade e de transversalidade e que obriga os agentes do governo aqui a saírem dessa conferência firmando pactos públicos de compromisso com as demandas que vocês estão trazendo. Eu estou dizendo isso, porque tem que ficar claro para a gente, porque governo gente, governo, o estado também, mas governo não é um bloco homogêneo, qualquer governo e qualquer estado é também um espaço de disputas. Portanto, a possibilidade de estarmos aqui representando o governo e vocês nos colocando as nossas demandas faz com que a gente firme compromissos públicos com vocês que darão mais tarde condições de vocês cobrarem. Porque a política pública ela não acontece sem a cobrança e sem a pressão da população, ela não acontece por benevolência de governos, ela acontece porque a população pressiona. Então, esse momento aqui, tanto da mesa anterior quanto dessa, diz respeito à possibilidade concreta das políticas acontecerem de modo a atender as demandas que vocês estão colocando a partir dos pactos que a gente firma aqui também. Então, eu acho importante que isso aconteça e a organização da conferência. Eu acho que



está de parabéns por isso, embora a gente ficasse prejudicada aí na interlocução da seguridade social que é algo que nós precisamos avançar muito, para além do tripé que a Constituição colocou. A Constituição fala de saúde, previdência e assistência, mas nós precisamos discutir a seguridade social também na lógica da educação, também na lógica do trabalho, também na lógica da cultura, precisamos ampliar isso, para que a gente tenha garantias legais de que o que nós estamos discutindo aqui vai sair do papel verdadeiramente. Então, eu acho que gostaria de fazer essa primeira consideração. A segunda consideração é que nós vamos tratar aqui, em especial, da política de assistência social, mas eu quero compartilhar com vocês algumas questões extremamente importantes do ponto de vista das demandas que a política tem trazido. Primeiro que nós estamos fazendo está acontecendo no Brasil, eu não sei se vocês estão acompanhando isso, umas revoluções silenciosas no campo da assistência social. Eu queria pedir para projetar lá, pode ir adiante, aí. Está acontecendo uma revolução silenciosa no campo da assistência social no Brasil hoje, que é extremamente importante que todos os seguimentos organizados da sociedade civil acompanhem este movimento. Nós estamos transitando do que nós estamos chamando de campo das atenções individuais e privadas para as atenções públicas e coletivas, o que eu estou querendo dizer com isso? De todas as políticas que se discutiu aqui, saúde, educação, falando da previdência, da ausência do trabalho. Nós temos aqui a cultura, temos a justiça, enfim, de todas as políticas públicas que nós discutimos aqui, a assistência social talvez seja aquela que mais sofre de estigmas e que impossibilitam que ela avance enquanto política pública, por quê? Porque a assistência social ela tem uma trajetória muito peculiar, ela não nasce enquanto área de atenção pública no âmbito do estado como nascem às outras políticas. A assistência social ela nasce num campo de um tipo de atenção, que justamente é aquele tipo de atenção que tem nos impedido de avançar. Sabe aonde a assistência social nasce enquanto campo de atenção? Sabe aonde ela nasce? Na igreja. A assistência social ela nasce na igreja, por conta daquelas organizações filantrópicas, de caridade, de benemerência e mesmo depois da Constituição de 88, que a Constituição de 88 coloca a assistência como política pública. Ainda sim a gente não tem conseguido dar para a assistência o status de política pública que merece, porque ela ainda é permeada por esse ranço da benemerência, da filantropia e da caridade. E sabem por quê? Porque durante muito tempo nesse país se entendeu que as questões de inclusão social, de pobreza, de desigualdade, de violência, de discriminação, eram questões de igreja e não de estado. E o que nós estamos tentando fazer hoje é dizer, não, essas questões são questões de estado, não são questões de igreja, não são questões de religião. Portanto, o estado tem que assumir o compromisso com essas questões. No entanto, por que eu estou dizendo isso antes de entrar necessariamente na questão da assistência? Porque isso nos diz o seguinte, hoje nós estamos tentando construir um sistema público, vocês já ouviram falar do SUAS? Já ouviram falar do SUAS? O Sistema Único de Assistência Social. Pois é. O SUAS é uma das grandes inovações nesse campo, porque ele nos ajuda a concretizar isso, a tirar esse campo de atenções da assistência social lá do campo privado, da benemerência, da filantropia e da caridade e trazer para o estado. Só que isso significa que a gente vai ter que disputar esse campo. A gente vai ter que disputar esse campo, esse campo é um campo em disputa e nós saímos e até comentava aqui com a minha companheira de cultura, a gente

conservadores da sociedade brasileira que existe em manter a assistente social aprisionada ao campo da benemerência da filantropia e não como direito do cidadão e dever do estado como diz a Constituição. As demandas que estão colocadas aqui a gente vai ter muita dificuldade de avançar nelas. E isso significa o seguinte. Uma das questões que eu gostaria de colocar é a maneira que também está ali na diretriz. Se uma delas é participação da população, e eu já disse a importância disso, a outra é descentralização política administrativa. E isso é extremamente importante por quê? Porque a luta concreta e real pelos direitos ela acontece no governo federal em um determinado nível, mas a luta de verdade ela acontece é lá no município. Lá onde as pessoas estão vivendo, lá no território onde as pessoas estão vivendo e é lá que elas estão vivendo. Que elas estão sendo discriminadas, que elas estão sofrendo preconceitos é no território que as coisas estão acontecendo. Isso significa que essa diretriz da descentralização para a assistente ela é extremamente importante, por isso o movimento precisa estar organizado e fazer esse monitoramento, mas fazer esse monitoramento nas três esferas de governo. O governo federal ele tem um papel indutor dessas políticas, mas ele sozinho ele não consegue operar porque a operação acontece lá na ponta. Portanto, este monitoramento ele tem que incidir sobre as três esferas de governo. E eu já com certeza o meu tempo já acabou, mas eu só queria fazer dois... Colocar duas questões. Uma delas é que não sei se vocês sabem, mas o Ministério do Desenvolvimento Social ele é um Ministério que além de operar a política de assistência, que é uma política setorial, ele também é um Ministério transversal. E recebeu da presidenta Dilma a missão de coordenar o plano Brasil sem Miséria que é o plano de enfrentamento a extrema pobreza no Brasil. Não sei se vocês sabem disso. E ao receber essa missão o Ministério de Desenvolvimento Social junto com vários outros Ministérios, inclusive os vários que estão aqui, que estiveram na mesa anterior desenharam algumas estratégias, mas tem uma estratégia desse plano que eu queria chamar a atenção. Que é o que nós estamos chamando na assistência social de busca-tiva. O que é isso? Veja só. A presidenta Dilma recebeu a missão de dar continuidade a tudo que teve êxito no governo Lula, tirar de cena aquilo que foi equivocado no governo Lula e avançar. Do ponto de vista do enfrentamento da pobreza e desigualdade vocês sabem e as estatísticas mostram isso houve no governo Lula uma redução desses índices de pobreza e desigualdade. No entanto, a presidenta Dilma a conversar com a Ministra Teresa e com os outros ministros, chegou a seguinte conclusão. Ainda que estejamos avançando tem uma parcela da população que nós não estamos alcançando, tem uma parcela da população que é tão excluída, tão marginalizada que sequer conseguem acesso as políticas sociais básicas. Ou seja, para eu acessar a saúde, para eu acessar a educação, para eu acessar as políticas básicas eu preciso ter condições mínimas. E existe uma parcela da população que sequer tem essas condições mínimas de acessar essas políticas. Portanto, é esta população que nós precisamos alcançar. E o plano Brasil sem Miséria ao desenvolver essa estratégia da busca-tiva pretende chegar nos chamados invisíveis, e aí com certeza a população, o segmento LGBT ele está incluído, porque a gente sabe que o grau de discriminação e de preconceito é tão grande que sequer a gente tem milhões de situações. E vocês sabem disso e eu sei também, todo mundo sabe que as pessoas conseguem, sequer conseguem sair de casa para acessar um posto de saúde, para acessar uma creche, para acessar um serviço básico qualquer. E essa estratégia ela busca de uma maneira



acabou de sair da oitava conferência nacional de assistência social, que aconteceu na semana passada, inclusive, eu estou identificando aqui vários companheiros que estiveram lá e quem esteve na conferência ficou muito claramente isto, o quanto atores e reacionários da sociedade brasileira ainda insistem em circunscrever a assistência social neste campo da benemerência e não no campo do direito, daquele que nós estamos falando. Portanto, nós estamos falando de uma disputa. E essa disputa ela só vai ser ganha na perspectiva, nós só vamos ganhar essa disputa na perspectiva que nós acreditamos se todos os movimentos realizados tiverem clareza disto. E nós estamos falando aqui desse trânsito, nós estamos falando e eu vou lá para frente, vou adiantar aqui a fala, eu vou bem lá ao finalzinho. Pode ir adiante, vai lá ao, pode ir mais uma, mais uma, mais uma, mais uma aí. Não. Mais uma. A próxima, exatamente aí. Eu destaquei o artigo 204 da Constituição que é o artigo que traz as diretrizes da assistência social e eu destaquei ali duas, mas uma delas é em especial. E eu queria destacar. Que é a segunda diretriz que diz que a assistência social no Brasil ela só se organiza por meio da participação da população, por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Isso significa o seguinte. Que se a população organizada não reivindicar os espaços não só de controle social, mas de formulação da política, a gente ainda vai continuar tendo prefeitos e governadores nomeando as suas esposas, as suas primeiras damas para serem gestoras dessas pastas, para fazer caridade, filantropia, benevolência. E nós não vamos conseguir avançar naquilo em que a gente precisa fazer. Vocês devem ter assistido a reportagem em que o Fantástico apresentou a pouco tempo atrás, do que as senhoras primeiras damas estão fazendo nas prefeituras, nos governos dos estados com o dinheiro público. Estão utilizando o dinheiro público para fazer festinhas, para fazer dar brindes, distribuir brindes para as pessoas, porque isso se reverte em voto, mais tarde na época de eleição. Isto não é política pública, e isso não é política de assistência social. Política de assistência social é aquela que é feita com a participação da população segundo está na Constituição e aquela que tem a referência no estado e não na igreja, no padre “X” ou na entidade do fulano de tal ou da dona primeira dama. E para isso aqui só indo mais concretamente, para isso o SUAS ele criou dois equipamentos públicos estatais de referência que além de serem equipamentos que atendem a população nas mais variadas demandas. Eles também têm um papel político importante, que é justamente criar esta referência da assistência no estado, para que a população que precisa do serviço da assistente social, não precise ir ao gabinete do vereador ou não precise ir à porta da primeira dama ou na igreja “X”, na igreja “Y”. Esses equipamentos são centros de referências de assistente social e os centros de referência especializados da assistência social. E aí o movimento, e aí vocês tem aqui no relatório no texto base dessa conferência, vocês tem aqui neste documento arrolado lá por todos os Ministérios, todas as demandas que foram que o movimento levantou e a maneira como os órgãos de governo estão lidando com essas demandas. Isso significa o seguinte. Se vocês olharem aqui do ponto de vista das demandas que estão colocadas para o Ministério do Desenvolvimento Social, muitas delas, e isso já foram dito aqui. Muitas delas ainda precisam avançar muito. Mas eu estou trazendo esse elemento conceitual porque sem este entendimento dessa disputa que nós travamos também internamente, a gente não vai conseguir avançar para atender as demandas que o movimento coloca. Enquanto a gente ainda sofrer a pressão desses segmentos

politizada, empoderar a população para que a população possa nos ajudar a identificar os invisíveis e aí não é só para cadastrar não. É identificar os invisíveis para empoderar politicamente para que cada vez mais a população possa assumir esses espaços de controle social, de fiscalização da política pública e de monitoramento daquilo que o governo está fazendo. E a gente entende que essa é uma das funções também da política de assistência social, ela não só presta serviço, mas ela também tem uma função de organizar a população politicamente para que ela possa cada vez está imponderada e assumir os seus espaços de cidadania e seus espaços de direito. O meu tempo acabou eu quero agradecer mais uma vez parabenizar todos que estamos aqui. Como eu disse acabou de sair da conferência de assistência a gente está nessa maratona de conferências, mas é extremamente importante esses espaços. É extremamente importante que vocês saiam daqui, e aí eu queria deixar essa, compartilhar com vocês, que amanhã nos grupos de trabalho que vocês tirem deliberações que nos levem e que nos obriguem. Não só essa mesa, mas todos os outros que estiveram nas mesas anteriores e quem não vieram que nos obriguem a colocar na rua o princípio da intersectorialidade e o princípio da transversalidade. Porque não adianta só monitorar, mas também tem que haver um compromisso público dessas áreas de governo com o atendimento integral das necessidades da população em especial daqueles segmentos que são mais excluídos, mais marginalizados. Portanto, amanhã nos grupos de trabalho eu espero que vocês tirem deliberações que nos obriguem a fazer isso e que na próxima conferência a gente tenha condições de avançar ainda mais naquilo que a gente já fez. Obrigado.



NADINE MONTEIRO BORGES
Diretora de Promoção dos Direitos Humanos da
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Mas antes de apresentar eu tenho que agradecer quem praticamente ajudou a fazer tudo, elaborar tudo isso aqui, que é uma recente conquista da Secretaria de Direitos Humanos. A Priscila Calaf está aqui conosco, cadê a Priscila? Está ali. Então, pessoal nós falávamos aqui agora na mesa da assistente social, turismo. A articulação interministerial, intersetorial talvez seja uma das principais responsabilidades hoje que a Secretaria de Direitos Humanos e a Ministra Maria do Rosário nos lembram disso todo o dia. Que às vezes se não temos muito dinheiro, não deixamos de fazer política por isso. E cada Secretaria de Direitos Humanos também no âmbito da esplanada muitas vezes a gente fazia isso que nós acabamos de ver nessa mesa. Só na área de promoção da Secretaria de Direitos Humanos nós temos as áreas LGBT, a política nacional dos direitos da pessoa idosa, os centros de referência, a diversidade religiosa, educação em direitos humanos, registro civil de nascimento e os dois Conselhos. O Conselho Nacional LGBT e o Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa. Tanta coisa junta, mas as pessoas idosas elas são LGBT e quem é LGBT hoje e quem não é se tudo der certo ficará idoso, ficará idosa. A gente sabe, há estudos que comprovam que muitas vezes são os gays, lésbicas e travestis que acabam cuidando dos pais quando envelhecem, que acabam tendo uma responsabilidade maior nas famílias. As famílias aquelas que muitas vezes na adolescência discriminaram, mas que depois na velhice precisam desses filhos e filhas. Então, essa articulação se pensamos em uma travesti que ao longo da vida sofreu tanta violência e que de repente aos seus sessenta, sessenta e cinco anos não terão mais condições de enfim, não terá mais recursos, não terá mais condições de trabalho. As profissionais do sexo, então gente, tudo isso essa interdependência ela tem que ser prática e aí pensamos que muitas vezes existem pessoas que morrem em nosso país sem registro civil de nascimento. As pessoas não têm certidão de nascimento, então, elas não podem nem morrer, porque elas sequer nasceram para o Estado. A gente não pode ter dúvida que existe uma parcela ainda da nossa população que não tem certidão de nascimento. Então, é neste sentido que a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos trabalham e recentemente, eu penso que isso é uma pauta, que tem que ser anunciada aqui. Há duas semanas a Secretaria de Direitos Humanos, através da Ministra Maria do Rosário criou, instaurou o comitê da diversidade religiosa. Eu queria inclusive amanhã se a gente puder distribuir, a gente tem uma publicação que eu acho interessante para a gente trazer. E eu penso que dá conta de muita coisa que foi falado, do que foi ouvido aqui por nós hoje, sobre essas práticas fundamentalistas, recorrentes e que tem contribuído para este retrocesso em relação a homofobia no nosso país. A decisão da STF que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, isso eu acho que é fundamental, além do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares. Enfrentamento as homofobias, os atores envolvidos nesse processo, essa pesquisa do Ministério da Justiça, o termo

de cooperação técnica a partir de agora. Que o Ministério da Justiça e a SDH vão trabalhar em parceria conjunta nos estados, com o apoio do Conselho Nacional LGBT. Na última reunião do Conselho essa semana, inclusive foi discutida a questão de terminologia, conceitos que estão neste termo, que tem que ser lapidados, revistos, mas tudo isso é compromisso. E é compromisso de parceria com o Conselho Nacional LGBT, que nós queremos sim fazer com o apoio da SENASP do Ministério da Justiça que amanhã vão discutir isso no GT de segurança. É preciso pessoal também o serviço de inteligência, a gente coloca isso em poucas palavras aqui, para não tomar muito mais o tempo de vocês. Porque não adianta só enfrentarmos aquele agressor direto, precisamos investigar as corporações, a sociedade precisa conhecer essas redes que sustentam essas práticas. São as mesmas redes que são muito próximas as redes do trabalho escravo, da exploração sexual, do transporte ilegal de madeira no nosso país. Não são diferentes atores, é a mesma elite que sempre dominou o estado brasileiro, que muitas vezes está por trás desses crimes e dessas redes. Então, não podemos ser ingênuos também e achar que devemos investigar só as consequências, temos que pensar na causa. Então, nós estamos atentos para isso, estamos atentos não apenas como governo, nós estamos atentos porque nós estamos ouvindo o que a sociedade civil tem demandado desde a primeira conferência nacional LGBT. Próxima. Disque cem, vocês viram aqui ontem a propaganda, esse módulo (LGBT) tem funcionado desde janeiro. Existem outros serviços semelhantes como o Disque Homofobia do Rio de Janeiro que tem ajudado no intercâmbio de informações a respeito da violência homofóbica. E a nossa idéia é expandir essa interação, porque temos que ter também serviços municipais, estaduais interligados com esse serviço. Eu coloquei ali a campanha agora e eu acredito que tanto a campanha do disque cem, quanto essa campanha de enfrentar a homofobia que Pessoal boa noite. Eu vou pedir para o pessoal da técnica colocar lá a minha apresentação, eu preparei uma apresentação aqui. Por favor. começa a ser veiculada amanhã na Rede Globo vai aumentar a demanda dos nossos atendentes no disque, mas também vai aumentar a necessidade dessa articulação com as redes locais, com a Defensoria Pública local, com a delegacia local, com os Ministérios Públicos Estaduais. Com os Conselhos no âmbito dos municípios e aí nós precisaremos todos nós do apoio de vocês, do engajamento de quem defende esta causa, para que possamos, ao receber uma denúncia, ter uma resposta ágil e eficaz. Não adianta termos um serviço como esse se não mudarmos lá na base onde está acontecendo o fato. Então, vou divulgar rapidamente os números, passando aqui a tela. Próxima. Gente depois eu vou disponibilizar essa apresentação porque tem bastante coisa nela. Módulo LGBT. Então está ali, 1.067 denúncias de janeiro para cá, 1.087 vítimas e 3.455 violações. Próxima. Tipo de violações. Violência psicológica 46%, discriminação quase trinta, violência física mais de 15% isso apenas nesses números dessas denúncias que a gente recebeu de janeiro para cá, só no disque cem. Sem contar outro serviço, outras denúncias e inclusive os números estaduais. Tortura nove casos de tortura, podemos concluir que as pessoas ainda são torturadas por causa de sua orientação sexual em 2011. Próximo. Espera aí gente. Não está aqui. Por unidades da federação. Claro São Paulo pela questão enfim, a população o tamanho de São Paulo 16% em São Paulo, no Piauí nós temos um índice de 10%, Bahia 8,84, Minas Gerais 8 e por aí vai. Não significa que no Acre só duas pessoas



denunciaram, não significa que no Acre, ou ao que o Acre corresponda a apenas 0,18% das violações. Esse número ele decorre do que recebemos de denúncia. Mas sabemos que no Acre não tem só 0,18% e é contra isso, e é para enfrentar isso que a gente tem que está unido nesse momento e fazer com que isso nos ajude a pensar em políticas. Principalmente no próximo ano pessoal quando no âmbito municipal, no âmbito local a gente vai ter condições também de pautar essas questões. Perfil das vítimas. O próximo. Homossexuais 82,5% nas denúncias que nós recebemos no disque cem desde janeiro. Por identidade de gênero. Então, masculina 40,7, feminina 36,2, quase uma igualdade, mas não é igualdade que a gente quer não é? Aí não informado, travestis 7,5, transexuais 2,1. Isso no que diz respeito ao perfil das vítimas. A próxima. A idade. Olha ali, de dezoito a vinte e quatro anos, eu falei anteriormente. Mais de 40% das violações ocorre nessa faixa etária, porque a importância de uma educação em direitos humanos no nosso país. Eu acho que essa faixa etária dialoga muito com isso do que muito se ouviu do que muito se falou aqui hoje e do que a gente tem vivido no nosso cotidiano. Esses jovens muitos deles não sobreviverão se a gente não tomar ações rápidas e imediatas para enfrentar este número que assusta muito. O próximo. E aí nós tivemos quatrocentos anos de escravidão neste país, um pouco mais de cem de liberdade e aqui o perfil das vítimas também tem relação com a história do nosso país. Nós temos por raça e cor. Então, conseguimos aqui também e aí o recorte ele tem que ser comparado com essa questão da faixa etária, o perfil aqui de raça, cor das vítimas. Esse material pessoal com o maior prazer tem mais coisas, eu não vou me alongar,. Mas tem muita coisa e a ideia é que vocês possam utilizar também esses dados nos seus estados. Conseguimos também dividir por município até para vocês poderem cobrar e ser mais atuantes em relação até, porque outro estudo que precisamos fazer não é só mostrar a denúncia, é mostrar o monitoramento dessa denúncia depois que Secretaria de Direitos Humanos recebe o telefonema. É isso que faz a diferença. Para quem foi encaminhado, qual foi a deliberação. Então, também temos como esclarecer isso, mas eu encerro aqui Keila. Muito obrigada.

BRUNA ANDRADE IRINEU
Universidade Federal de Tocantins

Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Eu quero cumprimentar a mesa aqui nas devidas representações da Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e de forma muito afetiva cumprimento Keila Simpson, que é uma guerreira e aqui representa o esforço de uma militância histórica brasileira. Eu quero também saudar todas as delegações presentes aqui nesta conferência e em especial o estado do Tocantins de Goiás e de Mato Grosso, lugares por onde eu passei que foram de fundamental importância a minha trajetória política e acadêmica. Agradeço ao Conselho Nacional LGBT pelo convite e a oportunidade de estar dialogando com vocês neste painel intitulado "Políticas de inclusão e cidadania LGBT". Enquanto debatedora entendo que o meu papel aqui é problematizar questões que foram apontadas, pelas/os painelistas dessa mesa e também provocar reflexões no sentido de contribuir com as discussões que serão fomentadas amanhã nos Grupos de Trabalho. Eu saliento que essas reflexões e provocações estão circunscritas por determinado referencial teórico-político ao qual me vinculo dada a minha formação profissional, enquanto assistente social, comprometida com os estudos de avaliação das políticas públicas para a população LGBT, que desenvolvo desde a criação do Programa Brasil sem Homofobia. Atualmente integro a coordenação do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal de Tocantins, onde também sou docente do Curso de Serviço Social. Saliento que a minha trajetória de ativismo é vinculada a grupos universitários de diversidade sexual, o que certamente influencia meu olhar, nesta avaliação e nas provocações que eu farei aqui, incluindo-me também enquanto usuária destas políticas sendo lésbica. Nesse sentido elenquei alguns pontos que precisam ser discutidos, para problematizar aqui, que tocam em alguma medida diretamente nas políticas cuja gestão está representada nesta mesa e em certa medida em outras que não estão aqui presentes.

Um dos primeiros pontos que eu gostaria de provocar a reflexão se refere ao conceito de exclusão social. Entendo aqui partilhando de autores comprometidos com a tradição marxista, que este conceito, é um conceito problemático na medida em que mascara a ideia de exploração. Refiro-me a essa "maquiagem" porque entendo que no âmago de todas as desigualdades se encontram a contradição entre capital e trabalho. Que se expressa não apenas na desigualdade econômica, mas nas desigualdades sociais, culturais e políticas que se intensificam dados os marcadores de diferença, que envolvem gênero, raça e etnia, geração e orientação sexual. Para além da crítica ao conceito de exclusão no qual devemos estar atentos e atentas, aponto também a necessidade de análise da conjuntura sócio-econômica e política que conforma o cenário das políticas sociais hoje. É importante destacar que o atual cenário das políticas sociais reflete um momento de redução de direitos e possibilidades de reconhecimento e re-distribuição, dada a intensificação do trinômio do neoliberalismo, já em curso desde a década de 90 no Brasil, por via da privatização, da focalização e descentralização no âmbito destas políticas. Neste sentido estou partilhando de contribuições da assistente social e professora da UERJ, Elaine Behring. Essa redução de direitos e esse trinômio que



marca as políticas neoliberais através da privatização, da focalização e da descentralização, refletem algumas questões que se analisarmos profundamente as políticas aqui apresentadas e as que não estão apresentadas, mas das quais somos usuários e usuárias, veremos a exemplo, que há focalização na distribuição monetária aos pobres, a partir de transferência de renda, em segmentos populacionais e com foco na família. É importante destacar que esta, é uma família heterocentrada, é uma família nuclear e uma família que em grande medida não corresponde aos nossos modelos e (re)arranjos familiares enquanto pessoas “L”, “G”, “B” e “T”. Outra questão, que marca essas políticas neoliberais refere-se além do apelo a família, também ao voluntariado e ao chamado Terceiro Setor. Para atuar nas lacunas que o Estado não preenche e aí é importante nos mantermos atentas enquanto sociedade civil, sobre o que queremos nas proposições que formularemos amanhã. Queremos contestar no Estado, garantir que o Estado tome frente dessas políticas ou iremos permanecer no lugar de execução das políticas e dos serviços sociais que os governos não tem feito? Outro ponto trata-se também da divisão discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar por serviços sociais. Articulando assistencialismo e livre iniciativa de mercado. Entendo que nós tivemos um início, um nascimento de um movimento LGBT, ou “movimento homossexual” naquele momento, muito vinculado as classes médias.

Hoje essa realidade não é a mesma, precisamos ter o entendimento de que se não formos às favelas e a comunidade dificilmente conseguiremos um espaço justo e democrático de fato. Outra questão que eu gostaria de pontuar no âmbito dessas políticas refere-se o formato de família e a centralidade da mulher, em especial, as políticas de seguridade social, que possuem uma perspectiva de política muito centrada na responsabilidade da mulher e com foco na família. E retorno a dizer: uma família circunscrita pelo imperativo da heterossexualidade, e numa perspectiva de mulher que não entende as transvestilidades, as transexualidades, e as lesbianidades. Isso se expressa claro, pela homofobia, pela transfobia, pela lesbofobia ou para utilizar todas as siglas colocadas a LGBTfobia, que está institucionalizada nos espaços de execução, de formulação, de implementação e de execução dessas políticas. Na medida em que isso dificulta a proteção dos direitos sociais dessa população, principalmente no amparo as pessoas em processo de envelhecimento, as pessoas que vivem nas ruas ou que estão em processo de cumprimento de medidas sócio educativas. Neste sentido eu esperava algumas falas na mesa que pudéssemos inclusive dialogar com as ações que os Ministérios estão desenvolvendo acerca do trato das pessoas LGBT em situação de rua e do trato das pessoas LGBT que estão cumprindo medidas sócias educativas, os jovens. Acho que os GTs (Grupos de Trabalho) vão oportunizar isso, mas eu esperava nesta mesa, que houvesse alguma prestação de contas nesse sentido já que o texto base confere algumas ações como tendo sido realizadas. Outra questão que eu gostaria de pontuar refere-se à contradição, ou melhor, oposição entre as políticas universalistas e as políticas específicas. Em que medida as políticas de atendimento universal tem dificultado ou tem conseguido acolher as pessoas que não se enquadram nas normas sexuais e de gênero vigentes? Como nós podemos pensar em uma política que é universal, mas que não tem atendido as especificidades? E como podemos garantir uma política que pense nas especificidades e que seja de fato universal? Ainda neste debate penso que é importante salientar que não há dificuldades apenas para reconhecer as demandas fundadas na exclusão por orientação sexual, mas por raça e etnia, geração, principalmente quando essas categorias não estão vinculadas a questão da pobreza.

Neste sentido, quero retomar o tema da conferência que acredito que em alguns momentos me parece que a gente tem perdido de vista. Quando a gente se propõe a discutir pobreza e discriminação, em diversas falas aqui, a pobreza e a discriminação não aparecem, exceto quando se trata da política de assistência social, que é a política a qual os pobres estão relegados. Outra questão que eu quero salientar aqui também se refere diretamente as políticas públicas LGBT, se trata da pouca expressividade que essa política tem tido no âmbito federal, estadual e municipal, pensando na existência e efetividade de ações. Quero fazer um parêntese para reconhecer que especialmente no ano de 2011 se identifica diversas ações propositivas, ou seja, que vão se cumprir. Então, aqui estamos avaliando o que foi cumprido e não o que ainda vai ser ou o que está por vir. Mas o que está acontecendo e o que aconteceu até esse momento da segunda conferência. Entendo que o que ocorre é retrato da falta de institucionalização desta política LGBT, e me refiro a falta de institucionalização dessa política em nível federal, estadual e municipal, especialmente na dificuldade de autonomia que esta política tem. E na ausência de dotação orçamentária que a mesma tem em nível federal, estadual e municipal. Quando há a ausência de orçamento e ausência de autonomia, esses órgãos LGBT, sejam gerências ou coordenadorias, refletem sim um esforço quando são criados no organograma das secretarias. Mas ao mesmo tempo quando não temos orçamento e não temos autonomia institucional ficamos relegados a política de “boa vizinhança”, ou seja, a política que só funciona quando eu conheço o secretário ou quando ele é próximo a mim, ou quando existe alguém que pode falar com ele por mim, ou de quando este é sensível a estas questões nas secretarias. Só assim, temos a garantia de que vai ter algum “resto de recurso” para fazer alguma capacitação ou alguns cartazes, ou algum evento com as/os militantes. Outra questão a se salientar, refere-se à necessária transversalização de gênero e sexualidade. Quando a gente fala de diversidade a gente precisa pontuar qual diversidade estamos falando. Aqui a gente está tratando de LGBT isso está implicado em diversidade sexual, quando se está falando de direitos humanos é preciso entender que existe hierarquias sobre quem é “mais humano” na lógica dos próprios direitos humanos. Então, é por isso que nós estamos aqui nessa conferência. Assim, a transversalização é necessária no âmbito de todos os Ministérios e é essencial, porque sem essa possibilidade voltaremos àquela discussão de políticas universais versus políticas específicas. Atrelado a isto, tem a questão é a intersectorialidade. A intersectorialidade reflete em efetiva ação coletiva, de forma processual, onde haja envolvimento e articulação com os distintos setores sociais. Há possibilidade de intervenção na realidade social, com interlocução entre as diversas instituições, pessoas e redes. A política LGBT tem estado aquém de uma efetiva intersectorialidade na medida em que as ações se demonstram descontínuas e fragmentadas. Podemos citar aqui, por exemplo, o caso dos Centros de Referência de Combate a Homofobia, que existiram, deixaram de existir, voltaram a existir no bojo dos genéricos Centros de Direitos Humanos. Para além de uma avaliação dos Centros de Referência do Combate a Homofobia, que teria para fazer se houvesse um pouco mais de tempo, portanto não o farei. Estou analisando aqui, a descontinuidade das ações e a fragmentação destas. Isto é também reflexo de um penúltimo ponto que eu quero colocar que é a necessidade desta política de governo, e aqui cabe destacar que este governo nas suas



duas gestões pautou e conseguiu colocar na agenda política as questões LGBT, mas nós não temos de fato uma política de Estado, temos uma política de governo. E a última questão, já encerrando, refere-se ao vácuo e as lacunas que existem entre os processos de formulação, implementação e execução das políticas públicas. Aqui me parece que falamos muito da formulação das políticas, a realidade da implementação é outra e a realidade da execução outra maior ainda. Inclusive a pesquisa do Sertão/UFG traz dados bem interessante sobre este ponto, com as falas das/dos gestoras/es e das/dos ativistas. Se pensarmos, por exemplo, a realidade do Pró-Jovem, a realidade dos Pontos de Cultura, a realidade dos Abrigos, por mais que a formulação da política seja interessante e “inclusiva” o trato de quem está na “ponta” desta política (na execução), ele não se dá na mesma maneira da formulação. Então, a gente tem uma grande diferença entre o pensado, o dito e o feito. E isso é reflexo certamente da ausência de um aparato jurídico legal que coloque de fato a questão da diversidade sexual, da homofobia, do direito a não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Para finalizar destaco que este momento que estamos vivendo é de avaliação nessa segunda conferência, mas também de proposição. Quero me colocar aqui em uma perspectiva gramsciniana, no sentido de que em minha avaliação há um pessimismo, mas ao mesmo tempo vejo com otimismo a nossa ação. Coloco-me aqui como alguém que também enquanto professora na universidade pública, de alguém que também está na gestão dessas políticas na medida em que pleiteamos editais, via MEC, via Ministério da Cultura. Na medida em que, para além das pesquisas que nos servem como grande diagnóstico, neste caso, a parceria entre o governo, poder público, governo, universidade tem sido profícua. Nas universidades, a extensão também tem sido espaço importante, que deve ser utilizado em parceria com os movimentos sociais para que se possa de fato construir práticas renovadas, que garantam democracia e a possibilidade de transformação social. Não compreendo essa transformação social sem que minimamente se faça uma crítica à sociabilidade capitalista. Se pelo menos não fizemos a crítica a esse modo de produção, que está centrado na exploração e nas desigualdades, dificilmente teremos condições de pensar propostas que vão ao âmago da questão da discriminação e do preconceito.

Então, me coloco a disposição para o debate, quero agradecer a oportunidade e dizer que fico muito feliz de poder trazer algumas reflexões que venho desenvolvendo, não sozinha, mas com diversas pessoas com as quais tenho amadurecido essas reflexões. E esse espaço da conferência é certamente um espaço para amadurecimento, inclusive dessas últimas questões que aponte aqui, na medida em que também me coloco como jovem, lésbica, ativista, pesquisadora, professora e trabalhadora da educação. Obrigada!

7 - DIRETRIZES APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

Os representantes da Sociedade Civil e do Estado, em suas três esferas, eleitos democraticamente em Conferências Estaduais e Distrital, reunidos em Brasília, no período de 15 a 18 de dezembro de 2011, aprovaram as seguintes propostas/diretrizes.

EDUCAÇÃO

Considerando:

- a laicidade do Estado brasileiro e o respeito à diversidade religiosa;
- a necessidade de enfrentar o preconceito e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o racismo, o machismo, o sexismo; bem como a necessidade de contemplar as perspectivas de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, territorial, meio urbano e rural e de povos e comunidades tradicionais, e outras formas de violência e opressão.
- a importância do financiamento, planejamento, monitoramento e avaliação dos Programas e projetos;
- o Pacto Federativo: que as políticas públicas devem ser elaboradas e implementadas em articulação entre o Governo Federal, estados e municípios;
- a valorização das/dos profissionais da educação, contemplando planos de carreira, salários e condições de trabalho;
- o comprometimento do Estado com a implementação de políticas públicas democráticas, levando em consideração a Conferência Nacional de Educação Básica - CONEB e a I Conferência Nacional de Educação – CONAE, que propõe um Sistema Nacional de Educação que garanta uma política educacional pública, de qualidade social e pedagógica, por meio de ampliação dos recursos públicos destinados a educação, com garantia pelo menos 10% do PIB e 50% de recurso do pré-sal para a educação.

Diretriz 1 - Criar diretrizes nacionais que orientem os sistemas de ensino, em todas as modalidades e níveis educacionais, na formulação de ações e políticas que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, bem como elaborar, implementar medidas legislativas, administrativas e organizacionais para assegurar a execução e a sustentabilidade dessas ações e políticas.

Diretriz 2 - Estimular, fomentar e fortalecer a criação de grupos e núcleos de estudo nos diferentes níveis de ensino, através de financiamento público, da promoção, da articulação e da parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, instituições de pesquisa e extensão e universidades,



objetivando: (a) mapear ações inovadoras desenvolvidas em defesa da promoção da cidadania LGBT; (b) criar indicadores para a avaliação e monitoramento de políticas públicas para LGBT nas diferentes esferas governamentais; (c) analisar concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas nos espaços de educação; (d) identificar a situação da população LGBT nos sistemas de ensino.

Diretriz 3 - Garantir, nas três esferas de governo, a realização de cursos interdisciplinares, preferencialmente presenciais, de formação inicial permanente e continuada e em serviço para todos os profissionais de educação, e conselheiros ligados à educação das escolas públicas. Esses profissionais deverão desenvolver projetos de intervenção pedagógica nos espaços educacionais e discutir a inclusão nos currículos das temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero, formando multiplicadores, respeitando as especificidades locais e regionais.

Fomentar a avaliação, a elaboração, produção e distribuição de materiais de referência (obras científicas e literárias) e didático-pedagógicos, nas três esferas de governo, que abordem as temáticas e promovam o reconhecimento e a valorização da diversidade sexual e de gênero, considerando o lugar de fala de LGBT e acessibilidade para pessoas com deficiência, destinados à formação de profissionais e demais áreas, a utilização em sala de aula, biblioteca e salas de leitura. A formação e os materiais devem estar acessíveis em linguagens e formatos alternativos (libras, Braille, letras ampliadas, em formato digitalizado e audiovisual com legenda).

Diretriz 4 - Criar, fomentar e garantir, o acesso e a permanência de estudantes e profissionais LGBT nos espaços educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, combatendo a discriminação e o preconceito, respeitando a livre orientação sexual e identidade de gênero. por meio de programas e ações específicas.

Diretriz 5 - Realizar, fomentar e apoiar prêmios de práticas e iniciativas, concursos e campanhas e outros eventos, divulgação de calendário de lutas LGBT, pesquisas e material didático, respeitando as especificidades, as diferentes linguagens (públicas e mídia), em formatos acessíveis e alternativos para maior visibilidade aos LGBT e promover o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de expressões e identidades de gênero.

ENFRENTAMENTO AO SEXISMO E MACHISMO

Diretriz 1 - Políticas de enfrentamento a discriminação contra as mulheres, mulheres vivendo com HIV/AIDS, levando em consideração o Eixo 9 do 2º PNPM (Plano Nacional de Políticas para Mulheres), de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, lesbofobia, bifobia, transfobia e homofobia, considerando fatores geracionais, mulheres com deficiência, outras formas de intolerância ou violação de direitos humanos e discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero com a criação de um grupo de trabalho permanente dentro do Plano Nacional de Políticas LGBT.

Diretriz 2 - Intersetorialidade das políticas públicas LGBT e demais políticas de governo para combate ao machismo, sexismo, racismo, lesbofobia, bifobia, transfobia e homofobia, em todas as esferas de governo; transversalizando as questões de gênero, raça e etnia, orientação sexual, expressão e identidade de gênero, geracional, mulheres, travestis e transexuais, pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Diretriz 3 - Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, com atenção especial a violência contra lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais, ocasionadas pelas conexões entre o machismo, sexismo, racismo, lesbofobia, bifobia, homofobia e transfobia, destacando a violência doméstica e o estupro corretivo.

Diretriz 4 - Políticas públicas educacionais pautadas pela desconstrução dos sistemas de opressão heterossexista, machista, sexista, racista, lesbofóbico, bifóbico, homofóbico e transfóbico, que respeitem as diferenças e promovam os direitos humanos em toda a sua diversidade.

Diretriz 5 - Políticas de trabalho dirigidas para lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais que coíbam e punam o assédio sexual e moral, promovam a qualificação profissional, a inserção no mercado de trabalho formal, geração de renda, acesso a crédito e direitos trabalhistas para trabalhadoras do mercado informal.



ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Diretriz 1 - Garantia aos povos indígenas e comunidades tradicionais dos direitos ao território, à diversidade religiosa e cultural, considerando a dimensão étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de expressões e identidade de gênero, respeitando suas formas de organização familiar.

Diretriz 2 - Garantir formação e capacitação continuada de profissionais dos serviços públicos, nas três esferas de governo, acerca das dimensões de gênero, raça/etnia, orientação sexual, expressões e identidade de gênero, geracional, pessoas vivendo com HIV/AIDS no intuito de combater os estigmas, vulnerabilidades e discriminações enfrentadas por esta população; apoiando ações de sensibilização e formulação para a sociedade civil relativas a essas temáticas.

Diretriz 3 - Implementação da legislação existente, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/2008, o decreto 6.040/2006, que institui a política nacional para povos e comunidades tradicionais, bem como executar os PNDH3, o Plano Nacional LGBT, Plano Nacional de Política para as Mulheres, Política Nacional de Saúde LGBT, criando o Pacto de Enfrentamento ao Racismo, Machismo, Sexismo, Transfobia, Lesbofobia, Bifobia e Homofobia, com orçamento definido para o funcionamento de suas políticas.

Diretriz 4 - Inclusão, nas Conferências Nacionais, Regionais, Estaduais, Municipais e Distrital, de um eixo que trate do enfrentamento do racismo, sexismo, machismo, capacitismo (preconceito contra pessoas com deficiência), lesbofobia, transfobia, bifobia, homofobia e intolerância religiosa nas suas realizações e nos respectivos planos.

Diretriz 5 - Inclusão, nos diversos Conselhos de formulação e controle social de políticas públicas, de assentos para representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando, nesta composição, o recorte étnico-racial.

PODER LEGISLATIVO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Diretriz 1 - Garantir, por meio de mudança legislativa, que a alteração de prenome (retificação de registro civil) e de sexo jurídico para travestis e transexuais em seus documentos civis, seja feita de forma administrativa, em cartório de registro de pessoas naturais, desvinculando essas mudanças da obrigatoriedade de cirurgia de transgenitalização ou de patologizações de suas identidades.

Diretriz 2 - Implantar, nas instâncias governamentais, municipais, estaduais e federal, organismos de políticas públicas para a população LGBT, tais como: superintendências, coordenadorias e/ou diretorias específicas, garantindo a efetiva implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, Programa Nacional de Direitos Humanos 3, dos eixos 2 e 9 do segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das propostas aprovadas nas conferências das três esferas governamentais.

Diretriz 3 - Assegurar representação LGBT nos diversos conselhos de direitos, garantindo a participação de entidades formais e informais, garantindo a maioria de dois terços da sociedade civil em todos eles, grupos de trabalho e conselhos, observando a representatividade de gênero, identidade de gênero e orientações sexuais, nas instâncias do governo, em âmbito nacional, estadual e municipal; com transparência e democracia na convocação e seleção dessas representações, bem como contemplar outros recortes sociais: mulheres, negros, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e pessoas vivendo com HIV/aids. No cenário nacional, as representações devem observar a equidade por Estado e/ou regiões.

Diretriz 4 - Implementar efetivamente a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT no Congresso Nacional, com a mais ampla pluralidade partidária e ideológica, assim como em todos os estados e municípios, para criar uma agenda conjunta entre o movimento LGBT e o Legislativo, fortalecendo a interlocução com o Judiciário e o Ministério Público, procuradoria e defensoria pública, bem como apoiar as reivindicações do movimento LGBT em âmbito nacional e distrital, participar das lutas nacionais pela aprovação de legislação no Congresso Nacional voltados para os direitos LGBT, especialmente o PLC 122/2006 (que criminalize a homofobia, a transfobia, a lesbofobia e a bifobia nas mesmas bases da lei de racismo sem hierarquização de discriminações e violências) e propostas que promovam os direitos LGBT, como o Estatuto da Diversidade Sexual em análise no Conselho Federal da OAB, garantindo em todos os casos em amplo debate antes do início da tramitação, assegurando a ampla participação da sociedade civil durante todo o processo legislativo.

Diretriz 5 - Garantir o cumprimento do princípio do Estado laico com vistas ao enfrentamento do fundamentalismo religioso nos espaços públicos, determinando a retirada de símbolos religiosos das repartições públicas e o fim da disciplina de ensino religioso nas instituições da rede pública de ensino.



SAÚDE

Considerando:

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada por meio da Portaria MS nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011, considera a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais e culturais da saúde e destaca a importância de se levar em conta as desfavoráveis condições de saúde de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) agravadas pelo preconceito e discriminação existentes ainda na sociedade.

A Política Nacional de Saúde Integral de LGBT é constituída por um conjunto de princípios éticos e políticos expressos em uma marca que reconhece os efeitos perversos dos processos de discriminação e de exclusão sobre a saúde. É uma política transversal, com gestão e execução compartilhadas entre as três esferas de governo, que deverá atuar articulada às demais políticas do Ministério da Saúde. Expressa os esforços das três esferas de governo, do Conselho Nacional de Saúde e da sociedade civil organizada na promoção da saúde, na atenção e no cuidado em saúde, priorizando a redução das desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero, assim como o combate à homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, e a discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde.

Enfrentamento da heterossexualidade obrigatória como sistema de dominação que fundamenta e reproduz a homofobia, a transfobia, a lesbofobia e a bifobia.

O Objetivo Geral da Política é promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Diretriz 1 - Garantia de acesso universal, integral e equânime, com qualidade à saúde integral para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no âmbito do SUS público estatal e de qualidade, considerando o recorte étnico/ racial, geracional e de gênero para as ações de promoção, prevenção, tratamento com ênfase para as ações no campo da resposta às DST/HIV/aids e Hepatites Virais, HPV, processo transexualizador, saúde lésbica e cuidado dos agravos decorrentes da discriminação e preconceito.

Diretriz 2 – Inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero na Política de Educação Permanente no SUS e na Política para o Controle Social, com participação dos trabalhadores, Conselhos e LGBT, com ênfase no combate a lesbo-homo-bi-transfobia, racismo, capacitismo, machismo, sexismo, misoginia e na promoção da saúde LGBT.

Diretriz 3 – Fomento à produção, difusão de conhecimento, informação, pesquisas e estudos sobre a situação, necessidades e especificidades da saúde da população LGBT.

Diretriz 4 – Fortalecer e garantir os espaços de controle social no âmbito do SUS e reconhecer a importância da participação de LGBT na formulação, acompanhamento, avaliação e monitoramento das políticas de atenção integral a saúde.

Diretriz 5 – Articulação das políticas de saúde com outras políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos humanos, cidadania e inclusão da população LGBT, considerando os marcadores sociais de desigualdades.



POLÍTICAS DE JUVENTUDE E DE RECORTE INTERGERACIONAL

Diretriz 1 - Criação de instâncias especializadas na Área Técnica de saúde e educação de adolescentes e jovens do Ministério da Saúde e Educação, que formulem propostas da juventude LGBT (de 15 a 29 anos) garantindo a criação e implementação do plano nacional de enfrentamento à juvenização e à feminização das DST/aids e hepatites virais no âmbito nacional, estadual e municipal, estimulando que estados e municípios façam o mesmo nos respectivos âmbitos.

Diretriz 2 - Promoção de ações e fomento a redes de atenção direcionadas à população LGBT idosa, considerando intersecções de gênero, raça, etnia, classe social e pessoas com deficiência em diálogo com políticas de saúde, assistência social, educação, esporte e lazer, cultura e previdência social.

Diretriz 3 - Implementação de um sistema de formação continuada de profissionais da educação, assistência social, saúde, do sistema prisional e socioeducativo para atendimento qualificado de adolescentes e jovens LGBT, fortalecendo o sistema de garantia de direitos, considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no enfrentamento a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, garantindo a diversidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, pessoas com deficiência, classe e região, no âmbito das medidas protetivas e sócio-educativas, bem como as disposições de proteção aos direitos da juventude LGBT (15-29 anos), em especial no âmbito do sistema prisional e socioeducativo.

Diretriz 4 - Garantia das demandas e direitos da população LGBT na Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), com qualificação profissional, emprego, geração de renda, pautado no empreendedorismo da juventude e economia solidária, uso do nome social nos ambientes de trabalho em todos os setores, inclusão dessa população nos programas do governo (como Projovem, Pronuni, Pronatec, Ciência sem Fronteiras) com foco nas pessoas trans, respeitando questões de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, étnicas, de cor/raça e juventude do campo, pessoas com deficiência, classe, região, grupos historicamente vulneráveis no que tange à qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Diretriz 5 - Prevenção do aliciamento de adolescentes e jovens transexuais, travestis lésbicas, gays e bissexuais, com especial consideração ao recorte étnico-racial, para fins de exploração sexual, garantindo a participação dos adolescentes e jovens nos espaços que elaboram PPJ (Política Pública de Juventude), bem como incluí-los nas campanhas contra exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de pessoas, trabalho escravo, em especial o infanto-juvenil, com destaque na existência de violência física, moral e psicológica, com atenção especial aos grandes eventos, na defesa das comunidades atingidas por remoções e a higienização racista nas cidades.

SISTEMAS DE JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À VIOLÊNCIA

Diretriz 1 - Fortalecimento do dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate a Homofobia, garantindo ações afirmativas com o reconhecimento pelo Estado brasileiro da existência de crimes motivados por preconceito ou discriminação em razão da orientação sexual, identidades ou expressões de gênero, bem como o extermínio da população LGBT, com especial atenção a travestis e transexuais masculinos e femininas e da necessidade de criação de mecanismos de enfrentamento e prevenção a todas as formas de violência e violação de direitos humanos LGBT, bem como Unidades especializadas na investigação dos delitos de ódio homofóbicos, lesbofóbicos, bifóbicos e transfóbicos.

Diretriz 2 - Criar observatório nacional de dados, informações, diagnósticos e pesquisas que contemple as situações de violência motivadas por preconceito e discriminação em razão da orientação sexual e identidades de gênero. O observatório deverá ser alimentado tanto por fontes de informações governamentais oficiais, quanto por pesquisas e diagnósticos realizados pelas instituições acadêmicas, OSCIP's e demais organizações de sociedade civil. As informações disponibilizadas pelo observatório deverão subsidiar a formulação e monitoramento de políticas públicas dirigidas a essa população e contará com dotação orçamentária prevista para sua manutenção.

Diretriz 3 - Apoiar, após amplo debate com o movimento social e instituições que atuam em defesa dos direitos LGBT, a aprovação de projetos de emendas constitucionais e de lei que garantam a cidadania LGBT e o respeito às identidades e expressões de gênero, afirmem a plena cidadania e a igualdade de direitos humanos para a população LGBT, e que criminalizem atos de violência motivados por preconceito e discriminação em razão da orientação sexual e de identidades de gênero, alterando a legislação.

Diretriz 4 - Ampliar e monitorar ações de combate a homofobia e a inserção da temática LGBT de forma transversalizada nas disciplinas das matrizes curriculares e a criação da disciplina de combate a violência a população LGBT, na capacitação e formação continuada dos agentes do sistema de segurança pública, do sistema de justiça, do sistema penitenciário e da rede sócio-assistencial. Dialogando com o movimento LGBT e com integrantes da RENOSP-LGBT (Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBT). Essa transversalização deverá ser observada nas disciplinas que tratam da abordagem, com especial atenção a população de travestis e transexuais masculinos e femininos no Plano Nacional de Segurança Pública.

Diretriz 5 - Fomentar ações dirigidas à população LGBT dos sistemas socioeducativos e prisional, com especial atenção a travestis e transexuais masculinos e femininos, ampliando programas de aumento



da escolaridade, capacitação profissional, inserção e reinserção no mundo do trabalho, garantindo todo o processo de sociabilidade conforme identidade de gênero e expressões de gênero (hormonioterapia, vestimentas adequadas ao gênero, estética, maquiagem, não corte de cabelo de pessoas em situação de privação de liberdade), raça e etnia garantindo à população LGBT que a visita íntima (enquanto houver revista íntima, que, como constitui uma violação dos direitos humanos, deve ser abolida) da pessoa que se encontre em situação de privação de liberdade e de quem lhe visite sejam realizadas em conformidade com orientação sexual, identidades e expressões de gênero, respeitando sempre o princípio da dignidade da pessoa humana.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Considerando que:

A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT entende como decisivo, no combate à homofobia, lesbofobia e transfobia social e institucional, o papel do governo e das diferentes agências estatais no sentido de construir uma nova cultura no país que respeite diferentes expressões de orientação sexual e identidade de gênero com recortes geracionais, capacitismo e pessoas vivendo com HIV/AIDS como dimensões fundamentais dos Direitos Humanos.

Os planos municipais, estaduais e nacionais, cumprem importante papel na formulação de políticas públicas, tendo em vista a transversalidade do tema, torna-se necessário discutir o plano de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, nas 3 esferas governamentais, como também os planos saúde, justiça, segurança pública, trabalho e renda, educação e assistência social, considerando as populações urbanas e rurais, dando ênfase às políticas afirmativas no acesso à educação e ao mundo do trabalho voltadas para a transformação da realidade da população LGBT, em especial as travestis e transexuais e lésbicas.

Importante destacar que a participação social na saúde através dos conselhos e conferências de saúde, como forma de controle social do SUS, a fim de garantir a saúde integral e em especial a saúde mental da população LGBT.

Diretriz 1 - Consolidar ações articuladas e intersetoriais que visem promover e apoiar encontros, debates, formação continuada e capacitação em Direitos Humanos LGBT para ativistas do movimento LGBT, conselheiros/as de políticas públicas, servidores e gestores do poder público (em nível federal, estadual e municipal), lideranças do movimento de mulheres e feministas, movimento estudantil, movimentos populares, comunitários, sindical, organizações juvenis, e contra o racismo e movimento negro, povos, comunidades tradicionais e povo de terreiro; bem como promover a criação e veiculação de campanhas educativas para a população LGBT e para toda a sociedade, divulgando os direitos da população LGBT já consolidados no país. Considera fundamental também estimular a criação e a consolidação de grupos e núcleos de estudo e pesquisa que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, levando-se em consideração as comunidades rurais, indígenas, quilombolas, comunidades urbanas, sem terras, ocupações sem tetos considerando as questões étnico-racial; bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre tais questões.

Diretriz 2 - Que o Governo Federal elabore efetive e amplie os mecanismos institucionais de monitoramento e controle social das ações e políticas afirmativas e as políticas voltadas para a



comunidade LGBT, garantindo uma participação efetiva da sociedade civil e do movimento social LGBT, apontando para o processo participativo, transparente e democrático entre Estado e sociedade civil. Que haja também o monitoramento dos assassinatos e outros crimes contra pessoas LGBT, bem como demais crimes motivados por preconceito e discriminação baseado em orientação sexual e identidades e expressões de gênero, praticados por agentes do Estado e criminosos diversos.

Diretriz 3 - Que o Estado brasileiro, nos fóruns que o Brasil participa, como CPLP, MERCOSUL, UNASUL, Comunidades Sul-Americanas, entre outros, através do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) se posicione sistematicamente nos fóruns internacionais e outras instancias relevantes em defesa dos direitos humanos das pessoas cujos direitos são violados em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero e que seja estabelecido um mecanismo permanente de consulta entre o estado e a sociedade civil, vinculado à Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, para definição de diretrizes nesse campo. Essas diretrizes deverão tratar da política externa na sua amplitude, incluindo o campo das relações e acordos comerciais. Que sejam criados mecanismos permanentes de disseminação de informação sobre o sistema internacional e os instrumentos internacionais de direitos humanos para gestores de políticas públicas e operadores de justiça, em todos os níveis ; bem como para monitoramento da implementação dos instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, para proteção dos direitos humanos das pessoas cujos direitos são violados em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, incluindo-se as convenções relativas ao racismo e discriminação racial. O Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT são instâncias fundamentais de articulação e coordenação dessas diretrizes. Finalmente, que o Estado Brasileiro através do Ministério das Relações e Exteriores, solicite o segmento da 94º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no dia 25 de outubro de 2010, para apresentar como medida de não repetição à aprovação do PLC 122/2006. Inclusive as violações no período da ditadura militar contra a comunidade LGBT, incluindo estas violações nos debates da Comissão da Verdade.

Diretriz 4 - Garantir a participação e o protagonismo de pessoas LGBTs inclusive negras e negros, indígenas, pessoas em situação de rua, povos tradicionais e de terreiro, população e comunidade sem teto e sem terra e ocupações, ciganas e pessoas com deficiência, para deliberar, implementar, avaliar, fiscalizar, gerir e monitorar as políticas públicas, visando, assim, fortalecer mecanismos e estratégias

institucionais com a participação da sociedade civil organizada para o exercício do controle social, conforme os princípios de Paris (2/3 sociedade civil e 1/3 para o poder público), garantindo essa composição nos conselhos nacionais, em especial o LGBT, e fomentá-la nos conselhos estaduais e municipais.

Diretriz 5 - Garantia da plena cidadania da população LGBT, mediante: aprovação da criminalização da homofobia, lesbofobia, bifobia e da transfobia nas mesmas bases da Lei de Racismo; reconhecimento do casamento civil igualitário para as pessoas LGBT; inclusão de questões anti-discriminatórias em certames públicos, que combatam a discriminação em geral, em especial aquela por orientação sexual e por identidade de gênero; fomentar a criação, implantação e efetividade de órgãos estaduais e municipais que atuem em políticas para diversidade sexual e cidadania LGBT, bem como de centros de referência em direitos humanos de prevenção e combate à homofobia, atentos às especificidades da população LGBT e considerando os recortes étnico-racial, de gênero, classe, deficiência e região; efetivação da laicidade do Estado, não permitindo que decisões governamentais sejam influenciadas por qualquer religião.



TRABALHO, GERAÇÃO DE RENDA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Diretriz 1 - Implantar, nas três esferas governamentais, um sistema de inserção no trabalho, emprego e renda à população LGBT, com o principal foco nas expressões e identidades de gênero, raça/etnia, geracional, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, vivendo com HIV/AIDS e comunidades tradicionais, com garantia orçamentária e financeira, criando campanhas e incentivos junto a empresas e organizações patronais para adotar políticas afirmativas e certificando com o selo de responsabilidade social as empresas que incluírem esta força de trabalho.

Diretriz 2 - Promover e apoiar a realização de cursos de capacitação técnica e gerencial e preparação para o mundo do trabalho para LGBT considerando orientação sexual e identidades de gênero; com recortes étnico-raciais, geracionais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS e povos e comunidades tradicionais, em parceria com o setor privado e organizações da sociedade civil, visando a inserção no mercado de trabalho formal e o fomento a iniciativas empreendedoras individuais e coletivas, garantindo, inclusive, instrumentos para a regulamentação da prostituição, conforme disposto no CBO-5198-05 (Código Brasileiro de Ocupações), a fim de não confrontar os artigos CP 229 e 230 que criminalizam a exploração da prostituição e casas de prostituição, pois assim, motéis e casas próprias ou alugadas que vivam duas ou dois ou mais profissionais do sexo, estão ilegais e podem ser presas e presos.

Diretriz 3 - Articular, em parceria com o MTE e SRTs, a implantação e ampliação de políticas de combate ao preconceito, assédio moral e discriminação de LGBT no ambiente de trabalho, de intermediação de mão de obra, de promoção da saúde das/dos trabalhadoras/es no ambiente de trabalho e de registro nos sistemas de informações oficiais da presença de LGBT's no mercado de trabalho, acesso, permanência, dentre outros, considerando orientação sexual e identidades de gênero; com recortes étnico-raciais, geracionais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS e povos e comunidades tradicionais.

Diretriz 4 - Reformular a Lei Geral da Previdência de modo a contemplar as demandas da população LGBT garantindo à concessão e extensão dos direitos previdenciários as/os companheiras/os das/dos LGBTs, considerando orientação sexual e identidades de gênero; com recortes étnico-raciais, geracionais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, trabalhadoras e trabalhadores do sexo, com direito a aposentadoria especial, em decorrência da insalubridade e periculosidade no exercício dessa atividade e povos e comunidades tradicionais.

Diretriz 5 - Institucionalizar um grupo de trabalho sobre a temática LGBT no Ministério da Previdência Social, na perspectiva de fortalecimento das ações de promoção do acesso da população LGBT à Previdência Social, considerando orientação sexual e identidades de gênero; recortes étnico-raciais, geracionais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS e povos e comunidades tradicionais, intensificando a socialização de informações previdenciárias.

CULTURA

Diretriz 1 - Estimular, apoiar, fomentar e divulgar a produção cultural, programas de governo e a pesquisa da /sobre a população LGBT e suas temáticas por meio de, projetos e ações públicas, nas três esferas do governo, contemplando todas as manifestações e linguagens artístico-culturais.

Diretriz 2 - Valorizar e preservar a memória cultural LGBT brasileira, fomentando a criação e/ou manutenção de espaços culturais e centros de documentação, bem como a produção, resgate, aquisição e circulação de acervos de bens materiais e imateriais referentes a essa população, garantindo a acessibilidade à informação e à comunicação das pessoas com deficiência de acordo com a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Diretriz 3 - Apoiar a capacitação de grupos LGBT para a gestão de projetos culturais (elaboração, captação de recursos, execução e prestação de contas), bem como estimular a oferta de cursos de formação artística para a população LGBT por meio de fomento a projetos e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, respeitando-se os recortes da diversidade cultural, social, territorial e populacional brasileira.

Diretriz 4 - Garantir apoio e fomento anuais, por meio de editais públicos, para a realização das Paradas e semanas do Orgulho LGBT e outros eventos, garantindo o conteúdo político de afirmação das reivindicações dos direitos LGBT e abolindo a mercantilização dos espaços do movimento LGBT, a sua interiorização e regionalização e transparência dos recursos públicos.

Diretriz 5 - Garantir assento de um / uma representante da população LGBT no Conselho Nacional de Políticas Culturais, bem como a continuidade do GT de promoção da cultura e cidadania LGBT.



TURISMO

Diretriz 1 - Promover produtos e destinos, por meio da participação em eventos e feiras nacionais e internacionais de turismo e do segmento LGBT e da produção e distribuição de materiais promocionais específicos, acessíveis a públicos com deficiência, consolidando o Brasil como referência no turismo LGBT mundial.

Diretriz 2 - Promover o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial da população LGBT, de acordo com o que preconiza a legislação vigente ao turismo em âmbitos nacional, estadual, distrital, e municipal.

Diretriz 3 - Promover a sensibilização, mobilização e capacitação de gestores públicos, prestadores de serviços e profissionais do turismo, visando preparar melhor os destinos e produtos brasileiros para um atendimento de excelência ao público LGBT, considerando suas especificidades e combatendo a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Diretriz 4 - Captar eventos internacionais com vistas à geração de postos de trabalho, geração de renda e inclusão social da população LGBT.

Diretriz 5 - Criar editais que contemplem apoio a Paradas do Orgulho LGBT, eventos, programas, projetos, assim como a realização de estudos e pesquisas (de demanda e oferta) para estruturação de produtos e destinos turísticos LGBT, envolvendo o poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil com transparência e fiscalização.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À MISÉRIA

Diretriz 1 - Garantir o reconhecimento e a inclusão de novas configurações familiares no CAD Único da Assistência Social, com a criação dos campos: orientação sexual, identidade de gênero e o nome social para que a população LGBT tenha acesso aos programas que utilizam os dados do CAD Único como base.

Diretriz 2 - Garantir o reconhecimento e a efetivação das demandas relacionadas à orientação sexual e identidades de gênero com recortes étnico-raciais, geracionais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS e povos e comunidades tradicionais no processo de concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, bem como a substituição do critério de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo per capita para $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo per capita e o fortalecimento da articulação entre as políticas de assistência social, previdência social e saúde, com vistas à ampliação do acesso desses segmentos ao Benefício.

Diretriz 3 - Implantar e efetivar a Política Nacional de sensibilização e formação continuada dos/das trabalhadores/as do SUAS das esferas Municipal, Estadual e Federal para inclusão e atendimento da população LGBT, com vistas ao enfrentamento do estigma e a discriminação das expressões e identidades de gênero, raça/etnia, geracional, pessoas em situação de rua, com deficiências, vivendo com HIV/AIDS e comunidades tradicionais, no cotidiano nos espaços públicos e conveniados de implementação da Política Nacional de Assistência Social.

Diretriz 4 - Efetivar a inclusão dos direitos LGBT, previstos na Política Nacional de Assistência Social e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais junto à implementação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, no âmbito da gestão e execução da Política de Assistência Social considerando orientação sexual e identidades de gênero; raça e etnia, gerações, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS e povos e comunidades tradicionais.

Diretriz 5 - Criação e manutenção, de acordo com o que preconiza o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, respeitando as identidades de gênero e orientação sexual, nas casas de acolhimento institucional para a população LGBT; e com ênfase na atenção às pessoas vivendo com HIV/AIDS, Hepatites virais, geracionais e outras situações de vulnerabilidade social.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretriz 1 - Garantir a dotação orçamentária de caráter permanente nas três esferas de governo para campanhas abordando: a) visibilidade positiva de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais; b) a informação sobre a ampliação do conceito de família em todos os meios de comunicação de todos os municípios da União, inclusive em mídias comunitárias através de agências de publicidade.

Diretriz 2 - Garantir a dotação orçamentária nas três esferas de governo para políticas e campanhas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e sexismo com veiculação na mídia, informando a existência de redes de proteção e defesa da população LGBT.

Diretriz 3 - Garantir a laicidade do Estado e o respeito aos Direitos Humanos como critério das concessões públicas dos meios de comunicação, na condução de políticas públicas de comunicação e campanhas publicitárias institucionais.

Diretriz 4 - Garantir, em 2012, abertura de processo de consulta pública do Plano Nacional de Telecomunicações, com ampla participação da sociedade civil a fim de promover a democratização dos meios de comunicação (TVs, rádios, impressos e Internet) e o controle social dos mesmos, de modo a contribuir com o enfrentamento da lesbofobia, transfobia, bifobia e homofobia observando os princípios estabelecidos nos artigos 220, 221, 223 e 224 da Constituição Federal de 1988.

Diretriz 5 - Garantir, pela União, através de política pública específica, o monitoramento de programas de rádio, sítios de internet e televisão, notificando-os e encaminhando as denúncias ao Ministério Público sempre que identificar conteúdos que promovam o ódio, a estigmatização, a discriminação e o preconceito com base em orientação sexual ou identidades e expressões de gênero, respeitando o Estado laico.

PACTO FEDERATIVO E ARTICULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretriz 1 - Garantir a implantação, implementação e permanência de Centros de Referência em Direitos Humanos e ou Centros de Referência da Cidadania LGBT, considerando a interdependência dos Direitos Humanos e os contextos regionais e culturais, respeitando os recortes de gênero, sexualidade, geracional e étnico-racial, para a superação das vulnerabilidades sociais e promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, sendo essa ação de responsabilidade de todos os entes federados.

Diretriz 2 - Que o MINC, a SDH, o MTur, o MDS e o MEC, assim como as estruturas similares em âmbito estadual e municipal, criem, mantenham e ampliem editais, convênios, prêmios e outras formas de financiamento a eventos alusivos ao orgulho LGBT e outras ações culturais, educativas, de fomento ao turismo e ao desenvolvimento social, que tenham como objetivo a promoção da cidadania LGBT e o combate à lesbofobia, transfobia, bifobia, homofobia, machismo e sexismo através de recursos destinados pela LDO/PPA/LOA e emendas parlamentares, levando em consideração a dimensão da Amazônia, bem como os custos inerentes ao exposto, o chamado Custo Amazônico, em todos os editais.

Diretriz 3 - Garantir a criação e a manutenção de fundos municipais, estaduais e nacional de combate à homofobia e à intolerância através de recursos destinados pela LDO, LOA, emendas parlamentares, e outras fontes, visando garantir o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a cidadania, direitos humanos e combate à discriminação da comunidade LGBT nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes e assistência social. Gestão dos fundos pelos Conselhos e fiscalizados pelos órgãos de controle da União, estados e municípios com transparência por meio de prestações de contas públicas com ampla divulgação.

Diretriz 4 - Criar e efetivar um plano estratégico pactuando com todos os entes federados com previsão orçamentária, monitoramento e avaliação, sendo seus resultados divulgados durante a 3ª Conferências Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Essas ações serão articuladas por uma Comissão Intersetorial Nacional de Gestoras e Gestores estaduais e municipais que atuem em políticas da diversidade sexual e cidadania LGBT.

Diretriz 5 - Destinar recursos orçamentários para as políticas públicas LGBT e efetivação de ações de prevenção e enfrentamento à lesbofobia, transfobia, bifobia, homofobia, machismo, sexismo e capacitismo de garantia dos Direitos Humanos da população LGBT contemplando entidades governamentais e não governamentais que atuam sobre o tema na educação, saúde, segurança pública, cultura, emprego e renda, desenvolvimento social, previdência e assistência social, justiça e direitos humanos, sistema prisional e socioeducativo moradia e temas correlatos a promoção da cidadania LGBT.



ESPORTE

Diretriz 1 - Criação de um GT com a temática LGBT no Ministério do Esporte e recomendação para que o mesmo seja feito nas Secretarias Estaduais e municipais, com finalidade de discutir e implementar e executar políticas públicas desportivas para a população LGBT.

Diretriz 2 - Realização de jogos de âmbito municipal, estadual e nacional promovidos pelo Ministério do Esporte em parceria com os estados e municípios e/ou organizações não governamentais com finalidade de incentivar o esporte, e a luta contra a Homofobia, através de editais anuais de financiamento de projetos esportivos com temática LGBT, com o objetivo de promoção da saúde e qualidade de vida da população LGBT.

Diretriz 3 - Destinar recursos por meio da abertura de editais públicos anuais para a execução e o desenvolvimento de projetos esportivos nos espaços públicos de esporte e lazer dos estados e municípios, visando à integração esportiva e social entre a população LGBT e a comunidade local.

Diretriz 4 - Garantir recursos para a criação e execução de campanhas publicitárias de enfrentamento ao sexismo, capacitismo, lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia no esporte, visando a conscientização de torcidas, times, atletas, técnicos e dirigentes, em respeito à orientação sexual e a identidade de gênero.

8 - MOÇÕES APROVADAS

As Moções, foram elaboradas durante a Conferência conforme o art. 13 do Regulamento. Todas as Moções foram submetidas à votação. Segue abaixo as Moções aprovadas .

MOÇÕES DE CONGRATULAÇÕES

Moção nº 01

Nós, comunidade brasileira de travestis e transexuais (em nível nacional), vimos através desta, louvar e parabenizar aos autores Miguel Falabella e Luis Salém, responsáveis pela personagem “Ana Girafa” da novela “Aquele Beijo”, já que entendemos que a referida personagem representa de uma forma muito feliz a nossa comunidade. Porém, esperamos o dia no qual uma legítima representante do segmento TT (com isso entendemos uma pessoa que assuma 24 horas, dentro e fora da tela), representando um papel como esse!

Moção nº 02

Moção de louvor ao Departamento Nacional de DST/AIDS pelo histórico positivo de parcerias com a sociedade civil organizada e as posturas coerentes em relação a população LGBT.

Moção nº 03

Nós participantes da 2ª Conferência Nacional LGBT realizada em Brasília entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, parabenizamos a Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e sua equipe, pelo anúncio na abertura da conferência da veiculação em rede nacional de tv de uma campanha de sensibilização da população sobre homofobia.

Moção nº 04

As pessoas presentes na 2ª Conferência Nacional LGBT vêm por meio desta manifestar suas CONGRATULAÇÕES ao STF que, em decisão que assegurou a efetividade e concretização dos Princípios da Igualdade e da não Discriminação estabelecidas na frase inicial do art. 5º da Constituição Federal reconheceu os direitos e efeitos jurídico-legais da União Estável Homoafetiva no julgamento da ADI 4277 e da ADPF 132.

Parafraseando trecho do voto da Ministra Ellen Graice, na histórica sessão de 05.05.2011, uma sociedade decente é uma sociedade que reconhece e proporciona a igualdade, que não exclui e não humilha as pessoas que nela vivem.

Moção nº 05

Nós delegados(as) presentes na 2ª Conferência Nacional LGBT, vimos por esse meio



congratular o senhor Igo Martini, Secretario Executivo do Conselho Nacional LGBT, pelo seu empenho e esforço em atender as nossas ponderações, bem como, pelo apoio prestado pelo mesmo durante as etapas estaduais e nacional desta Conferência.

Moção nº 06

Nós delegados(as), observadores(as), convidados(as) do GT 09 – direitos humanos e participação social parabenizamos a mesa formada por Marcos de Alencar Freire, Alessandra Salviano, Indianara Siqueira, pela excelência, correção e profissionalismo na condução dos trabalhos do GT 09.

MOÇÕES DE APOIO

Moção nº 01

As pessoas que estão participando da II CNLGBT vêm por meio desta manifestar apoio e solidariedade ao Toni Reis, Pres. As ABGLT em razão das agressões contra ele perpetradas por um cidadão que se apresenta como líder religioso e psicólogo.

As diferenças de fé, ideológicas ou de qualquer natureza não justificam agressões rasteiras e mesquinhas. Ao agredir Toni Reis, o propósito foi externar a homofobia e agredir as pessoas que discordam da heteronormatividade.

Moção nº 02

Nós delegados e delegadas da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, reforçamos a importância da criação de Plano Nacional de Enfrentamento a Juvenização do HIV/AIDS.

Cabendo a este plano a garantia da participação da sociedade civil e do protagonismo juvenil em sua formulação e no enfrentamento ao avanço da epidemia e do preconceito as(os) jovens vivendo com HIV/ou AIDS.

Moção nº 03

Moção de apoio à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBTs. Nós, delegadas e delegados da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, vimos através desta manifestar nosso apoio ao trabalho político efetivo que vem sendo desenvolvido pela Coordenação e pela Secretaria. Obviamente ainda estamos distantes do ideal, entretanto não há como negar os avanços que vêm sendo obtidos através das políticas públicas realizadas pela atual gestão no enfrentamento ao recrudescimento das violências homofóbicas. Deve salientar que a política para se enfrentar as homofobias deve necessariamente passar pelas três esferas do Governo para seu correto e efetivo resultado.

Moção nº 04

As delegadas e delegados da II Conferência Nacional manifestam seu apoio à condução da política de direitos humanos pela Ministra Maria do Rosário no que se refere à efetivação do Conselho Nacional LGBT, com a garantia da equidade na participação e pluralidade dos posicionamentos políticos, e pela permanência da Coordenadoria Nacional LGBT.

Moção nº 05

Entendendo que as Universidades são espaços legítimos de participação e organização de movimentos sociais, nós delegadas e delegados reunidas na 2ª Conferência Nacional LGBT, apoiamos a criação e a articulação de redes e/ou grupos de ativismo LGBT e/ou diversidade sexual nas Universidades brasileiras;

Moção nº 06

Nós, delegados e delegadas da II Conferência Nacional LGBT, ratificamos a importância do preceito constitucional da laicidade do Estado, previsto no artigo 19 da CF, e do respeito às liberdades religiosas fruto da história da intolerância do povo brasileiro.

O respeito a este princípio exige a separação do estado da religião, para que seus cidadãos e cidadãs possam, livremente e sem interferência estatal, optarem por uma crença ou por não terem crença religiosa.

Neste sentido, exigimos a retirada dos símbolos religiosos de todos os espaços públicos de órgãos e repartições brasileiras, em especial plenários legislativos, varas e sessões de julgamento, escola e gabinetes administrativos, efetivando desta forma o conceito de não associação do Estado com qualquer corrente de fé, a fim de que uma religião não seja privilegiada em detrimento das mais de duzentas religiões oficialmente registradas no Brasil. É o que garante a Constituição; é o que exige a lei!

Moção nº 07

O STF está julgando a inconstitucionalidade da vinculação horária da classificação indicativa (ADI nº 2404, de 2001 contra o artigo 254 do ECA movida pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT).

Quatro ministros já votaram, todos declarando que o Governo não pode definir uma faixa horária protegida para crianças (por exemplo, a de que programas recomendados para maiores de 18 anos não possam ser exibidas às 15 horas na TV aberta). Se essa perspectiva se confirmar, as emissoras poderão veicular qualquer programa, para qualquer faixa etária, em qualquer horário. As crianças tendem a imitar o que assistem na TV. Não distinguem ficção de realidade. Muitas vezes podem ter comportamentos agressivos, fobias, ansiedade, obesidade, isolamento, submissão, apatia e erotização precoce.

Por isso, é importante manter um horário de proteção da criança e do adolescente e a vinculação da classificação indicativa ao horário de exibição a que se recomenda.

Nós, abaixo assinado, defendemos a proteção integral de crianças e adolescentes e a garantia



de um desenvolvimento saudável, com acesso a programas de televisão adequados a sua faixa etária.

Moção nº 08

Apoio ao PL 658/2011 da senadora Marta Suplicy para reconhecer a identidade de gênero e a troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais e travestis.

Moção nº 09

Apoio a CPI da Privatária Tucana apresentada pelo Deputado Protógenes Queiroz do PC do B, SP, que vai analisar denúncias e casos de corrupção nas privatizações nos Governos FHC.

Moção nº 10

Manifestamos nosso apoio à lei da ficha limpa e exigimos a efetiva garantia da sua aplicação após uma votação sem consenso, o Supremo Tribunal Federal reduziu o alcance da lei ao permitir a posse no Senado Federal de Jader Barbalho (PMDB/PA), que havia sido barrado pela Justiça Eleitoral em razão do seu enquadramento na Lei da Ficha Limpa. Sem a aplicação da lei, o Senado perde o mandato de uma parlamentar historicamente defensora dos direitos humanos, incluindo de LGBT, Marinor Brito (PSOL/PA). Manifestamos solidariedade à Senadora Marinor Brito e nossa expectativa de que a lei seja cumprida.

Moção nº 11:

Apoio as comunidades em sua luta pelos direitos de moradia, nas cidades sede dos mega eventos esportivos. Contra os despejos violentos de sem-tetos, ações de higienização, que expulsam populações pobres, dos centros urbanos. Pela transferência nos orçamentos e projetos dos eventos, com participação popular. Pelo respeito as Comunidades LGBT, que também sofrem os mesmos processos de repressão social e remoções dos grandes centros.

Todo apoio aos sem tetos. A luta da moradia popular. Em defesa dos LGBT, nos centros urbanos.

MOÇÕES DE REPÚDIO

Moção nº 01

Nós, LGBT's, reunidos na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos de LGBT, repudiamos as ações de preparação para a Copa do Mundo no Brasil conhecida como "limpeza social", que persegue e expulsa travestis e transexuais de seu local de prostituição. Entendemos que travestis e transexuais profissionais do sexo, devido à exclusão social que sofrem, vêm na prostituição a única alternativa.

Moção nº 02

As pessoas que participam da II Conferência Nacional LGBT repudiam a PEC 99/2011 apresentada pelos deputados João Campos (PSDB/GO) e outros, que acrescenta ao art. 103 da Constituição Federal o inciso X, que dispõe sobre a capacidade postulatória das associações religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos perante a Constituição Federal, por entendermos que tal dispositivo afronta a laicidade do Estado.

Moção nº 03

Os delegados e delegadas da 2ª Conferência Nacional LGBT denunciam o tratamento dado pelo exército da cidade de Santa Maria/RS do caso do militar que sofreu violência sexual por seus colegas. O inquérito militar aponta pela condenação da vítima de “crime de pederastia”. Exigimos que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos intervenha no caso para evitar esta condenação.

Moção nº 04

À cantora Claudia Leite, quando ela fala que seu filho terá uma excelente educação, por isso não será gay! Quando ela fala isso, tanto nos insulta como insulta nossos pais; a educação é dada sem distinção de cor/raça, identidade de gênero, orientação sexual, religião etc. Levando em consideração seu público LGBT, a partir da apresentação dessa moção não compartilhar, comprar, divulgar nada relacionado à Claudia Leite!

MOÇÕES DE RECOMENDAÇÃO**Moção nº 01**

Nós delegadas e delegados reunidos da II Conferência Nacional LGBT, recomendamos ao poder legislativo federal que qualquer texto que venha criminalizar a homofobia seja feito nas mesmas bases da criminalização efetivada na atual Lei de racismo (Lei Federal 7716/89), em especial a conduta de praticar, induzir e incitar o preconceito, a discriminação e/ou a violência por orientação sexual e/ou identidade de gênero (artigo 20 da Lei de Racismo)

Moção nº 02

Nós, participantes da 2ª Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, solicitamos que o Congresso Nacional aprove o PEC (SF) 110/2011 – que altera o art. 7º da Constituição em relação a: - Licença maternidade, licença após adoção - Veda discriminação de trabalhador em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero.

Moção nº 03

Nós, participantes da 2ª Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, solicitamos que o Congresso Nacional aprove o PEC (SF) 111/2011 – altera o



artigo 3º da Constituição, para incluir: “...sem preconceitos relativos a identidade de gênero ou orientação sexual”.

Moção nº 04

Ao Congresso Nacional para criação de uma Lei de Identidade de Gênero que garanta as pessoas trans (travesti e transexuais) nome civil e em seus documentos, bem como mudança de gênero. Apesar de o nome social ter sido um avanço ele não resolve a complexidade do direito de ir e vir das pessoas trans.

Moção nº 05

Nós delegadas e delegados da 2ª Conferência Nacional LGBT, propomos que nas próximas Conferências o recorte etnicorracial e de gênero não seja dado apenas para os delegados e delegadas, mas para a formação das mesas, painéis, grupos de trabalhos, entre outros.

Moção nº 06

Nós, participantes da 2ª Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, vimos pedir a presidenta Dilma Rousseff e ao Ministro da Educação Fernando Haddad, que liberem o mais rapidamente possível os materiais didáticos do projeto Escola sem Homofobia.

Moção nº 07

Nós, participantes da 2ª Conferência Nacional LGBT, realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, vimos solicitar ao Congresso Nacional que aprove a Criminalização da Homofobia, que está em discussão naquela casa de leis desde 2001.

Moção nº 08

Nós delegadas e delegados da 2ª Conferência Nacional LGBT, recomendamos a inclusão das 05 diretrizes aprovadas no GT 06 no termo de Cooperação Técnica SDH/MJ/Secretarias de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, sobre Segurança Pública da População LGBT, de acordo com a cláusula 13 do mesmo termo de Cooperação.

Moção nº 09

A 2ª Conferência Nacional LGBT recomenda que o Governo Federal através da Secretaria de Direitos Humanos divulgue mais amplamente os Princípios de Yogiakarta e que garanta e tradução para o português do Manual dos Ativistas para uso e aplicação dos princípios de Yogiakarta, sua publicação e sua ampla distribuição.

Moção nº 10

Nós delegados(as) da II Conferência Nacional LGBT, recomendamos ao governo federal que

fomente ações de pesquisa, ensino e extensão, no âmbito das universidades brasileiras, que contribuam para o enfrentamento ao sexismo e homofobia.

Moção nº 11

Nós, delegados(as) da II conferencia nacional LGBT, recomendamos que as universidades brasileiras (publicas e privadas) elaborem políticas voltadas a promoção da cidadania de alunos(as), funcionários(as), e professores(as) LGBT e de combate a violência homofóbica e sexista em campi.

Moção nº 12

Nós, participantes da II Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília entre os dias 15 a 18 de dezembro de 2011, solicitamos á ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica e sua equipe, fortaleça com urgência a existência da política de Centros de Referencias em Direitos Humanos para a população LGBT em todos os estados do país, com base nas evidencias de violações dos Direitos Humanos de população LGBT denunciadas no disque 100.

Moção nº 13

As participantes e os participantes 2ª Conferência Nacional de Políticas Publicas e Direitos Humanos de LGBT, ratificam a histórica decisão tomada na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as mulheres e apóiam a revisão da legislação punitiva para legalização da prática de aborto no Brasil. Entendemos que a criminalização das mulheres e o tratamento desumano que estas recebem em clinicas clandestinas, sem respeito a sua dignidade e saúde, ferem tratados internacionais assinados pelo Brasil, favorecem o crescimento do comercio da saúde ilegal e a proliferação das clinicas clandestinas e nos colocam em uma situação de algozes na maioria negra, jovem e pobre de mulheres que são obrigadas, por questão financeira, a sujeitarem-se a estes tratamentos desumanizados. a legalização da pratica do aborto, exige ação para a utilização de métodos contraceptivos, sua colocação na rede publica de saúde e o atendimento pelo SUS, favorecendo tratamento adequado, diminuindo o numero de procedimentos médicos que terão de ser dispêndios, e função da pratica segura, ofertando a estas mulheres dignidade, respeito e a possibilidade de educação para a utilização de métodos contraceptivos, que possibilitem a nossas mulheres planejarem conscientemente, de forma livre e autônoma, a hora e a quantidade de filhos que desejam ter.

A mesma hipocrisia e sujeição à tutela moral que é imposta pelas religiões, às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em busca de nossos direitos, em evidente a afronta ao preceito constitucional do estado laico, é que impede o governo brasileiro de, seguindo os avanços de muitos países, inclusive da América Latina, discriminalizarem as mulheres e legalizarem a pratica segura do aborto no Brasil em especial, nós, mulheres lésbicas, reunidas na 2º CNPPDH de LGBT estamos engajadas nesta luta que é de todas as feministas, mas também de todos os brasileiros.

Moção nº 14

Nós delegados/as, convidados/as e observadores/as à 2ª Conferencia Nacional de Políticas Publicas e Direitos Humanos de LGBT, aprovamos a moção de recomendação ao Congresso Nacional para acolher as deliberações da CONAE, bem como o encaminhamento do movimento social LGBT, com respeito a parte LBGt para o PNE 2011-2020.



9 - MESA TEMÁTICA

Diálogos Sociais Rumo a Rio + 20

LÚCIA STUMPF

Conselheira do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social

Boa tarde. Boa tarde a todas e todos aqui presentes. Como fui aqui anunciada, meu nome é Lúcia Stumpf e eu sou membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o conhecido conselho da Presidência da República. O CDES é uma estrutura composta de membros da Sociedade Civil, representantes de entidades de classe, representantes do empresariado, uma parcela da sociedade brasileira que foi convidada na época, em 2003, pelo Presidente Lula a compor esse que é um conselho consultivo da Presidência da República. Desde 2003, quando foi criado, até hoje, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social já desenvolveu uma série de consensos que foram expressos em documentos que são depois, então, oferecidos a Presidência da República como sugestões de políticas públicas de governança e são também apresentados à sociedade. Eu vim aqui no dia de hoje, convidada pela organização da Conferência, convidada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para poder apresentar para a Conferência LGBT um desses documentos produzidos pelos CDES que eu diria que talvez seja um dos mais importantes documentos que nós já produzimos, tanto pela sua abrangência quanto pelo conteúdo que ele expressa. Gostaria também de dizer antes disso que me sinto bastante a vontade, fico bastante feliz de estar participando aqui nesse momento da Conferência, conferência que eu pretendo depois continuar acompanhando, uma vez que como feminista que sou, atuante do Movimento Feminista Brasileiro e ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, estive na 1ª Conferência em 2008 e participo sempre de todos os espaços aqui voltados aos direitos humanos, aos direitos das pessoas e da militância LGBT e acredito que essa conferência aqui seja um espaço de fortalecimento da nossa luta, de uma causa que é de toda a sociedade, de todos aqueles que lutam por um Brasil mais justo, um Brasil melhor para todos nós. Entrando na apresentação propriamente dita, do documento que eu vou aqui expressar para vocês, o título do documento produzido pelo conselho para Rio + 20 é o acordo pelo desenvolvimento sustentável. Eu não sei quantos de vocês aqui sabem, mas em junho do ano que vem, em junho de 2012 o Brasil vai sediar uma conferência organizada pela ONU que é a Conferência Rio + 20, que é uma conferência voltada para a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, essa conferência chama-se Rio + 20 justamente em uma alusão a Eco 92, que alguns aqui devem lembrar mais ou menos, a depender a idade que temos, mas a Eco 92 foi um espaço importante, uma conferência importante organizada pela ONU no Rio de Janeiro, em 1992 e agora, 20 anos depois desse evento estamos realizando esta que está sendo chamada de Rio + 20, é uma conferência das Nações Unidas voltada para o debate sobre o desenvolvimento sustentável e foi preocupada com esse fórum que o Conselho, o desenvolvimento econômico e social produziu esse acordo pelo desenvolvimento sustentável, um documento que foi apresentado para a Presidência da

República e que está sendo apresentado em diversos espaços para a Sociedade Civil. O documento produzido pelo Conselho, o desenvolvimento econômico e social, já foi assinado por mais 72 entidades da Sociedade Civil Brasileira. Então, além dos participantes do Conselho, outras 72 entidades, entre entidades das mais diversas que a gente pode pensar, entidades patronais, entidades de classe, entidades feministas, enfim, de todas as matizes, assinaram esse documento e que é um documento que faz sentido e que eu acredito que até o término da minha fala vai ficar mais claro a importância e o sentido dele ser apresentado aqui durante uma conferência no Movimento LGBT. Para nós do Conselho, o desenvolvimento econômico e social, nós entendemos que desenvolvimento sustentável primeiro ele precisa ser traduzido em duas grandes medidas, primeiro em agendas nacionais. Então, cada país precisa cumprir com acordos, acordos estabelecidos dentro de processos soberanos entre a sociedade e seus governos e segundo a partir de um reordenamento dos espaços de governança global. Então, são dois dos aspectos que devem aí permear esse sentido do debate do desenvolvimento sustentável, primeiro um debate nas agendas nacionais e em segunda instância um reordenamento dos espaços de governança global. Nós entendemos que o desenvolvimento sustentável, o debate sobre a sustentabilidade não pode de forma alguma se resumir a um debate sobre uma agenda ecológica ou uma agenda ambiental. Nós estamos apresentando, a partir desse documento que convido vocês a conhecerem ainda mais, um conceito de sustentabilidade que seja fundado em dois grandes princípios, o primeiro deles é a compreensão de que as questões sociais, econômicas e ambientais são indissociáveis, é impossível a gente discutir a questão ambiental, e impossível à gente falar de um mundo sustentável, de desenvolvimento sustentável sem que a gente discuta e sem que a gente resgate o papel social da economia. Então, para discutir desenvolvimento sustentável é preciso que a gente trate desse tripé. Que a gente consiga ver de uma forma indissociável a questão social, econômica e ambiental e resgatar para isso o papel social da economia. E um segundo princípio estabelecido do que nós entendemos como desenvolvimento sustentável é a compreensão de que para alcançar um desenvolvimento sustentável é preciso que a gente construa e que a gente alcance a equidade, equidade entre pessoas, entre raças, entre gêneros, equidade, no que diz respeito à orientação sexual, equidade na distribuição dos papéis entre os países, equidades regional, ou seja, para a gente conseguir discutir um desenvolvimento sustentável é preciso antes de tudo que a gente garanta as liberdades fundamentais, que a gente respeite os direitos humanos para daí sim, poder falar de um desenvolvimento de fato sustentável, porque eu insisto, a sustentabilidade não é um conceito puramente ecológico ou ambiental, a sustentabilidade precisa ser entendida por nós, militante sociais, como um conceito baseado justamente nesse tripé entre as questões sociais, econômicas e ambientais, portanto para nós e nesse documento do CDES afirmamos que o desenvolvimento sustentável vai ser conquistado quando nós conseguirmos alcançar justamente uma sociedade livre de preconceitos, uma sociedade livre da opressão sexual, livre da opressão religiosa ou da opressão política, nós vamos conseguir discutir e buscar um desenvolvimento sustentável quando estivermos falando de um Brasil livre do racismo, do machismo, da homofobia, para alcançar esse



desenvolvimento sustentável a gente precisa, portanto antes de tudo fortalecer os direitos humanos no Brasil e garantir as liberdades fundamentais para todos nós. Nosso documento sobre o desenvolvimento sustentável segue afirmando que isso não é possível de ser alcançado sem que a gente fortaleça o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Então, nós acreditamos que esse processo de desenvolvimento sustentável precisa ser conduzido por um estado forte, por um estado capaz de promover a inclusão social, um estado capaz de diminuir a desigualdade, erradicar a pobreza e a miséria, um estado capaz de garantir o acesso a toda a população, aos bens públicos universais, educação, saúde, habitação, transporte, um estado capaz de promover a oferta de emprego decente, que invista na educação laica, uma educação não sexista, uma educação inclusiva para jovens e para adultos, um estado que garanta o desenvolvimento econômico com distribuição de riqueza garantido a preservação e a recuperação do meio ambiente. E nós do Conselho afirmamos ainda mais que se nós queremos e defendemos esse estado forte, esse estado indutor do desenvolvimento, nós só vamos conseguir alcançar esse estado se nós tivermos uma sociedade participante, uma sociedade ativa no processo de decisão e é por isso que esse novo modelo de desenvolvimento sustentável passa por espaços como essa conferência, passa pelo debate com o conjunto dos conselhos que existem hoje no Brasil. Então, como existe o Conselho e nós temos conselhos da igualdade racial e conselhos da juventude, conselho de políticas para as mulheres, o recém-criado e conquistado conselho também de políticas LGBT, nós precisamos fazer com que esses espaços de conferências e de conselhos sejam espaços de participação e de discussão sobre o processo de desenvolvimento sustentável, sobre o novo modelo de sociedade, de economia que nós queremos para o nosso país e para isso precisamos fortalecer, então, os espaços de participação da sociedade dentro de espaços públicos, mas, além disso, nós não temos dúvidas em afirmar que nós temos como maior arma de organização popular, como maior espaço de cobrança e de exigência da sociedade para os governos, a mobilização, a ocupação das ruas, a tomada dos espaços para que a gente possa cobrar políticas específicas para as nossas frentes de atuação ou políticas mais gerais como essa, que o Conselho vem aqui defender nesse novo modelo de desenvolvimento sustentável que passa por tudo isso, passa por esse fortalecimento do estado, pela conquista dos nossos direitos, pelo fim da opressão e pelo debate ambiental, pela agenda ecológica e ambiental passando dentro dessa lógica de forma transversal. Além dessas políticas nacionais nós acreditamos que na cena da conferência Rio + 20, que como eu disse vai acontecer em meados de junho de 2012, todos nós que estamos aqui, brasileiros e brasileiras que estaremos sediando a Rio + 20, devemos, além de cobrar esses compromissos nacionais, esses compromissos que devem ser firmados a partir do nosso governo, a partir da Presidenta Dilma e desses espaços que nós participamos nos conselhos, junto, aqui vinculados ao Governo Federal, nós precisamos principalmente, também junto disso, cobrar novos compromissos no que diz respeito ao novo modelo de governança global. Então, esse é um segundo aspecto importante dessa Conferência Rio + 20, porque ela vai acontecer em um momento de crise do capitalismo, esse momento de crise do sistema financeiro mundial que nós vivemos desde o ano de 2008 e que tem abalado as estruturas que hoje movem aí, que hoje organizam o mundo, seja

nos seus espaços financeiros ou nos seus espaços políticos e militares, essa crise não pode servir de desculpa para que os governos que venham aqui não assinem acordos que digam respeito à adoção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, a gente tem que impedir que a crise sirva como uma fuga para que esses governos não assinem protocolos e não assinem compromissos nacionais e compromissos globais de mudança de um modelo de produção, de mudança de um modelo de consumo que precisa ser firmado a partir da Rio + 20, se nós quisemos discutir o futuro do planeta, o futuro do país e o futuro da humanidade e ao mesmo tempo se essa crise pode servir de desculpa e nós temos que impedir que isso aconteça, também por causa da crise fica demonstrado um espaço diferente que os países dito em crescimento, os países emergentes, os países em desenvolvimento, como queiramos chamar, mas os países entre os quais o Brasil tem um protagonismo grande, é preciso que se reconheça uma nova relevância desses países nesse momento de crise e com mais responsabilidades que são dadas a nós, países como o Brasil hoje, apresentando propostas de solução para crise aos países ricos. Então, países como os do BRIC, como uma nova responsabilidade, com mais protagonismo, é preciso também que isso se reflita, que isso se reverta em mais espaços de poder para esses países, nos espaços e nos âmbitos de governança mundial. Então, é preciso que a partir desse momento, de um crescimento do protagonismo da importância dos países em desenvolvimento frente ao mundo, é preciso também que se reorganizem os espaços de governança, é preciso que se reorganizem os espaços centrais dentro da própria ONU, dentro de outros organismos internacionais garantindo maior protagonismo dos países em desenvolvimento, garantindo mais espaço político aos países em desenvolvimento, porque nós conquistamos essa maior relevância e esse maior protagonismo a partir desse momento de crise que está posto ao mundo desde 2008. Então, eu apresentei aqui muito rapidamente alguns pontos que vão estar em pauta no debate que vai acontecer nesse ano que vem na Rio + 20 e eu espero ter conseguido demonstrar aqui o quanto esse tema é transversal, o quanto a Conferência Rio + 20 não é uma agenda para ambientalista ou para aqueles militantes das ONGs que estão preocupadas e que militam pelo meio ambiente, a Rio + 20 é uma pauta que deve interessar e deve preocupar a todos nós que hoje debatemos um Brasil diferente, a todos nós, porque se vocês estão aqui participando dessa conferência, são militantes que lutam pela transformação do país, que lutam pela construção de um Brasil livre de opressões, de um Brasil mais desenvolvido, com menos desigualdade, um Brasil onde todos tenham espaços e todos ocupem espaços de poder, eu acredito que é uma pauta que deva atender aí, deva preocupar a todos nós, porque é um novo modelo de desenvolvimento que está em debate e é nesse novo modelo de desenvolvimento que nós devemos cobrar aí o fim da opressão, o fim da homofobia, o fim das desigualdades e a busca de um mundo mais igual e com mais equidade. Então, convido vocês a conhecer o nosso documento na página do CDES, que é, cdes.gov.br. Lá vocês podem baixar esse acordo pelo desenvolvimento sustentável e mais do que baixar e conhecer esse acordo, é importante que as entidades, representantes de entidades aqui presentes possam também se somar e serem signatários desse acordo que como eu disse hoje, além do CDES já é assinado por mais 72 entidades, para que a gente possa, em junho de 2012, fazer uma pressão grande da sociedade



brasileira, grande desses que somos militantes por um novo Brasil , garantir que nós saíamos da Conferência Rio + 20 com de fato um acordo pelo desenvolvimento sustentável que entenda que o fim das opressões faz parte dessa agenda, que o fim da homofobia é foco central da nossa luta e que uma sociedade igualitária vai ser fruto da nossa mobilização, da nossa atuação e, enfim, dos nossos espaços de pressão, seja ele uma conferência ou seja ele uma passeata, uma luta , uma marcha, como todos nós aqui, militantes que somos, fazemos cotidianamente. Então, é isso, muito obrigada e uma boa conferência a todos.

ADROALDO QUINTELA
Diretor de Política e Desenvolvimento Sustentável do CDES

Boa tarde a todos e a todas, gostaria de dizer que é um orgulho muito grande estar aqui nessa conferência, e também de ir diretamente ao que interessa, que é o debate. Agora fica muito difícil falar depois da Lúcia, né? Mas vou dizer a vocês apenas três questões que são cruciais para o conselho nesses temas que foram discutidos. Primeiro com relação ao Código Florestal. Há uma defesa muito forte nossa de que a Rio+20 seja uma conferência que não leve à regressão das conquistas da Rio-92, que a gente possa avançar, ir mais além. Então nós não podemos chegar à Rio+20 com o Código Florestal que seja um atraso, mas que seja um avanço.

Com relação às questões levantadas pelo Carlos e pela Márcia, eu queria dizer que nós temos um grupo, e convidá-los. Nós temos um grupo no conselho chamado: “Grandes Eventos Esportivos: Copa do Mundo, Jogos Olímpicos”. E uma das preocupações centrais desse grupo é exatamente o seguinte: que tipo de legado nós vamos ter que entregar à sociedade brasileira? O legado econômico, social, ambiental, cultural. Então, dizer logo que estamos extremamente preocupados exatamente com o tipo de desapropriação, o desrespeito às indenizações etc. E com o atraso das obras, inclusive isso vai acarretar com que o rolo compressor seja muito maior exatamente sobre essas populações. Vou convidá-los desde já, o conselheiro Beto Mota(F) é o coordenador desse grupo, eu o assessoro. Gostaria de convidar a vocês, eu passo o meu cartão ao final para que a gente possa fazer uma conversa, uma discussão lá no conselho sobre essas questões que estão acontecendo no Rio de Janeiro e outras cidades do país.

À professora Hulda Helena, da Universidade Rural de Pernambuco, gostaria de dizer que nós há uns 20 dias fizemos um encontro sobre a economia verde no Nordeste, e grande parte da pauta foi sobre a destruição dos manguezais, da questão da caatinga, que é um bioma singular no Nordeste brasileiro. Por incrível que pareça, apesar de toda a expressão, eu seria muito mais parecido com um gaúcho, mas eu sou baiano. Sou baiano, um baiano atípico. Mas nós temos uma frente muito forte de discussão. Defendemos no conselho o seguinte: um novo tipo de cooperação internacional, que é a cooperação por biomas. Não dá mais para a gente fazer só aquela cooperação institucional, país por país, etc. Mas pensar o seguinte: nós vamos cooperar como? Aqueles que são iguais. Iguais de que forma? Quem tem floresta tropical com floresta tropical, quem tem savana com cerrado, Mata Atlântica com Mata Atlântica. Porque aí sim, os conhecimentos sobre sustentabilidade, inclusive os conhecimentos das populações tradicionais, os conhecimentos científicos, precisam ser somados e amalgamados para poderem fazer avançar as intervenções necessárias para a sustentabilidade dos biomas. Então dizer que esse é um outro ponto que eu acho que é central no nosso debate hoje. No mundo inteiro.



Eu não posso ficar discutindo somente Mercosul, Carlos. Eu tenho que discutir o seguinte: lógico, com o Mercosul nós temos uma questão central por biomas que os gaúchos aqui devem saber. Nós temos um problema de terras secas. Hoje, há um processo de aridização no Rio Grande do Sul e na Argentina. Então, é preciso fazer com que essa questão seja discutida. Não é só uma questão do Nordeste. E nós vamos promover, professora, em março, uma série de encontros regionais. Semana passada foi na Bahia, foi promovido pelo Banco do Nordeste; um encontro sobre caatinga, que vai ser no Ceará, em março; deve haver um encontro da Amazônia, da sustentabilidade pela Amazônia, dos pampas, das florestas tropicais, enfim.

Mas vou encerrar a minha fala dizendo o seguinte: nós não estamos discutindo Rio+20 quando discutimos sustentabilidade; aquilo que a minha geração discutiu nos anos 60, 70, que eram ideologias. Nós estamos discutindo o seguinte: o futuro da humanidade. Não dá mais para esperar. A questão é isso. É que nós temos hoje um sistema de produção, de distribuição e de consumo que são insustentáveis, e que vão levar não à destruição do mundo, pois a Terra vai continuar, mas vai destruir as condições de vida da população humana. É isso que está em jogo, e não é uma ideologia o que está sendo discutido na Rio+20. Isso só pode ser feito exatamente com total e plena democracia no seu sentido mais amplo. E democracia para a gente significa essencialmente nós endossarmos uma fala aqui da Lúcia, que é “liberdades fundamentais para todos e para todas”. Muito obrigado.

Deixa eu dar uma pequena informação a vocês. A partir de janeiro, quem coordena todos os conselhos e a Secretaria-Geral da Presidência da República? Nós estamos programando seis diálogos até a Rio+20, os temas ainda não estão todos definidos. O primeiro tema deve ser no dia 18, se chama “Diálogo Interatores”. Qual é a intenção ao se chamar “Diálogo Interatores”? É discutir todo mundo. É sentar patrão, empregado, empresário, travesti, gay, lésbica, estudante, padres, religiosos e fazer com que todos discutam o mesmo tema, mesmo aqueles temas que incomodem. Então, o primeiro grande tema é uma discussão mais conceitual. O que é desenvolvimento sustentável de fato? Que palavra é essa? O que significa isso? Que interesse nós temos? Que repercussão tem isso sobre a vida de cada um de nós nas escolas, nas ruas, nos campos e construções?

O segundo é um tema que também está na Ordem do Dia e é uma polêmica na sociedade brasileira: a política energética. Nós temos um problema sério no Brasil, que é o seguinte: a exposição da energia hidrelétrica que foi a nossa grande matriz se fez no Centro-Sul e no Nordeste. Esgotaram-se esses mananciais. Agora a energia hidrelétrica vai expandir na Região Amazônica. Nós não podemos fazer isso - isso é posição do conselho – sem um grande debate na sociedade brasileira sobre os cursos(F) antropológicos, sociais e ambientais das usinas hidrelétricas da Amazônia. Esse é o segundo tema. E os outros estão abertos, podemos discutir todo e qualquer tema, inclusive com relação à expulsão e periferização das populações para se fazer os grandes eventos esportivos. Enfim, é uma agenda aberta, são seis diálogos e pode sair dessa conferência uma sugestão de tema que possa ser absorvida. Serão seis diálogos, todos em Brasília. O primeiro começa no dia 18 de janeiro e o último no dia 5. Por que dia 5 de junho? Porque é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Já vou convidar a alguns, e aí já é com o meu CPF, não é mais com o meu Siape - como funcionário público que sou do Ipea - mas agora como cidadão e militante. Nós acabamos de organizar na semana passada, assim como tem em São Paulo, o “Movimento Nossa Brasília”, por um DF sustentável. As pessoas do Distrito Federal já estão convidadas a participar desse evento. E uma das primeiras ações que nós vamos fazer é a 1ª Corrida Verde Brasília-DF rumo à Rio+20. Vamos ter três modalidades: cinco quilômetros – uma pessoa pode correr cinco quilômetros, casais - qualquer tipo de casal, cinco e dez, fazendo revezamento - e dez quilômetros, no máximo. Direi a vocês, será uma corrida totalmente sustentável, com emissão de carbono zero, e vamos tentar trazer os carros de Itaipu movidos à energia. Sem gasolina e sem biocombustível, aqui em Brasília, para darmos um exemplo de como a gente pode transformar a cidade numa cidade mais humana, numa cidade mais amigável para todos. E uma das nossas intenções é propor, como em Londres, o fechamento da Esplanada dos Ministérios para quem não trabalhe nela, fazendo com que os outros veículos paguem pedágio e hajam ônibus com B100 – biodiesel 100%. Obrigado a todos e todas.



NADINE MONTEIRO BORGES
Diretora de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria
de Direitos Humanos da Presidência da República

Boa tarde. Obrigada, Lúcia. Quero também cumprimentar o Adroaldo, o Guilherme, agradecer aqui a participação do “conselhão” e da Presidência da República, porque isso demonstra por si só o compromisso que hoje o governo da presidenta Dilma tem cada vez mais demonstrado com essa pauta, apoiando e permitindo também do ponto de vista formal, muitas vezes estrutural, a possibilidade de realizarmos fóruns como esse. E acho que a 2ª Conferência Nacional LGBT é um espaço que merece uma discussão como essa.

Basicamente, pelas coisas que a Lúcia mencionou aqui e que nós, defensores de direitos humanos, independente da atuação e do local de atuação, seja no âmbito governamental ou não governamental, temos um compromisso ideológico também, penso que esse é o principal compromisso de todos nós com essas pautas. E não existem direitos humanos, não existem conquistas de direitos e espaços na sociedade se esse desenvolvimento não for sustentável. Não é direitos humanos versus desenvolvimento. É direitos humanos com desenvolvimento, com garantia de direitos humanos. Eu acho que é por isso que lutamos.

Então existem vários processos e problemas hoje que ainda temos em nosso país, que decorrem muitas vezes de uma falta de cuidado das políticas públicas e dos atores governamentais para com essas pautas; cuidar de umas, não cuidar de outras. Penso que um processo como a Rio +20 nos acordará um pouco para isso. São 20 anos depois de um primeiro passo que foi dado na Eco-92 - como bem disse a Lúcia - e hoje nós estamos aqui na 2ª Conferência Nacional LGBT, dois anos depois da primeira. Isso demonstra que há uma continuidade e também uma atenção para essas políticas.

Em relação à participação na Rio+20 eu acho que a SDH como um todo - e Lúcia, eu queria formalizar isso aqui diante de vocês, também - acho que nós temos como instância, hoje, vinculado diretamente à Presidência da República, uma responsabilidade muito grande. E essa discussão que não se inicia agora, mas que aqui se constitui como marca, tem que ser levada para os diversos conselhos que estão dentro da Secretaria de Direitos Humanos hoje, e levada de uma forma permanente para articular bem a nossa atuação, não como governo, mas também como sociedade a partir dos conselhos que estão vinculados à SDH. E aí, acho que o melhor exemplo é o Conselho Nacional LGBT, instalado esse ano. Depois eu quero falar um pouquinho disso, mas nós temos também o Conselho Nacional do Idoso, que recentemente realizou a 3ª Conferência Nacional; Conselho da Criança e do Adolescente, que é um dos conselhos mais antigos. Enfim, nós temos uma responsabilidade muito grande quando pensamos em qualquer pauta de sustentabilidade, de desenvolvimento.. Porque não pensamos só no futuro, a gente pensa no presente, mas não existirá

futuro se não houver um mundo sustentável para essas crianças e adolescentes de hoje, a juventude como um todo. Conselho das Pessoas com Deficiência, o próprio CDDPH, que é o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, enfim, são diversos outros fóruns que existem na Secretaria de Direitos Humanos hoje e que podem se inserir nesse debate.

E o conselho LGBT, quando pensamos que nesse ano, durante o processo que antecedeu essa conferência nacional, diversos estados que nunca tinham feito conferências estaduais, municípios que nunca tinham feito, nos locais mais distantes dos grandes centros urbanos de Brasília, do eixo Rio-São Paulo, processos que mobilizaram, muitos de vocês aqui talvez até representem esses locais, que são também os mesmos onde estão as comunidades indígenas, as populações ribeirinhas, os quilombolas, pescadoras, quebradeiras de coco, enfim, parcelas da nossa sociedade não muito ouvidas, não muito visibilizadas, mas sobre as quais recaem muitas vezes até uma espécie de culpa, culpa no sentido de entraves, obstáculos ao desenvolvimento. E isso, muitas vezes, se apresenta como um discurso falso, porque sabemos que não pode cair. Que essa dívida, muitas vezes histórica, que cobramos do Estado, não pode recair sobre essa parte da população que não é responsável pelo retrocesso do desenvolvimento. Pelo contrário, são aqueles que garantiram que estivéssemos aqui hoje, e continuam garantindo isso.

Então, acho que esse debate tem que ser feito, e na nossa pauta LGBT eu penso ainda sobre as dificuldades que temos com relação à população, principalmente as travestis e as/os transexuais de ter acesso, às vezes, a direitos mínimos e elementares. E têm pessoas, e as diferentes orientações sexuais que também são vivenciadas pelas pescadoras e pescadores, pelas quilombolas e os quilombolas do Brasil inteiro. Então isso é importante. A pauta não se restringe aos mil participantes dessa conferência. Nós temos 190 milhões de brasileiros que precisam estar comprometidos com essa pauta e é por isso que lutamos.

Então, gostaria de pedir a vocês que desde agora até o ano que vem, lá no Rio, iniciemos esse debate, para que possam nos ajudar também no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e fortalecer principalmente a participação dos conselhos da SDH na Rio+20. Sobretudo porque as perversas e terríveis violações cometidas tão recentemente em Mato Grosso do Sul contra a população indígena demonstram que o desenvolvimento tem limites e que ele precisa atender exatamente a essas demandas que a Lúcia acabou de nos passar aqui.

Então eu acredito que é assim que temos que estar junto agora, o debate está iniciando e muitas pessoas perguntaram para mim, Lúcia, e queria falar isso para ti, para o Guilherme, para o Adroaldo: “mas por que vocês vão falar disso na conferência LGBT? Que tem a ver?”, quando as pessoas viram a programação. E aí eu acho que é papel de todos nós dizer o que isso tem a ver, que sentido terá essa conferência. Diante das políticas que forem deliberadas aqui, a gente deve conseguir minimamente garantir respeito aos direitos humanos junto com a pauta de desenvolvimento de grandes empreendimentos, de ações públicas do Estado e que tem a ver com a bandeira de



desenvolvimento, pois ela é necessária e importante para todos nós. E quando falamos sustentável, é sustentável para todas e para todos. Não pode ser só para alguns. O agronegócio não pode acabar com a agricultura familiar.

Existem algumas coisas que têm proximidade, sim, com a nossa pauta, não só em relação ao que seria fundante dessa conferência, mas como cidadãs, como cidadãos, como brasileiras, brasileiros que somos. Às vezes, as pessoas costumam falar isso, entramos num banheiro e diz que é para economizar água na hora de lavar as mãos. A água potável desse país não necessariamente é uma responsabilidade que recaia somente sobre a sociedade e os cidadãos em si. Muitas vezes recai sobre as empresas responsáveis e que utilizam a maioria dos recursos naturais. Então, qual é o grau de responsabilidade dessas empresas quando elas, além disso, não empregam travestis? Além disso, não garantem direitos trabalhistas; além disso, não dão condições de se garantir o mínimo de responsabilidade, de política tributária no nosso país para que todos possam acessar todos os recursos, todos os bens públicos, todas as políticas públicas. E temos como pauta dessa conferência erradicar a pobreza. Temos escrito ali a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos. Então, que as políticas públicas pensadas nesse país sirvam, sim, para a população LGBT, mas sirvam também para diminuir a desigualdade e a pobreza no nosso país. E a Rio+20 será um fórum, um espaço muito privilegiado para promovermos essa discussão e fortalecer esse debate no nosso país.

10 - ANEXOS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DECRETO DE 18 DE MAIO DE 2011

Convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, que será realizada em Brasília, Distrito Federal, no período de 15 a 18 de dezembro de 2011, com o tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”.

Parágrafo único. A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT será realizada sob a coordenação conjunta da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, e terá os seguintes objetivos:

I - avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e à promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT no Brasil;

II - avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e propor estratégias para seu fortalecimento; e

III - propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT.

Art. 2º A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT será presidida pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

República e, em sua ausência ou impedimento, pelo Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Art. 3º As etapas municipais da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT serão realizadas no período de 1o de junho de 2011 a 31 de agosto de 2011.

Art. 4º As etapas estaduais da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT serão realizadas até o dia 31 de outubro de 2011.

Art. 5º O regimento interno da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT será proposto pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT e aprovado pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 6º As despesas com a organização e realização da etapa nacional da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de maio de 2011; 190º Independência e 123º da República.

Dilma Roussef

Maria do Rosário Nunes

PORTARIA Nº 1.373, DE 01 DE JULHO DE 2011.

Estabelece Regimento Interno da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 5ª, do Decreto Presidencial de 18 de maio de 2011, que convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT PUBLICA o Regimento Interno da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT (II Conferência Nacional LGBT), de caráter deliberativo, tem por objetivos:

I - avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e promoção dos direitos humanos e cidadania de LGBT no Brasil;

II - avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e propor estratégias para seu fortalecimento e

III - propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT.

Art. 2º Caberá à Plenária inicial aprovar o Regulamento Interno da etapa nacional da II Conferência Nacional LGBT.

CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO

Art. 3º A II Conferência Nacional LGBT será realizada em Brasília no Centro de Eventos e Treinamentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CET/CNTC, sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no período de 15 a 18 de dezembro de 2011.

Art. 4º A II Conferência Nacional LGBT poderá ser realizada nas seguintes etapas: Municipal, Regional, estadual/distrital e Nacional - nas quais serão debatidos os objetivos do artigo 1º deste regimento, sem prejuízo de debates específicos, em função da realidade de cada município e unidades da federação.

§1º As etapas estaduais/distrital são obrigatórias para a eleição de delegadas e delegados para a etapa nacional.

§2º A etapa nacional da II Conferência Nacional LGBT considerará as consolidações da etapa de âmbito estadual/distrital.

§3º Fica facultada a realização de conferências livres e conferências virtuais cujas deliberações devem ser enviadas às Conferências Municipal, estadual/distrital e Nacional.

Art. 5º A II Conferência Nacional LGBT, assim como suas análises, formulações, recomendações, proposições e deliberações, terá como panorama as conjunturas nacional e internacional.

Art. 6º A etapa municipal da II Conferência Nacional LGBT deverá ser convocada e realizada até 31 de agosto de 2011.

Art. 7º A etapa estadual da II Conferência Nacional LGBT deverá ser convocada e realizada até 31 de outubro de 2011.

§1º A não realização das etapas, previstas nos artigos 4º e 6º deste Regimento, não impedirá a realização da Etapa Nacional no período previsto.

§2º Os relatórios das Conferências estaduais LGBT deverão ser encaminhados a Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT até 11 de novembro de 2011.

§3º A composição das Comissões Organizadoras Municipais e Estaduais deverá assegurar a paridade entre o poder Público e a sociedade Civil.

§4º O quórum mínimo das Conferências Estaduais e Distrital para eleger a delegação de cada unidade da federação deverá ser de, pelo menos, 4 (quatro) vezes o número de delegadas e delegados a serem eleitos para a II Conferência Nacional LGBT.

§ 5º As Comissões Organizadoras deverão assegurar as condições de total acessibilidade para pessoas com deficiência.

Art. 8º Nas etapas estaduais/distrital, deverão ser asseguradas ampla e representativa participação dos segmentos sociais e entidades interessadas e comprometidas com a promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, bem como incorporar as especificidades de orientação

sexual, gênero e identidade de gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, populações tradicionais e população em situação de rua.

Art. 9º A iniciativa de convocar e financiar a Conferência Municipal, bem como constituir a Comissão Organizadora, será do Governo Municipal.

§1º Como cumprimento da Etapa Municipal da II Conferência Nacional LGBT, as Conferências Municipais deverão:

I - elaborar o seu próprio regimento em conformidade com este Regimento.

II - assegurar a paridade entre representantes da sociedade civil e do poder público nas comissões organizadoras municipais.

III - constituir uma Comissão Organizadora que seja composta, prioritariamente, por membros dos movimentos LGBT, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Universidades Públicas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

IV - elaborar relatório a ser encaminhado à Comissão Organizadora da estadual/distrital, destacando-se o diagnóstico e as recomendações aprovadas nessa etapa, que subsidiarão na avaliação e na elaboração das políticas municipais e estaduais de promoção dos direitos de LGBT.

§ 2º Caso a convocação da Conferência Municipal não seja feita pelo Governo, esta poderá ser convocada pela Câmara de Vereadores, Ministério Público ou Sociedade Civil.

Art. 10º Os relatórios consolidados das conferências municipais deverão ser remetidos às Comissões Organizadoras estaduais/distritais em até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art. 11. A iniciativa de convocar e financiar a Conferência estadual/distrital, bem como constituir a Comissão Organizadora, será do Governo estadual/distrital.

§1º Como cumprimento das Etapas Estaduais e Distrital da II Conferência Nacional LGBT, as Conferências Estaduais e Distrital deverão:

I - elaborar o seu próprio regimento em conformidade com este Regimento.

II - assegurar a paridade entre representantes da sociedade civil e do poder público na composição das comissões organizadoras estaduais.

III - constituir uma Comissão Organizadora para a realização das conferências que seja composta, prioritariamente, por membros dos movimentos LGBT, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Universidades Públicas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

IV - elaborar relatório a ser encaminhado à Comissão Organizadora destacando-se o diagnóstico e as recomendações aprovadas nessa etapa, que subsidiarão na avaliação e na elaboração das políticas municipais e estaduais de promoção dos direitos de LGBT.

§ 2º Caso a convocação não seja feita pelo Governo estadual/distrital, a mesma pode ser realizada pela Assembléia Legislativa/Câmara Distrital, Ministério Público ou Sociedade Civil.

Art. 12. A Comissão Organizadora das Conferências estaduais/distrital deverá enviar cópia dos seus Regimentos e de sua programação à Comissão Organizadora Nacional até 30 (trinta) dias antes da realização da conferência estadual e distrital.

Art. 13. Os relatórios consolidados das conferências estaduais/distrital e a relação da delegação eleita com os respectivos suplentes para a Conferência Nacional LGBT deverão ser remetidos à Comissão Organizadora Nacional em até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art. 14. Somente as propostas e as moções aprovadas de âmbito nacional serão consideradas na etapa nacional da II Conferência Nacional LGBT.

CAPÍTULO III - DO TEMA

Art. 15. A II Conferência Nacional LGBT terá como tema central: “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”, com os seguintes eixos:

I - análise do contexto nacional e internacional, diagnóstico das políticas públicas e pacto federativo para o enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT.

II – avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, com o diagnóstico de cada ação apresentado pelos Ministérios correspondentes.

III - diretrizes para a formulação e para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza da população LGBT.

Parágrafo único. Os eixos serão apresentados em painéis centrais e discutidos em grupos de trabalho, assegurando o debate entre as delegadas e os delegados.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 16. Serão consideradas como instâncias da II Conferência Nacional LGBT.

- I - Mesa de Abertura;
- II - Plenária Inicial;
- III - Painéis;
- IV - Grupos de Trabalho e
- V – Plenária Final.

Art. 17. A II Conferência Nacional LGBT será presidida pela Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ou, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Art. 18. As Plenárias e os painéis serão coordenados por pessoas indicadas pela Comissão Organizadora.

Art. 19. A comissão Organizadora Nacional é composta pelos membros do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Nacional será coordenada pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo do CNCD/LGBT.

Art. 20. Serão constituídas as seguintes subcomissões, sob a coordenação da Comissão Organizadora Nacional:

- I - Subcomissão de Conteúdo e de Relatoria;
- II - Subcomissão de Comunicação e
- III - Subcomissão de Mobilização.

CAPÍTULO V - DA METODOLOGIA

SEÇÃO I - DO TEXTO BASE

Art. 21. O Texto Base, aprovado pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT, norteará os debates e subsidiará a elaboração dos Textos Bases das etapas estaduais e municipais. Como cumprimento as especificações da II Conferência Nacional LGBT, as Conferências Municipais, Regionais e Estaduais deverão:

I - discutir o Texto Base Nacional e Estadual, quando publicados.

II - ter textos base fundamentados na avaliação dos planos e políticas existentes em cada esfera e/ou na aprovação de diretrizes para as mesmas.

III - contemplar, em seus textos bases, o diagnóstico de vulnerabilidade e o risco social, com o objetivo de formular diretrizes para ações de combate à pobreza da população LGBT.

IV - ter como um dos resultados finais a produção de recomendações aos estados e municípios a partir do diagnóstico e/ou da análise dos planos e políticas, quando existentes.

§1 As etapas regionais das conferências estaduais devem obrigatoriamente discutir o texto base do respectivo Estado;

§2º As atribuições e responsabilidades de cada ente federado das políticas LGBT devem ser um dos temas centrais de todas as etapas da conferência;

Art. 22. O texto base da Conferência Nacional terá como eixos os incisos previstos no artigo 15.

§1º Todas as discussões da II Conferência Nacional LGBT, bem como os das Conferências Municipais e estaduais/distrital, deverão, obrigatoriamente, incorporar as especificidades de orientação sexual, gênero e identidade de gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, populações tradicionais e população em situação de rua.

§2º O texto base deverá refletir a articulação, a pluralidade, a integralidade, a universalidade, a equidade, a diversidade, as especificidade e a transversalidade dos aspectos das políticas voltadas para LGBT.

SEÇÃO II - DA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Art. 23. As comissões organizadoras das etapas estaduais/distrital consolidarão os resultados de cada Conferência, em relatório, cuja minuta será disponibilizada pela comissão organizadora da II Conferência Nacional LGBT.

Parágrafo único. Os relatórios das Conferências estaduais/distrital LGBT devem ser encaminhados para a Secretaria Executiva da Conferência Nacional LGBT, até 11 de novembro 2011, por meio do endereço eletrônico: conferencialgbt@sdh.gov.br, com cópia para o cncd@sdh.gov.br.

Art. 24. Os relatórios das Conferências Municipais e Estaduais serão elaborados por eixo temático, a partir do diagnóstico, avaliação e recomendações referentes ao tema proposto para a II Conferência Nacional LGBT.

Art. 25. Os relatórios das Conferências estaduais/distrital serão consolidados pela Comissão Organizadora Nacional, por meio da Comissão de Conteúdo e Relatoria, de acordo com os eixos temáticos da II Conferência Nacional LGBT.

Art. 26. Será disponibilizada uma equipe de reladoras e/ou relatores, coordenada pela Comissão de Conteúdo e Relatoria da II Conferência Nacional LGBT.

SEÇÃO III - DAS PLENÁRIAS E DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 27. A Plenária Inicial terá como objetivo aprovar o Regulamento Interno da etapa Nacional da II Conferência Nacional LGBT.

Art. 28. Realizar-se-ão 9 (nove) Grupos de Trabalho, sendo 3 (três) para cada eixo temático, simultaneamente, que deliberarão sobre os eixos temáticos da II Conferência Nacional LGBT, da seguinte forma:

I - O Relatório Consolidado será lido, discutido e votado por eixos temáticos.

II - Os Grupos de Trabalho somente poderão deliberar com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das delegadas e dos delegados inscritos.

III – As propostas que forem aprovadas em pelo menos 2 (dois) Grupos de Trabalho de cada eixo com no mínimo de 70% (setenta por cento), nas votações de cada grupo, não necessitando ir a votação da Plenária Final, estarão automaticamente aprovadas;

IV – As propostas que obtiverem votação inferior a 30% (trinta por cento) em mais de 2 (dois) Grupos de Trabalho de cada eixo serão rejeitadas.

V - Os grupos de trabalho terão mesas compostas com coordenação e secretaria, indicadas pela Comissão Organizadora e suplências eleitas pelo Grupo de Trabalho e

VI - As propostas constantes do Relatório Consolidado da Etapa estadual/distrital, disponibilizadas às delegadas e aos delegados da etapa nacional e destacadas nas Plenárias dos Grupos de Trabalho, deverão ter a aprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos votos mais 1 (um) dos presentes na plenária final para compor o relatório da Conferência.

Art. 29. A Plenária Final deliberará sobre:

I - Relatório Consolidado das Plenárias dos Grupos de Trabalho, tendo como objetivo aprovar o Relatório da Conferência que expresse o resultado dos debates em todas as Etapas da Conferência e

II – Moções e Recomendações de âmbito nacional;

Parágrafo único. As deliberações acima deverão conter diretrizes para a implementação e para a avaliação de políticas públicas e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

CAPITULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 30. A Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT tem as seguintes atribuições:

I - encaminhar a realização da II Conferência Nacional LGBT;

II - aprovar o tema e os eixos da II Conferência Nacional LGBT;

III - aprovar a metodologia de realização da II Conferência Nacional LGBT e da consolidação do relatório das três Etapas;

IV - aprovar o texto base e documentos pertencentes a etapa Nacional; V - aprovar os nomes das expositoras e dos expositores dos painéis;

VI - aprovar os critérios para participação e a definição das convidadas e dos convidados nacionais e internacionais;

VII - acompanhar a organização e infraestrutura;

VIII - discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da II Conferência Nacional LGBT e não previstas nos itens anteriores.

Art. 31. Cabe à Coordenação-Geral da II Conferência Nacional LGBT :

I - convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II - coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;

III - coordenar as atividades da Secretaria Executiva da Comissão Organizadora;

IV - submeter à aprovação do CNCD/LGBT os encaminhamentos da Coordenação Geral da II Conferência Nacional LGBT;

V - convidar técnicos dos órgãos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para auxiliá-la, em caráter temporário, no exercício das suas atribuições;

VI – convidar técnicos de outros órgãos do Poder Público para auxiliar, em caráter temporário, no exercício de suas atribuições;

VII - supervisionar todo o processo de organização da II Conferência Nacional LGBT

VIII - apresentar ao Plenário do CNCD/LGBT a prestação de contas da II Conferência Nacional LGBT;

IX - organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

X - organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e das cópias dos documentos encaminhados em função da realização da II Conferência Nacional LGBT;

XI - encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT;

XII - coordenar a Comissão de Relatoria da Etapa Nacional;

XIII - acompanhar e monitorar os relatórios das Conferências estaduais/distrital e o seu envio, no prazo, à Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT;

XIV - consolidar os Relatórios das Etapas estaduais/distrital e sua distribuição na II Conferência Nacional LGBT;

XV - coordenar a elaboração das propostas consolidadas dos grupos de trabalho;

XVI - coordenar o trabalho da relatoria das Plenárias e Grupos de Trabalho;

XVII - coordenar a organização das moções, no Relatório Final da II Conferência Nacional LGBT, aprovadas na Plenária Final;

XVIII - coordenar a elaboração do Relatório Final da II Conferência Nacional LGBT a ser apresentado ao CNCD/LGBT.

XIX - implementar as deliberações da Comissão Organizadora;

XX - articular a dinâmica de trabalho entre a Comissão Organizadora e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

XXI - enviar orientações as Comissões Organizadoras municipais/estaduais/Distrital e às entidades nacionais da sociedade, relacionadas às matérias aprovadas pela Comissão Organizadora;

XXII - estimular e apoiar as etapas municipais e estaduais/distrital da II Conferência Nacional LGBT nos seus aspectos preparatórios;

XXIII - obter das expositoras e dos expositores os textos de suas apresentações para fins de arquivo e divulgação e compor o Relatório Final;

XXIV - elaborar o orçamento e providenciar as suplementações necessárias, assim como propor a infraestrutura da II Conferência Nacional LGBT;

XXV - providenciar a divulgação do Regimento Interno da II Conferência Nacional LGBT

XXVI – realizar o credenciamento dos participantes da Etapa Nacional;

XXVII - promover a ampla divulgação da II Conferência Nacional LGBT e

XXVIII - acompanhar o andamento das etapas Municipais e Estaduais da II Conferência Nacional LGBT, por meio das suas Comissões Organizadoras, especialmente, no recebimento de seus relatórios finais;

Parágrafo Único. A Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT contará com suporte técnico e administrativo da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a realização das atividades necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 32. Cabem às subcomissões constituídas as seguintes atribuições:

I - Subcomissão de Conteúdo e de Relatoria:

a) propor e elaborar o texto base sobre o temário central;

b) sistematizar o relatório final e os relatórios finais da II Conferência;

c) organizar aos termos de referência do tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação das expositoras e dos expositores na Conferência;

d) propor expositoras e expositores para os painéis;

e) elaborar a relação de sub-temas e os roteiros para os grupos de trabalho e elaborar o roteiro para apresentação dos relatórios;

f) formular proposta de metodologia para consolidação dos relatórios dos grupos;

g) monitorar o recebimento do Relatório final das Conferências Estaduais, bem como colaborar na consolidação das informações e

h) elaborar, organizar e acompanhar a publicação do relatório final da II Conferência Nacional LGBT, junto à Subcomissão de Comunicação;

II - Subcomissão de Comunicação;

a) propor e colaborar na execução do projeto de divulgação para a II Conferência Nacional LGBT;

b) propor instrumentos e mecanismos de divulgação da Conferência Nacional LGBT;

c) promover a divulgação do regimento da II Conferência Nacional LGBT;

d) orientar as atividades de comunicação social da Conferência;

e) acompanhar o registro e a cobertura midiática dos principais momentos das etapas da Conferência, objetivando a divulgação, bem como o arquivamento da sua memória e

f) receber da Subcomissão de Conteúdo e Relatoria, encaminhar e acompanhar a publicação do Relatório Final da Conferência Nacional LGBT;

III - Subcomissão de Mobilização

a) estimular e monitorar a realização das Conferências Livres e Municipais e

b) estimular e monitorar a realização das Conferências Estaduais e Distrital, como etapa necessária a participação na II Conferência Nacional LGBT;

Parágrafo único. As Subcomissões se dissolverão após a publicação do Relatório Final da Conferência.

CAPÍTULO VII - DAS PARTICIPANTES

Art. 33. A II Conferência Nacional LGBT contará com 800 (oitocentos) participantes, dentre os quais 609 (seiscentos e nove) serão delegadas e delegados e 191 (cento e noventa e um) serão de convidadas e convidados.

Parágrafo único. Poderão ser credenciados, sem ônus para o Poder Público, observadoras e observadores até o limite da capacidade do local de realização das conferências, segundo a forma e os prazos a serem veiculadas pela Secretaria de Direitos Humanos.

Art. 34. Poderão ser convidadas e convidados pela Comissão Organizadora Nacional, autoridades e representantes de entidades governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais, com direito a voz em todos os momentos, exceto nas plenárias.

Art. 35. A Conferência Nacional será composta por 40% de delegadas e delegados do Poder Público e 60% de delegadas e delegados da sociedade civil.

Art. 36. A delegação da sociedade civil a ser eleita nas Conferências Estaduais para a II Conferência Nacional deverá ser composta por, no mínimo, 60% (sessenta) de pessoas com identidade de gênero feminina (lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis).

Parágrafo único. Quando da substituição das delegadas e dos delegados titulares pelos

suplentes, deverá ser observado percentual mínimo deste artigo.

Art. 37. A delegação de negras e negros da sociedade civil a ser eleita nas Conferências Estaduais para a II Conferência Nacional deverá ser composta por percentual de pretas/pretos e pardos declarados no Censo do IBGE por estados, conforme sugestão do Anexo 1.

Art. 38. A delegação eleita nos estados deverá compreender as dimensões de campo e cidade, da diversidade territorial e de povos e comunidades tradicionais, bem como intergeracionais, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Art. 39. A plenária de delegadas e delegados da II Conferência Nacional LGBT terá a seguinte composição:

I - 565 (quinhentos e sessenta e cinco) delegadas eleitas e delegados eleitos nas Conferências Estaduais e Distrital, sendo;

a) 363 (trezentos e sessenta e três) delegadas eleitas e delegados eleitos da sociedade civil;

b) 202 (duzentos e dois) delegadas eleitas e delegados eleitos do Poder Público Municipal e Estadual.

c) 44 (quarenta e quatro) delegadas e delegados de diferentes órgãos do Governo Federal indicadas e indicados para este fim.

Art. 40. O critério utilizado para definição de quantitativo de delegadas e delegados por UF baseou-se da seguinte forma (Anexo 2):

I. Estados com população acima de 20 milhões: 42 delegadas e delegados

II. Estados com população entre 10 milhões e 20 milhões: 32 delegadas e delegados

III. Estados com população entre 5 milhões e 10 milhões: 23 delegadas e delegados

IV. Estados com população entre 1 milhão e 5 milhões: 16 delegadas e delegados

V. Estados com menos de 1 milhão de habitantes: 11 delegadas e delegados

Art. 41. A inscrição de delegadas e delegados, titulares e suplentes, para II Conferência Nacional LGBT deverá ser feita nos estados e no Distrito Federal pelas Comissões Organizadoras das respectivas etapas.

Parágrafo único. As inscrições da delegação, titulares e suplentes, eleita nos estados devem ser enviadas à Comissão Organizadora da Conferência até 11 de novembro de 2011.

Art. 42. Os Conselheiros e as Conselheiras titulares do CNCD/LGBT poderão ser delegadas e delegados da II Conferência Nacional LGBT, desde que eleitas e eleitos em seus estados.

Art. 43. Poderão ser convidados para a II Conferência Nacional LGBT:

I - Representantes de órgãos, entidades, instituições nacionais e internacionais e

II - Personalidades nacionais e internacionais, com atuação de relevância na área de promoção dos Direitos Humanos de LGBT.

§1º A Comissão Organizadora Nacional definirá os convidados da II Conferência Nacional LGBT.

§2º As inscrições das convidadas e dos convidados deverão ser enviadas a Secretaria Executiva da Conferência Nacional até 11 de novembro de 2011.

Art. 44. Os participantes com deficiências e/ou patologias poderão informar na ficha de inscrição da II Conferência Nacional LGBT, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 45. As despesas com a organização geral para a realização da Etapa Nacional da II Conferência Nacional LGBT ocorrerão à conta da dotação orçamentária consignada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e recursos provenientes de outros Ministérios.

§1º A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República arcará com as despesas de hospedagem e alimentação de todas as delegadas e todos os delegados participantes da Conferência.

§2º A Secretaria de Direitos Humanos arcará com as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos membros titulares e suplentes do CNCD/LGBT.

§3º As despesas com o deslocamento das delegações serão de responsabilidade dos respectivos governos estaduais.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. A II Conferência Nacional LGBT preparará relatório de avaliação e diagnóstico para o fortalecimento do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, a ser encaminhado às instituições do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e às instituições da Sociedade Civil.

Parágrafo Único. A Secretaria de Direitos Humanos será responsável pela ampla publicidade dos resultados e deliberações da II Conferência Nacional LGBT.

Art. 47. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos

REGULAMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT

CAPÍTULO I - FINALIDADE

Artigo 1º - Este Regulamento tem por finalidade definir as regras de funcionamento para a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, convocada pelo Decreto Presidencial, de 18 de maio de 2011 até sua aprovação pela plenária.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO

Artigo 2º - A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População LGBT terá a seguinte organização:

- a. Plenária Inicial;
- b. Grupos de Trabalho;
- c. Mesas Temáticas;
- d. Plenária Final.

Artigo 3º - O credenciamento no dia 15/12/2011 abrirá às 10h e encerrará às 18h. No dia 16/12/2011 abrirá às 8h e encerrará às 12h.

§ 1º – O credenciamento é obrigatório para delegadas e delegados, observadoras e observadores, convidadas e convidados.

§ 2º - A substituição de delegadas e delegados titulares por suplentes só poderá ser realizada até as 12 horas do dia 16/12/2011, mediante apresentação de comunicado oficial do responsável da comissão organizadora estadual. Caso a substituição não seja realizada nesse período, a delegação perderá a vaga.

Artigo 4º - A distribuição de participantes nos grupos de trabalho será feita por adesão junto a coordenação nacional:

I – a coordenação nacional fará a divisão da participação de suas/seus delegadas/os nos GTs, buscando a distribuição equilibrada entre os grupos:

a) Havendo algum grupo com excesso de participantes, a coordenação buscará sua redistribuição mediante consulta aos excedentes. Não sendo acordada a redistribuição, a coordenação procederá a divisão em grupos menores.

II - a delegação federal será dividida a partir dos critérios de participação de cada ministério diante dos temas dos Gts;

III - as convidadas e os convidados participarão dos grupos de trabalho para os quais foram estabelecidas e estabelecidos.

IV - as observadoras e os observadores somente poderão participar dos grupos de trabalho onde houver vaga a partir das listas de presença para ingresso no GT;

CAPÍTULO III - PLENÁRIAS

Artigo 5º - As Plenárias Inicial e Final da 2ª Conferência Nacional LGBT terão como função específica discutir e deliberar, sobre o regulamento, propostas oriundas dos grupos de trabalho, moções e decidir eventuais omissões como última instância, sendo a primeira instância a Comissão Organizadora Nacional. A plenária terá o seguinte funcionamento:

I – As delegadas e os delegados terão direito a voz e voto;

II – Observadoras e observadores, bem como convidadas e convidados, terão direito a voz;

III – O quorum mínimo para início dos trabalhos na plenária é de 50% mais um dos/das delegados/delegadas credenciados/as;

IV – A coordenação da mesa terá a função de conduzir as discussões da Plenária, avaliar o processo de verificação de quorum, controlar o tempo e organizar a participação das pessoas delegadas.

Artigo 6º – As delegadas e os delegados que apresentarem destaque deverão encaminhar a proposta para a mesa de relatoria durante a leitura, ou no intervalo, entre o final da leitura e o início da votação dos destaques.

Parágrafo único - Os destaques serão exclusivamente de:

a) Supressão Total – entende-se por supressão total a exclusão total da proposta;

b) Modificativa – entende-se por aditivos, alteração de texto da proposta sem mudança no mérito.

c) Destaque de Dúvida – quando a delegada ou o delegado não entender a proposta, pedirá destaque de dúvida, podendo, após explicação, apresentar destaques de Supressão Total e/ou Modificativa.

Artigo 7º - Quando houver a apresentação de mais de um destaque à mesa de apoio sobre o mesmo item, as pessoas serão convidadas a formular destaques de consenso em relação às propostas apresentadas, e encaminhar à mesa de apoio as propostas consensuadas e as não consensuadas.

Parágrafo Único - Quando a Plenária tiver dúvida, a mesa concederá a palavra a delegadas, delegados, observadoras, observadores, convidadas e convidados para a defesa do destaque ou a manutenção da proposta; o tempo para cada intervenção será de no máximo 3 (três) minutos.

Artigo 8º - As propostas sem destaque serão consideradas aprovadas.

Artigo 9º - Após a leitura, a votação dos destaques será encaminhada da seguinte maneira:

I. Projeção no telão com os respectivos destaques;

II. Leitura dos destaques e consulta à plenária para a votação;

III. Não serão admitidos novos destaques para itens aprovados.

IV. Será permitida uma segunda defesa, a favor e contra, caso a Plenária tenha dúvida;

V. A votação será realizada na seguinte ordem: a proposta original será número 1 (um) e os destaques serão propostas subsequentes;

Artigo 10º - A mesa coordenadora assegurará o direito de manifestação “pela ordem”, a delegada ou delegado, quando dispositivos deste Regulamento não forem observados.

Parágrafo Único: Não serão permitidas solicitações “pela ordem” durante o regime de votação.

Artigo 11 - As propostas de encaminhamento somente serão aceitas pela mesa coordenadora quando se referirem às propostas em debate, com vistas à votação, e não previstas neste Regulamento.

Artigo 12 - A Plenária final será conduzida pela Mesa Diretora e pela Presidência da Conferência.

DAS MOÇÕES

Artigo 13 - As moções serão recebidas pela secretaria da 2ª Conferência Nacional LGBT ao término dos grupos de trabalho, devendo:

- ter no mínimo 10% de assinaturas do número de delegadas credenciadas e de delegados credenciados na plenária inicial para que sejam submetidas à final; ou
- terem sido aprovadas pelo menos em um dos Grupos de trabalho.
- depois de obedecidos os critérios acima, as moções deverão ser submetidas ao plenário.

Parágrafo único – As moções só podem ser assinadas por delegadas ou delegados, constando obrigatoriamente seus respectivos nomes sociais.

DOS GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 14 - A 2ª Conferência Nacional LGBT terá 9 Grupos de Trabalho com os seguintes temas:

- GT 1 - Poder Legislativo e Direitos da População LGBT;
- GT 2 - Cultura, Turismo, Esporte e Comunicação Social;
- GT 3 – Saúde;
- GT 4 – Educação;
- GT 5 - Combate a Miséria, Desenvolvimento Social, Trabalho, Geração de Renda e Previdência Social;
- GT 6 - Sistema de Justiça, Segurança Pública e Combate a Violência;
- GT 7 - Enfrentamento ao Sexismo, ao Machismo e ao Racismo, Promoção da Igualdade Racial e Políticas de Juventude e de Recorte Geracional;
- GT 8 - Pacto Federativo e Articulação Orçamentária;
- GT 9 - Direitos Humanos e Participação Social.

Parágrafo Único – Considerando a divisão dos Grupos de Trabalho, fica estabelecido o número de até 5 propostas para cada uma das políticas públicas abaixo relacionadas:

1. Educação;
2. Enfrentamento ao Sexismo e ao Machismo;
3. Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial;
4. Poder Legislativo e Direitos da População LGBT;
5. Saúde;
6. Políticas de Juventude e de Recorte Intergeracional;
7. Sistema de Justiça, Segurança Pública e Combate à Violência;
8. Direitos Humanos;
9. Trabalho, Geração de renda e Previdência Social;
10. Cultura;
11. Turismo;
12. Participação Social;
13. Desenvolvimento Social e Combate à Miséria;
14. Comunicação Social;
15. Pacto Federativo e Articulação Orçamentária;
16. Esporte.

Artigo 15 - Os grupos de trabalho terão especialistas, duas/dois relatoras/relatores e duas/dois coordenadoras/coordenadores, podendo ser escolhido/a mais um coordenador/a pelo Grupo de Trabalho.

Artigo 16 – Os grupos de trabalho seguirão a seguinte metodologia:

I - Leitura do relatório consolidado das conferências estaduais e distrital;

II - As delegadas e os delegados poderão fazer destaques nas propostas apresentadas; III - As propostas não destacadas serão consideradas aprovadas;

IV - Após a leitura de todas as propostas, serão apreciados os destaques;

V - Poderão ser feitos destaques de supressão total, modificação e dúvida das propostas apresentadas;

VI - Ao final da apreciação dos destaques, as delegadas e os delegados elegerão 5 propostas como prioritárias para cada política;

Artigo 17 – As propostas que obtiverem no mínimo 30% dos votos das delegadas e dos delegados no GT serão submetidas à Plenária Final para apreciação e deliberação; as propostas com percentual inferior a 30% em GT não serão encaminhadas à Plenária Final.

CAPÍTULO IV

Artigo 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora com recurso à Plenária e ad referendum, quando a Plenária não estiver reunida.

Propostas encaminhadas pelos Grupos de trabalho - Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial, Saúde e Políticas de Juventude e de Recorte Intergeracional que, de acordo com o regulamento da conferência, não foram apreciadas pela plenária final

Propostas - Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial

1 – Promover capacitação contínua, para combater o estigma e a discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, junto às equipes técnicas e gestoras que atuam especialmente no cotidiano das instituições onde a política estadual de assistência social é implementada.

2 – Formular, promover e implementar políticas, programas, projetos de enfrentamento ao racismo, em especial ao racismo institucional, à intolerância às religiões de matrizes africanas, ao machismo, sexismo, homofobia, transfobia e lesbofobia, criando, ampliando e fortalecendo, em todo o Estado brasileiro e em todos os setores da sociedade, políticas de ações afirmativas.

3 – Garantir a implementação do Estatuto da Igualdade Racial, bem como executar o PNDH3, Plano Nacional LGBT, Plano Nacional de Política para as Mulheres e, Plano Nacional da Saúde da população LGBT, a criação de um Pacto de enfrentamento ao machismo, racismo, transfobia, lesbofobia, homofobia, com o orçamento específico para o financiamento de suas políticas.

4 – Assegurar aos povos e comunidades tradicionais, o direito ao território, à diversidade religiosa e cultural, considerando a dimensão étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero, respeitando suas formas de organização familiar.

5 – Garantir, em todas as conferências nacionais, que as temáticas de gênero, inter-geracional, enfrentamento ao machismo, ao sexismo, ao racismo, à lesbofobia, à homofobia e à transfobia, sejam tratadas em separado nos fóruns, mesas e grupos de trabalho/discussão, através da criação de eixo específico para a discussão em cada plano nacional, de forma a garantir a especificidade de cada tema, ainda que haja compreensão da transversalidade das políticas.

Propostas - Saúde

1 – Garantia e ampliação do acesso de lésbicas, gays e bissexuais às ações e aos serviços de saúde com qualidade.

2 – Ampliação do processo transexualizador, no SUS, garantindo a qualificação e integralidade da atenção na rede, incluindo a hormonioterapia, saúde mental, cirurgias plásticas e de adequação sexual, com equipe multiprofissional, contribuindo para a despatologização das identidades Trans.

3 – Inserção das temáticas referentes à saúde LGBT na formação de gestores/as, profissionais de saúde do SUS e lideranças dos movimentos sociais LGBT e apoio a realização de campanhas educativas e informativas voltadas para a população LGBT.

4 – Fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre a saúde da população LGBT que contribuam para os processos de planejamento, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, subsidiando a construção de indicadores, protocolos, diretrizes e tecnologias nas três esferas de governo.

5 – Fomento à participação e representação do movimento LGBT nos conselhos e conferências de saúde e apoio à participação em outros espaços, instituídos ou não, de gestão participativa e controle social.

6 – Implementar ações e serviços articulados em rede dos diversos setores públicos visando garantir a promoção de direitos da população e enfrentamento as violências praticadas contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, por meio de articulação intersetorial.

Propostas - Políticas de Juventude e de Recorte Intergeracional

1 – Criar espaços culturais públicos LGBT, com foco na juventude, e apoiar a realização de eventos e visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual construindo uma cultura de direitos humanos, com vistas a promover e socializar o conhecimento sobre a temática LGBT. Promover ações e criar espaços de preservação da memória cultural LGBT, com foco em sua produção material e imaterial, como museus, espaços culturais, hemerotecas, bibliotecas, centros de referência, bem como democratizar o acesso a essas informações através da internet, de forma pública e gratuita.

2 - Criação de instâncias especializadas na Área Técnica de saúde e educação de adolescentes e jovens do Ministério da Saúde e Educação que formulem propostas da juventude LGBT (de 15 a 29 anos) garantindo a criação e implementação do plano nacional de enfrentamento à juvenização e à feminização das DST/aids e hepatites virais no âmbito nacional, estadual e municipal, estimulando que estados e municípios façam o mesmo nos respectivos âmbitos.

3 – Garantir a transversalidade dos temas identidade de gênero e de orientação sexual na construção de todas as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais, implementando formações específicas pelo poder público e estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil organizada, que trabalham com adolescentes e jovens LGBT relacionando com os temas de direitos humanos e combate à homofobia. Promover formações continuadas conselheiras/os de Direitos e Tutelares, lideranças LGBT e o Ministério Público para diagnosticar e denunciar abusos praticados contra adolescentes e Jovens LGBT.

4 – Estabelecer, especialmente para adolescentes e jovens LGBTs, programas sociais de

enfrentamento à vulnerabilidade oriunda da falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência (psicológica, física e moral), em razão do gênero, da raça/etnia, da orientação sexual, da identidade de gênero e deficiência, criando programas de orientação jurídica e assistência jurídica para famílias e adolescentes LGBTs autores do ato infracional.

5 – Promover ações voltadas para a segurança da juventude negra LGBT, coibindo o racismo, machismo e a homofobia, lesbofobia, biofobia e transforbia dos agentes da segurança pública.

6 – Incluir nos programas de facilitação ao primeiro emprego e estágio remunerado a população LGBT, com atenção especial à capacitação profissional de jovens e adolescentes, prioritariamente para aquelas e aqueles em situação de vulnerabilidade social.





Secretaria de
Direitos Humanos